FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;
Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro

TOMO VIII

LISBOA,

Com todas as licenças necessarias. Anno 1937

N.º 1

FEIRA DA LADRA

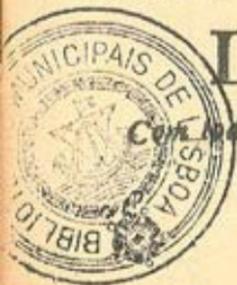
Fêz-se uma tiragem especial
de 8 exemplares
em papel de linho azul

FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;
Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro

TOMO OITAVO

LISBOA,

Com todas as licenças necessarias. Anno 1937

ANO VIII

Terminado o sétimo volume, entra a "Feira da Ladra", com êste numero, no seu oitavo ano.

Oito anos de esperanças, de alegrias, de entusiasmo, mas também oito anos de trabalhos, de descómodos, de receios.

Se tivemos, durante a viagem, mãos amigas que nos ajudaram piedosamente, aliviando-nos um pouco os ombros do fardo oneroso que assumimos, também, em contra-partida, outras houve que, por inveja ou má vontade, ensaiaram uma campanha surda de malsinação e insidioso combate.

Não permitiram os deuses que a "Feira", em boa hora nascida, sossobrasse inglòriamente. Pesar-de tôdas as arrelias, de tôdas as dificuldades, escondida na sua modéstia, cumprindo o melhor que poude o programa que se impôs, chegou ao oitavo ano.

Chegará ao nono, e porventura a outros mais, com o favor dos colaboradores e leitores, a quem enviamos as nossas saudações e o nosso enternecido "Bem hajam!".

O Director

O Editor

CAGLIOSTRO EM LISBOA [1]

CAGLIOSTRO notabilizou-se entre individualidades proeminentes da crónica secreta do século XVIII, século que, no dizer de Philarète Chasles, sovou aos pés tôdas as crenças, ¡mas acreditou no conde de Saint-Germain, o sempiterno, em Mesmer, o magnetizador, e em Cagliostro, o bruxo! Êste genial charlatão pretendia possuir a doutrina esotérica dos antigos sacerdotes egípcios, e era um estrénuo propugnador das doutrinas de Paracelso, o heroi da pedra filosofal e da medicina hermética. A solução das abstrusas equações alquímicas, o mirífico elixir de longa vida, os sortilégios da magia transcendente, a fuliginosa ciência cabalística e a arte divinatória por intermédio do algebrismo técnico dos magos, constituiam os pratos de resistência dêste pontífice máximo da espagírica. Teve apologistas e teve detractores. Para uns, foi um taumaturgo; para outros, um demonólatra.

Também é conhecida a quota parte de Cagliostro

---

(1) Êste artigo vai agora ser incluído na obra póstuma do insigne olisipógrafo seu autor, que será integralmente dada à estampa pelo benemérito Grupo dos Amigos de Lisboa.

na falcatrua do colar de Maria Antonieta, um dos factores remotos da queda da velha monarquia. Mas o livro do Frantz Funck-Brentano, *L'Affaire du Collier*, publicado em 1901 e baseado em documentos de monta, restabeleceu a verdade histórica e reabilitou a memória daquela rainha, vermelha do seu próprio sangue, mas branca das suspeições que a tinham rancorosamente difamado.

Cagliostro fêz duas visitas a Lisboa: em Maio de 1771 e em Maio de 1787. O marquês de Rezende, afirmando que êle chegou procedente de Londres [1] e que assistira a uma serenata no palácio de Queluz [2], parece referir-se à viagem de 1787; mas Camilo Castelo Branco, contraditando a procedência indicada pelo monógrafo, propende a desconfiar das suas asserções e diz que Cagliostro veio de Madride e não de Londres [3], referindo-se assim claramente à viagem de 1771 e negando implicitamente a de 1787. Antes de prosseguirmos, observaremos que o folheto do marquês de Rezende está eivado de anacronismos, porque, descrevendo um serão, põe a Zamperini, que deixou Lisboa em 1774, ao lado do poeta João Vicente Pimentel Maldonado, que nasceu em 1773, do príncipe Ruffo, ministro de Nápoles e do núncio Belissomi, que só vieram em 1787, do embaixador conde de Chalons, que só veio em 1789, do prestidigitador Pinetti, que só trabalhou no Salitre em 1791, do barão Schladen, ministro da Prússia, que só veio em 1797, etc.

Na viagem de 1771, Cagliostro veio com sua esposa Lourença Feliciani, que usava o nome de D. Lourença Bálsamo, como Cagliostro usava o de José Bálsamo,

---

(1) *Pintura de um outeiro nocturno e um sarão musical ás portas de Lisboa, etc.* Lisboa, 1868.

(2) *O Panorama*, vol. XV.

(3) *Mosaico e sylva de curiosidades historicas, etc.* Lisboa. 1868.

nome com que Alexandre Dumas o romantizou. D. Lourença Bálsamo teve uns peguilhos, numa casa de pasto da calçada da Estrêla, defronte do convento de S. Bento, o q.e obrigou aquela dama a peticionar ao marquês de Pombal, conforme se vê num "aviso" ao Intendente Geral da Polícia, documento que nos habilita a fixar a época em que, pela primeira vez, fomos visitados por aquele mendacíssimo impostor. Êste "aviso" é concebido nos seguintes termos:

«Para o Desembargador Manoel Gonçalves de Miranda.

«Remeto a V. S.ª a Petiçaõ inclusa de Dona Lourença Balsamo. E he preciso que procurando V. S.ª averiguar a verdade dos factos nella mencionados, e achando serem certos, dê a providencia necessaria: Informando V. S.ª de tudo o que lhe constar para ser prezente a El-Rey Meu Senhor.

"Paço a 11 de Mayo de 1771.

"P. S. A Caza de Pasto de que se trata he defronte de Saõ Bento na calçada da Estrella.

Marquez de Pombal.» [1]

Do mesmo documento se infere, que D. Lourença Bálsamo e José Bálsamo não despertaram suspeitas e que até a polícia interveio em seu auxílio.

Asseveramos que foi na primeira visita de Cagliostro a Lisboa que êle conheceu Anselmo José da Cruz Sobral, porque encontrámos a prova desta asserção na *Réponse de Valois La Motte au mémoire du comte de Cagliostro,* publicada em Liège no ano de 1786 [2]. Seguindo, passo a passo, as Memórias de Ca-

---

(1) Tôrre do Tombo. *Intendencia. Col. do Min. do Reino,* n.º 327 de ordem, fls. 53.

(2) Bibl. Nac. de Lisboa *História.* n.º 10 634 e 15.007-preto.

gliostro, a autora esmiúça a vida dêste sacerdote magno da crisopeia, cita as pessoas com quem êle se relacionou em Espanha e, chegando a Portugal, faz os seguintes comentários: — *En Portugal, on peut souhaiter aussi l'information quoiqu'il ne parle que de deux personnes: celle qu'il dit l'avoir présenté à la cour et son banquier Anselmo la Cruce.* Depois de mencionar as pessoas que êle conheceu em outras côrtes, miúdeia o papel que representou em França e fixa a data de 19 de Setembro de 1780 como a da sua chegada a Estrasburgo. Portanto, vê-se que Cagliostro conheceu Anselmo da Cruz antes de 1780 e, como fêz apenas duas visitas a Lisboa, uma em 1771 e outra em 1787, conclue-se que foi em 1771 que travou relações com aquêle nababo.

Na sua segunda visita, parece que Cagliostro veio sòzinho. Mas, ao invez do que sucedeu na primeira, provocou as suspeitas da Intendência da Polícia, que lhe pôs no encalço os ofidianos da espionagem. Existem dois documentos que não deixam a menor dúvida a respeito dêstes factos. Um é o «aviso» de 8 de Maio de 1787, em que o visconde de Vila-Nova-da-Cerveira prevenia o Pina Manique de que devia vigiar D. José, conde de Stephanis, hospedado no Café Neutral, que o intendente da Polícia supunha ser o célebre Cagliostro. E acrescentava que o expulsasse do reino, se tentasse pôr em prática as suas ideias. Êste documento tem a seguinte nota marginal:

"Aviso do visconde de Villa Nova da Cerveira, para que sendo D. José, conde de Stephanis, o famoso Cagliostro, o prenda" (1).

O outro documento é a "conta" a que aquele «avi-

(1) Tôrre do Tombo. *Registos de decretos*, etc. 83-246, fls. 202.

so" se reporta e que está notada assim nos livros da Intendência:

"7 de Mayo.

«Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Sr. Visconde de Villa Nova da Cerveira.

«Deu-se-lhe parte do Estrangeiro, Cavalheiro Lombardo, Dom José, conde de Steffanis, alojado no Caffé Neutral, a fim de ser capturado. Etc." (1)

Em 1787, o Café Neutral estava em o n.º 4 moderno da praça dos Romulares, no 1.º andar que torneia para a rua dos Romulares. Êste quarteirão pertencia a Antonio Sodré Pereira Tibau, que morava no 1.º andar do lado direito, e que o fizera construir em 1770, substituindo um prédio que já aqui tinha em 1760. O Café Neutral era cumulativamente botequim, hospedaria, tavolagem e casa de penhores. Pertencia a Daniel de Sequeira ou de Cerqueira, christão novo, em sociedade com Fr. António Belli, e tinha 6 criados. Algumas obras literárias do tempo conteem referências a êste café, e, entre elas, citaremos os entremeses *Conversações e successos observados em o frequentado passeio da Praça do Commercio*, de 1785, *Os Peraltas castigados*, de 1786, e a *Caza de Pasto*, de 1876, original de José Daniel.

Não há dúvida de que o Cavalheiro Lombardo, D. José, conde de Stephanis ou de Stephens, era Cagliostro, como se demonstra com o seguinte trecho da "conta" do intendente da Polícia ao marquês de Ponte-de-Lima em 8 de Agôsto de 1799:

«O infame e indigno Cagliostro, conhecido pelas suas atrocidades em todo o Norte da Europa, foi pela Policia expulso de Lisboa, onde tinha entrado com o disfarçado titulo de conde de Stephens, pelo receio

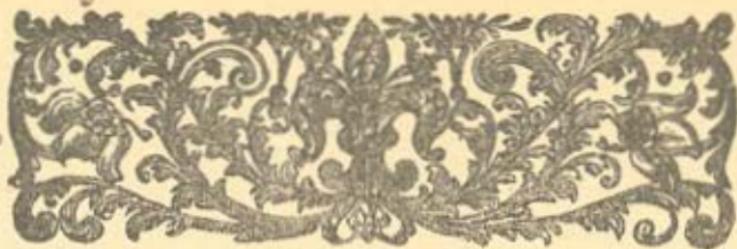
(1) *Livro III das Contas*, fls. 287 v.

que transplantasse n'esta Capital as suas maximas infames; de Lisboa passou a Italia, este grande apostolo dos Franc-Maçoens, instaurador da Francmaçonaria Egypciana," etc. [1]. Êste documento dem stra não só a identidade de Cagliostro e do conde de Stephanis ou de Stephens, mas também que recebeu ordem expulsória em virtude de tentar difundir subreptíciamente o seu maçonismo, demonstração que se completa com outros dois documentos, mediante os quais se prova que o Pina Manique contraminou êsse trabalho de sapa. O primeiro é a «conta» em que o intendente apresenta o rol dos que expulsou como divulgadores de doutrinas perniciosas, rol a cuja cabeça vem "O infame Cagliostro"[2], e o segundo é a «conta» em que alude à descoberta de associações secretas, a uma das quais pertencia Cagliostro [3]. Por aqui se vê, que êste embusteiro não poude fugir à acção reptiliana dos agentes de Pina Manique, armado, como êle estava, de poderes discricionários, e sendo, como êle era, um lugar-tenente, que não conhecia superior e só respondia ao Real Gabinete, conforme preceituavam os alvarás de lei de 25 de Junho de 1760 e 15 de Janeiro de 1780.

Cagliostro foi preso, julgado e condenado em Roma, depois de ter vendido a mocidade perpétua á Du Barry, depois das suas fantasmagorias apavorarem a côrte de Luiz XVI ¡e depois das suas *malas-artes* fazerem lavrar um incêndio de admiração por tôda a Europa!

João Pinto de Carvalho (Tinop)

---

(1) *Livro XI das Contas*, fls 320 a 325 v.
(2) *Conta* de 13 de Junho de 1797, Livro V.
(3) *Conta* de 26 de Junho de 1799, Livro V.

EPISTOLÁRIO

XXIII

UM ENVIADO PONTIFÍCIO EM 1615 (1)

Entre os manuscritos preciosíssimos da Biblioteca Oliveriana da cidade de Pésaro, encontrei esta carta do bispo Octavio Accoramboni, em que o douto e virtuoso prelado dá conta ao Serenissimo Duque de Urbino da sua viagem pelo norte de Portugal e da romaria a Santiago de Compostela.

O bispo Accoramboni foi enviado a Portugal pelo pontífice Paulo V, com poderes de núncio, e demorou-se em Lisboa cinco anos (1615-20) Nesta altura introduziu êle o culto público de S. Carlos Borromeu, recém-santificado, e inaugurou o seu altar na igreja de Santa Maria do Loreto, cujo quadro fêz vir de Itália. Foi também impressa em Lisboa por Pedro Craesbeck a vida do Santo, traduzida em português, e foi organizada uma faustosa procissão através das ruas principais da cidade.

Na sua carta, o prelado dá conta das grandes honras que lhe foram feitas por todo o clero de Santiago e das funções solenes em que tomou parte por ocasião do Pentecostes.

O bispo Accoramboni voltou para a Itália e morreu mais do que nonagenário em Roma, no ano de 1634.

---

(1) Original em português do A.

O seu túmulo pode ver-se na igreja de Sant' Andrea delle Fratte.

PROF. GUIDO BATTELLI

Al serenissimo Signor DUCA D'URBINO
Francesco Maria II° della Rovere

Lisbona, lí 3 di Luglio 1615

Adesso torno dalla visita di buona parte di questo Regno di Portogallo e dalla romaria di San Giacomo di Galizia dove in più giorni che mi vi son fermato, sempre particolarmente mi son ricordato di V. Altezza Serenissima e del Vostro benedetto Padre, pregando ne' miei sacrifici e nele mie orazioni com ogni affetto.

Per tutto sono stato ricevuto e trattato onorevolissimamente, non solo in Portogallo, ma fuori della giurisdizione ancora.

Entrando in Galizia mi vennero incontro per molte miglia, quei Vescovi, accompagnati dalle lor Giustizie e da Ministri regi, forzandomi a dar la benedizione per le strade e nelle chiese loro.

In San Giacomo poi, quel Capitolo, che è uno dei maggiori di Spagna, non vi essendo l' Arcivescovo, mi onorò eccessivamente, perchè facendomi assistere in clero, il giorno del la Pentecoste, alla Messa cantata, mi diedero un luogo sì principale che non l'han voluto concedere al Vescovo di Bugia, dicendomi che, venendo il Nunzio di Spagna non avrebbero potuto dargli luogo maggiore. Ho voluto scendere a questi particolari perché la benignità di V. A. Serenissima mi assicura ne sentirà gusto. Come le piacerà di sapere che quà si conserva la riputazione Sua, e che spesso la Maestà del Re (Filippo III°.) mi favorisce con sua amorevolezza di gradirlo.

V. A. Serenissima mi faccia grazia di conservarmi il suo favore, ch' io le prego dal Signore Iddio ogni felicitá.

Di V. A. Ser. umilissimo servitore

Ottavio Accoramboni

Vescovo di Fossombrone

(Biblioteca Oliveriana di Pesaro: 375 XII. carte 53)

XXIV

Carta do Visconde de Sanches de Baena a Camilo

É sabido que Camilo pensou em escrever um romance—*O Desterrado*—tecido em volta da vida de D. Luiz Francisco de Assis Sanches de Baena, porque êle o disse nas *Noites de Insomnia*, IV, 45-46.

A carta que hoje publico, reproduzida com a maior fidelidade, prova que era tenção do autor dedicar o romance ao visconde de Sanches de Baena terceiro neto daquele D. Luiz.

Foi ela encontrada dentro dum livro vendido no leilão da livraria de Camilo, em 1883, e ficou desde êsse tempo em poder do meu amigo e erudito investigador Augusto de Castro (Constâncio) que, pouco antes do seu falecimento m'a ofereceu.

A quarta página da carta, que ficara em branco, foi preenchida com diversos desenhos a lápis e com um apontamento do punho de Camilo, do seguinte teor:

> «M.ª da Paz – 267 – tom. 1.º – M.e de Sz.ª da S.ª – Em tempo de D. João 3.º, encontro Pero Lopes de Mesq.ª da illustre casa da Corujeira, de G.es, casado com Maria da Paz. Ver com q.m casou uma irmã deste Pero».

O apontamento foi evidentemente escrito quando Camilo preparava os *Traços de D. João 3.º*, publicados no 1.º vol. dos *Narcoticos*.

Nesse volume, a pág. 52, encontra-se a matéria do apontamen-

to, completada já com o nome do marido da irmã de Pero Lopes de Mesquita.

A obra citada, de Manuel de Sousa da Silva, deve ser o *Nobiliario* que tem o n.º 1912 no catálogo do leilão a que me referi.

Creio que o ms. não foi vendido, pois suponho ser o mesmo que está em Seide, entre os livros comprados á família do escritor *(Camilo homenageado*, pág. 258.)

A respeito do visconde de Sanches de Baena há uma curiosa nota de Camilo, escrita num exemplar dum folheto de Inocêncio — *Apontamentos biographicos* — em que se trata do mesmo D. Luiz, *o desterrado*. Está publicada no meu livro *Escritos de Camilo*, 167-168.

É também muito interessante uma carta sua ao visconde, por êste reproduzida nos *Fastos historicos da Commissão central 1.º de Dezembro*. II, 52-53, e primeiro publicada no *Diario Illustrado*, de 19 de Dezembro de 1882.

Mas por aqui me fico, que as cousas camilianas são como as cerejas.

Segue a carta reveladora da projectada dedicatória do projectado romance.

JÚLIO DIAS DA COSTA

Ex.^{mo} Am.º

Traçando V. Exª. com a sua brilhante penna a historia verdadeira dos infortunios de meu terceiro avô D. Luiz Francisco de Assiz Sanches de Baêna, não só vota á desgraça tributos de respeito, como honra a memoria não somente delle, como a de tantos homens illustres que forão seus (e meus) ascendentes, e tambem a um mesmo tempo estigmatiza á dos energumenos criminosos, factores de tão atroz quão injusta perseguição! A justiça de Deus já cahio amuito *(sic)* sobre as cabeças desses scelerados, a dos homens saberá inflingila V. Exª. agora, expondo-os, sob a narrativa dos seus hediondos crimes á execração da posteridade, na

sua luminosa producção que intitula, =O desterrado=; a qual immerecidamente entendeu V. Ex.ª dedicala a quem antes e no berço reflectiram as desventuras dessa heroica victima da sordida avareza de seus proprios Irmãos ?!!

Finalmente ordena V. Ex.ª que junto ao seu illustre nome seja posto o de um desconhecido ?! Seja assim será mais uma obra meritoria que V. Ex.ª pratica—a exaltação de um humilde, a quem o unico orgulho que alimenta é o de subscreverse

De V. Ex.ª
m.to am.o e obrigadissimo Cr.do
V. de Sanches de Baena

P. S.—Por este correio vai o livro Atestado genealogico—breve tenciono remetter o que obtiver sobre o Conde digo Marquez de Gouvea. Agradeço a V. Ex.ª a sentença.

S. de B.

BANDEIRAS DE PORTAS

M dos ramos da etnografia mais vulgarmente estudado pelos devotados à história do progresso humano e que mais tem chamado a atenção dos especialistas, é incontroversamente o da habitação.

No dobar dos séculos, desde o recuado período espelíaco o homem porfiou sempre tornar o seu lar cada vez mais cómodo pelo confôrto, e mais agradável pelos extremos com que o decorava. Era o templo da família; ali lhe morreram os pais, êle próprio nascera, e lhe nasceram os filhos; era o ninho dos seus amores, o ambiente das suas alegrias e das suas horas angustiadas.

Pelo estudo da casa podem os sociólogos e os apaixonados de arqueologia rastrear com seguro passo a progressão civilizadora e bitolar, dentro da ciência comparada, as diferenças e anomalias de raças, as relações interfamiliares e as organizações políticas e religiosas.

E aqui está porque a habitação humana tem sido encarada sob tôdas as facetas — a arquitectónica, a decorativa, a heráldica, a etnográfica, e ainda em relação ao

seu recheio mobiliário e ás condições de habitabilidade, de higiene ou de mesologia.

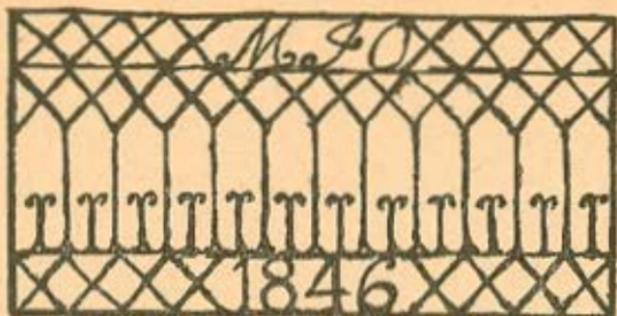
Nos aspectos parciais, tem-se encarado a casa em Portugal na sua atitude artístico-etnográfica, desde a fisionomia externa até ao seu íntimo reparto, do alpendre aos alegretes, do telhado ao sochão, da cozinha à frasqueira, do feitio da chaminé ao geito dos batentes e ao recorte das fechaduras. Mas não tenho notícia de que alguém, entre os que escreveram da indústria do ferro ornamental, se tenha ocupado da ferraria que decora as bandeiras de porta, óculos, postigos, varandas, sacadas e grades de escadaria.

Afinal, o assunto tem, como se costuma dizer, pano para mangas, e bem merece que nos ocupemos um pouco dêle.

Nas bandeiras de portas, a que, por agora, me cinjo, temos a aliança do artista desenhador com o artífice forjador ou cerralheiro; e não rareiam os casos em que essa aliança é tão íntima e tão habilmente orientada, que tem determinado curiosas obras de ferraria.

Arte pobre, exercida sôbre um metal pobre, ela tem passado indiferente ao arqueólogo, que a não considera, e despercebida do público, que, se para ela ergue os olhos, o faz com desapêgo ou indiferença.

Entre nós, a indústria da ferraria artística nunca atingiu a exuberância ornamental que teve na vizinha Espanha, a qual, nos seus velhos solares, igrejas e mosteiros, mostra com orgulho nas *rejas*, gradeados, lampadários, tocheiros, suspensões de cisternas, braseiros, cruzes, cofres e chaves os produtos maravilhosos das suas oficinas, desde os últimos séculos medievais até à actualidade. Mas sempre temos, praza aos deuses, alguma coisinha que inventariar, e nessa alguma coisa, incluo as bandeiras de portas.

Estas, com as grades, e espelhos de fechadura, são hoje-em-dia fabricados, na sua maioria, em ferro fun-

BANDEIRAS DE PORTAS

1 — Rua S. Francisco de Borja, n.º 1
2 — Rua de Pedrouços, n.º 107
3 — Rua de S. João da Praça, n.º 38

dido, perdendo assim tôda a graça, e daí todo o interêsse artistico. Outras há mixtas, em que o ferro fundido se alia ao forjado em letras, florões, etc.

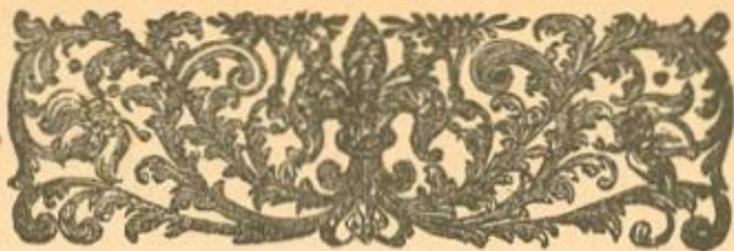
Há casos em que temos a considerar a porta inteira, de que a bandeira é apenas um pormenor, especialmente se o ou os batentes são também de ferro. Raro, porém (pelo menos em Lisboa) se dá êste caso, por serem as portas quási sempre de madeira.

Por agora, limito-me a indicar uma dúzia de peças, *datadas* e colhidas ao acaso nas ruas de Lisboa:

N.º 38 da rua de S. João da Praça, dat. de 1828
Portão do Museu dos Coches, em Belém,
dat. de 1829
N.º 76 da rua do Crucifixo, . . . " " 1834
N.º 6 " " " da Boa Vista, . . . " " 1841
N.º 44 " " " " " ", . . . " " 1841
N.º 2 " " " da Junqueira, . . . " " 1846
N.º 1 " " de S. Francisco de Borja " " 1846
N.º 103 " " de S. Paulo, ... " " 1849
N.º 27 " " trav. dos Inglezinhos, . " " 1851
N.º 107 " rua de Pedrouços, . . . " " 1853
N.º 175 " " de S. João da Mata, . . " " 1862
N.º 68 " " do Crucifixo, ... " " 1881.

Nenhuma destas bandeiras, de que reproduzo quatro, excede o segundo quarto do século passado. Creio, porém, que uma vistoria minuciosa, para a qual não me sobra agora tempo. Revelaria datas mais recuadas.

Não falando no que haverá por essa província fora...

C. M.

FESTAS POPULARES DO SANTO PRECURSOR NA CIDADE DE BEJA

ÃO são raras as reminiscências pagãs que, nas variadas modalidades regionais do *folclore* nacional, se observam em diferentes pormenores do culto externo católico.

São elas, por vezes, tão evidentes, que não poderá, certamente, classificar-se de forçado efeito literário a relação de continuïdade que queira estabelecer-se entre os múltiplos aspectos da sua exibição através dos séculos, muito embora subordinados à concepção religiosa predominante.

Assim, as festas de Junho, dos santos chamados populares, Santo António, São João e São Pedro, são bem a extensão transformada das festas pagãs da primavera, à deusa Ceres, que no império romano eram presididas por dois edis nomeados por César e que, por êsse motivo, tomavam o nome de *aediles cereales*.

Não há povoado português, do mais modesto lugarejo à capital da Nação, onde elas se não realizem, sempre eivadas de uma característica feição bucólica, realizando-se em cenário quási uniforme, de aromática decoração de verduras a que os embandeiramentos e iluminações dão a nota alacre das suas côres garridas.

E é aí, nesse ambiente adequado de tão evocativo aspecto, que se requebram danças e desferem cantares do anoitecer ao romper de alva, em que terminam com o esmorecer gradual dos reverberos das fogueiras.

Mas não tem igual relêvo a intensidade festiva das exibições respeitantes a cada um dos três Santos, variando de terra para terra e, em cada uma, segundo o que mais devoção desperta.

A tôdas é, contudo, factor constante o acentuado cunho pagão das respectivas manifestações, tão impressivamente documentado nas referências encontradas na poesia popular, à atribuïção e traços psicológicos de cada um dos Santos festejados, inteiramente divergentes do que até nós trouxeram as fontes históricas da Igreja Católica.

Do austero e douto Santo António de Lisboa, de quem a lenda refere ter traçado, em uma das portas da Sé respectiva, uma cruz para afugentar o demónio disfarçado em mulher (feição característica tão brilhantemente fixada nas telas flamengas do século XVIII), se canta:

Santo António, com ser santo,
Também tem os seus amores;
Quando os santos namoricam,
Que farão os pecadores?

Não foi mais feliz o asceta S. João, cuja renúncia a todos os gozos da vida é o traço mais impressionante da sua enorme personalidade moral, a que deveu o sacrifício da própria existência:

S. João p'ra ver as moças
Fêz uma fonte de prata;
As moças não vão a ela,
S. João todo se mata.

E seria de irónica irreverência se alguma fidelidade quisesse reconhecer-se nestes produtos do espontâneo e transviado lirismo popular o que de S. Pedro, coluna basilar da Igreja de Cristo, se canta também:

Vá de roda, vá de roda,
Haja bailadas, cantigas;
S. Pedro, por ser velhinho,
Anda ao pé das raparigas.

Autêntica deformação da verdade tradicional, em que se não deve supor irreverência intencional ou sugestão depreciativa. Talvez antes reminiscência atávica dum semibarbarismo ancestral que, propagando-se de século em século, trouxe até nós a continuïdade da primitiva forma caricatural de adoração.

Em Beja coube a primazia, na riqueza e entusiasmos dos folguedos festivos, ao Precursor S. João, seguindo-se-lhe, em ordem decrescente, S. Pedro e, por último, o taumaturgo Sto. António.

As festas de S. João assumiram, em tempos idos, um tão grande relêvo e grandiosidade, que a Câmara, presidindo a elas por determinação real, imprimiu-lhes caracter oficial com tôdas as sanções e prerrogativas atinentes.

Por ela organizado, se constituia, na manhã de S. João, um vistoso cortejo, em que tinham de encorporar-se todos os fidalgos, pessoas nobres, oficiais da Câmara, almotacés e quem tivesse exercido êsses cargos, outras entidades oficiais e os Infantes que, em algumas vezes, por aqui se encontravam acidentalmente.

Todos, observadas as respectivas precedêcias, acompanhavam a bandeira da Câmara ou a bandeira real, diferença de designação observada nos documentos que ao assunto se referem e, em cavalgada, percorriam os lugares públicos da cidade até à fonte municipal do *Tanque dos Cavalos*. Ali se serviam dôces e bolos, que a Câmara tinha de adquirir *até à quantia de doze mil reis*, e se distribuia a cada um dos componentes do cortejo, cavaleiros e peões, uma cana verde que todos teriam de empunhar.

Parece esta interessante cerimónia ter atingido o máximo da sua grandiosidade decorativa em meados do século XVII, não obstante aparecerem já, de par com as provisões dos Infantes sôbre a sua continuïdade e realização:

E porque eu quero que se auserve . . . este tão louvavel costume . . . .

condenações, a prisão por oito dias e multa de seis mil reis, de alguns que a ela se esquivavam.

Assim se iniciou a decadência desta prática de tão curioso sabor quinhentista.

E tão porfiada foi a resistência que à sua volta se ergueu, que o Rei, cedendo à fôrça evolutiva que tudo subjuga, achou prudente capitular, dando com a sua transigência o golpe de morte num costume de que alguma coisa ficou ainda e se manteve até aos nossos dias.

A distribuïção das canas verdes a que já fiz referência, tinha, por certo, uma significação muito especial, de que não encontrei explicação suficientemente elucidativa.

Qualquer que ela fôsse, entretanto, tinha êsse símbolo uma grande importância presumível, eloqüentemente documentada na persistência com que, atravez dos sé-

culos, veio o seu uso até nós, participando ainda hoje do pouco que resta dessas manifestações festivas e no que se lê na postura municipal que serve de fecho a esta curiosidade etnográfica:

. . . .

Sobre os ortelões das ortas do tanque darem Canas à Bandeira Real—Dia de S. Joãı Baptista.

Acordaram por postura: que por quantto de Antigo Costume É dos Reis E do Infante Dom Luiz que são em gloria he mandado que a Bandeira Real seia muito bem acompanhada Em dia de S. João Baptista de cada hu Anno—Em particular o Imfante por sua prouizam Em que diz que achando-se Elle no tal dia nesta cidade a hacompanharia.

E os ortelões das ortas que recolhem a Agua que do tanque corre para as ditas tem obrigassam cada hu de dar hua carga de canas pera a gente que for acompanhando a bandeira Real. E as trazerem nas mãos assim pera a gente ae cavallo como de pé – pelo que mandarão que os ortelões das ditas ortas tenhão as ditas cargas de cannas no ditto dia postas ao tanque Em o sol saindo o mais tardar E dellas não deem nenhuas cannas enquanto o acompanhamento e dita bandeira não chegarem. E o ortelão que o contrario fizer pagará por cada uez que comprı ndido for mil reis de pena a metade pera a Camara E outra metade pera o curador. E pagar de cadeia. E sob a mesma pena encorrerão os ditos ortelões quando a bandeira Real chegar já no dito tanque que não tiverem as ditas canas prestss. E eu Fr.º Fialho Guedes escrivam da Camera o escrevi.

Maio de 1937

Castro e Brito

NOTULAS DE VIAGEM

VI — NA FEIRA DA LADRA DE LISBOA

Á anos, encontrando-nos em Lisboa, fomos à feira da Ladra.

Entre outras coisas que neste recinto lisboeta se expunham ao sol das terças-feiras, deparámos com uns trechos musicais manuscritos. Partituras de banda, peças para piano, etc....

Concluímos que era espólio de compositor ignorado, cuja capacidade artística fôra frouxa na sua receptibilidade e expressibilidade, talvez porque, como disse Leonardo Coimbra, "há artistas que compreendem todos os movimentos alheios e são no entanto incapazes de os exprimir, ou porque entre o que pensamos e o que escrevemos vai aquele trágico e fecundo afastamento que não nos deixa escrever um só livro, mas muitos, e sempre, até que a morte suprima a distância entre o corpo e a alma".

Lamentámos, pois, o fim daquele trabalho, ao qual

mão piedosa não aparecera para o poupar a tão inglório ultraje: ¡ao léu numa feira!

Arrematámos o lote e analisámos aqueles originais, enumerados em 8 marchas, 9 valsas, 10 polcas (uma para flautim, e acompanhamento de banda), 1 *suite*, 4 rapsódias, 1 "abertura," 10 fados, etc.. Tudo isto... até à op. 77.

¡Que fecundidade...e que ausência de estilo!

Lembrámo-nos daqueles ossos fora dos covais que cristãmente costumamos de novo meter na terra, e apiedámo-nos então daqueles manuscritos, que não imortalizaram o compositor... — Queimámo-los! Desta feita o país nada perdera. — ¡ Lembrar-se a gente de que ainda existem tantos assim!...

Pasma-se até de que os autores de tais bogalhos musiqueiros não componham o quádruplo, aproveitando essas fornadas de inspiração para, à americana, exportarem tangos, *foxs*, fados, valsas, etc., etc., em série!

VII — EM LEÇA-DO-BALIO

Combinou-se a passeata; e, como a tarde era sòlhenta, lá fomos pela estrada, até Leça-do-Balio.

Interessava-se o amigo Crucho Dias pelas coisas de arqueologia e etnografia. Detivémo-nos, pois naquele miradouro do adro, com o qual Arnaldo Gama principia a narrativa do histórico convento, contada pelo frade-cavaleiro. Dali se devassa o monumento, relíquia do medievismo. Para êle nos encaminhámos.

Na capela do cruzeiro, do lado do Evangelho, há, embutida na parede, uma placa de bronze autenticada como obra do século catorze. Para os musicógrafos, essa preciosidade gótica interessa, pelo friso de anjos que emoldura a esquadria.

Coeva, portanto, do período trovadoresco, ficaram nela esculpidos em baixo relêvo os instrumentos músicos em uso dos nossos poetas dos "cantares de amigo," entre os quais se conta o bom rei Dom Deniz.

Eis os instrumentos que os anjos tanjem, documentados pela placa de bronze de que estou falando: harpa, viola de arco, viola de pênola, isto é, com plectro, e a gaita-de-foles.

E aqui têm os estudiosos, em arrabalde portuense, uma variedade músico-histórica: a placa de bronze do mosteiro de Leça-do-Balio.

ARMANDO LEÇA

A ORIGEM E O SIMBOLISMO DO ESCUDO PORTUGUEZ

À Mocidade de Portugal

ODOS os povos devem conhecer a origem e o significado dos símbolos históricos, representativos da sua terra; mas ainda mais os portugueses, que neles encontram sempre um alto exemplo de heroísmo, de beleza emotiva e de fé, muitas vezes envoltos pela ingenuïdade duma lenda, na afirmação natural das virtudes eternas da própria raça.

O escudo de Portugal, delineado sob a forma dum coração, naquele remoto alvorecer do século XII, para com êle fixarmos a nossa existência colectiva, é o emblema sagrado que nos acompanha atravez do mundo, e nem todos os portugueses o conhecem, na sua admirável e tam sugestiva composição heráldica, a-pesar-do muito que sôbre êle se tem escrito, muitas vezes divulgando falsos ou infundados juizos.

Nos padrões erguidos em terras mergulhadas no mistério dum mundo ainda desconhecido, como nas bandeiras desfraldadas em todos os continentes e a bordo das caravelas que sulcaram o Mar Tenebroso, o es-

cudo de Portugal manteve sempre e fixou para a nossa existência, atravez do tempo, a estacada épica dos cavaleiros de Ourique:

. . . .

«Vêde-o no vosso escudo, que presente
Vos amostra a vitória já passada,
Na qual vos deu por armas e deixou
As que êle para si na Cruz tomou:»(1)

Assim o grande épico se refere à memorável batalha e ao facto histórico que *o brasão de armas certifica*, duma forma clara que não permite qualquer dúvida, e repete:

. . . .

«Três dias o gram rei no campo fica.
Aqui pinta no branco escudo ufano,
Que agora esta vitória certifica,
Cinco escudos azuis esclarecidos,
Em sinal dêstes cinco reis vencidos.» (2)

Quanto ao seu sentido religioso, Camões não deixa de o recordar, visto que, desde a fundação da nacionalidade, quando se edificavam ao lado das catedrais as torres de menagem, ligadas pelo cinto de muralhas em que se afirma a resistência contra o invasor, nunca ao lado da espada deixou de se erguer a cruz:

«E nestes cinco escudos pinta os trinta
Dinheiros, porque Deus fôra vendido;
Escrevendo a memória, em vária tinta,
Daquele de quem foi favorecido;
Em cada um dos cinco, cinco pinta,
Porque assi fica o número cumprido,
Contando duas vezes o do meio
Dos cinco azuis que em cruz pintando veio.» (3)

---

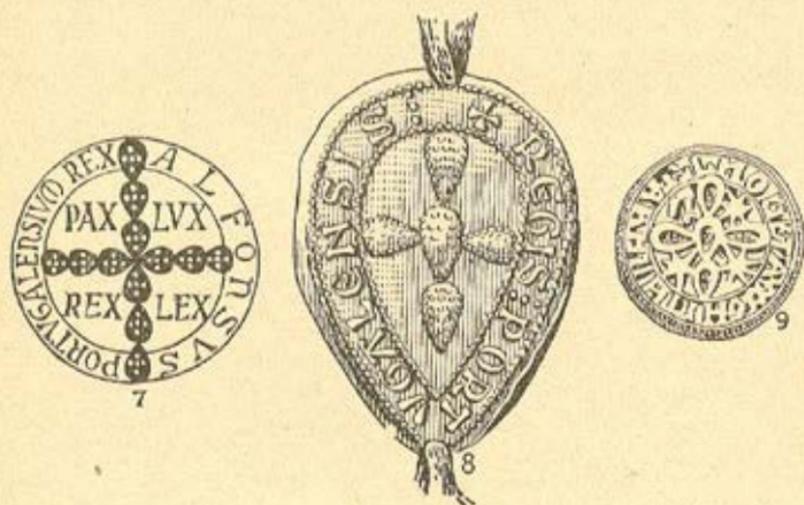
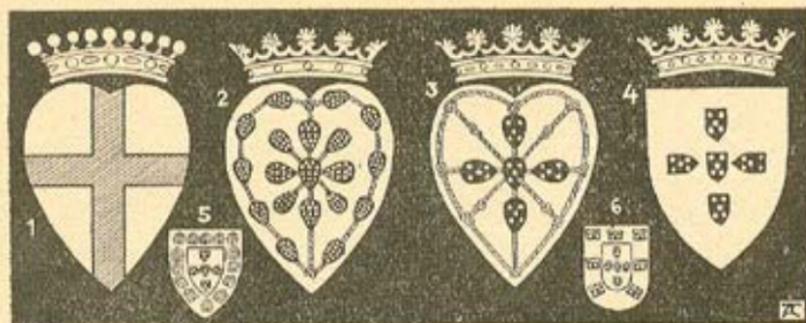
(1) L. de Camões, *Os Lusiadas*—canto I, est. VII.
(2) Id. Ibid. —canto III, est. LIII.
(3) Id. Ibid. —canto III, est. LIV.

Quando, há 27 anos, se alteraram as côres da bandeira nacional, não só se demonstrou desconhecer a razão fundamentada das côres básicas que, na sua existência, obrigam ao fundo branco ou amarelo de quási tôdas as bandeiras das nações, correspondentes ao campo dos escudos dos antigos tempos em que êstes se fixavam nas hastes das lanças à entrada das tendas de campanha, [1] como parecia ignorar-se a origem encantadora e o motivo histórico dos símbolos, que sempre se conservaram como recordação gráfica da célebre batalha de Ourique.

Teófilo dizia, em 1910 ¡que os cinco besantes em santor, representavam os cinco maravedis, pelos quais os cinco reis mouros haviam sido comprados por D. Afonso I! Muitos casos há semelhantes de simples presunções, sem qualquer fundamento sério, em que o brasão de armas de Portugal foi mal interpretado ou adulterado, até na forma do desenho, substituindo-se freqüentemente, com desprêzo do tempo em que permaneceu inalterável, o antigo, de origem portuguesa, pelo escudo de forma clássica de D. João II e D. Manuel I, ou ainda pelo de influência francesa do período constitucional. Mas a sugestiva evocação da vitória de Afonso I sôbre as tropas muçulmanas mantivera-se sempre, depois de simplificada, perfeitamente intacta, a-pesar-das convulsões políticas por que o país tem passado.

Quanto ao sentido descritivo a que se refere Camões — e vale como síntese uma das mais belas páginas de história — Manuel de Faria e Sousa diz-nos que é dos assuntos em que mais se tem dilatado o pensamento, transmitindo-nos, de maneira clara, a razão do seu sim-

---

(1) Em heráldica, o fundo branco ou amarelo, que se conserva em quási tôdas as bandeiras das nações — como pode ainda hoje verificar-se — corresponde ao fundo dos antigos escudos, representado pelos metais nobres (prata ou oiro).

EXPLICAÇÃO DAS FIGURAS:

1—Escudo do Conde D. Henrique
2—Escudo de Afonso Henriques depois da batalha de Ourique.
3—Escudo adoptado por Sancho I.
4—Forma definitiva do escudo antigo.
5—Brazão de armas de Portugal—Século XIV.
6—Brazão de armas de Portugal—Forma clássica—D. Manuel I.
7—Sêlo rodado de Afonso Henriques (1183).
8—Selo de chumbo de Afonso II (1217).
9—«Morabitino» (anverso) atribuído a Afonso I.

bolismo e da sua origem: [1]

«Como o conde D. Henrique tivesse o seu brasão de armas com a forma de um coração, e a cruz azul da sua casa sôbre fundo branco, quis seu filho, D. Afonso Henriques, manter na mesma forma os cinco escudetes dispostos em cruz e em azul, até que, ferida a famosa batalha de Ourique, lhe determinou definitivamente o sentido, de maneira que perpetuasse a venturosa batalha, quási por milagre ganha contra os mouros, em número vinte vezes maior». Acrescentando que, «conforme o número que os historiadores dão aos infieis, são vinte vezes treze mil os seus combatentes». (260.000).

Àcerca da disposição das tropas portuguesas e muçulmanas, o mesmo autor esclarece que «intercalados com os cinco escudetes, pôs D. Afonso Henriques, nos quatro ângulos dum quadrado, quatro escudetes mais pequenos, os quais representam os quatro esquadrões, na mesma disposição com que acometeu os mouros.»

«Os dez escudetes dispostos em volta e ligados por uma corda, significam na sua colocação a forma como os infieis atacaram os portugueses; e contando todos os escudos e duas vezes o do meio, são vinte, tantos como os reis vencidos nessa célebre batalha. [2] Em cada escudete havia treze besantes em branco que representavam os treze mil portugueses que D. Afonso Henriques comandava; e multiplicados pelos treze os vinte mil, dão-nos o número exacto dos soldados inimigos.»

A divisão em cruz dos cinco escudetes maiores e azuis, além da recordação da cruz de D. Henrique

---

(1) Faria e Sousa—*Evropa Portvgveza*, Lisboa, 1678.

(2) Em geral dava-se a designação de reis aos emires e aos vális ou avális (simples governadores). Serve de exemplo o caso dos governadores de Sevilha, Córdova e Valência, que fizeram o ataque a Toledo, figurarem como reis na *Crónica do Imperador Afonso VII*.

como já referimos, segundo o autor da *Europa Portuguesa* mantém ainda a tradição constante das cinco chagas de Cristo, que D. Afonso Henriques viu pôsto na cruz e Camões rememora na estância VII, do canto I do seu poema.

Morto Afonso Henriques, mandou Sancho I que se tirassem todos os escudetes pequenos do seu brasão de armas, deixando apenas os cinco dispostos em cruz e ligados pelos cordões; reduzindo a cinco os treze besantes brancos ou de prata, colocados em santor. E assim permaneceu na família reinante e êle quis que fôsse conservado. Todavia, os dez escudetes que no brasão de armas de Afonso Henriques representavam os reis mouros e a disposição das tropas que comandavam, foram substituidos pelos castelos que significavam as principais conquistas e praças de guerra, variando por vezes em número, até que passaram simplesmente a representar as antigas sete províncias do continente.

Mais afectivo e sensível ao infortúnio alheio do que o espanhol, mais do que o francês, o inglês ou o russo, o povo português, que se antecipou a todos os povos civilizados abolindo dos seus códigos a pena de morte, não podia deixar de ter como símbolo da sua existência o coração, origem do glorioso escudo. Esta expressão gráfica tão conforme com a sua índole, tão exacta e tão popular, que anda perpetuada nas múltiplas estilizações decorativas da cerâmica, dos lenços estampados, das características filigranas e do mobiliário, por tôdas as regiões do País, foi durante séculos usada nos emblemas de registo e de garantia, de que se manteem provas positivas nos selos rodados de chumbo e de cêra dos primeiros reis, desde Afonso I até ao fim da dinastia.

*

Depois da exposição descritiva da ideia e do sentimento que em admirável síntese o brasão de armas de

Portugal representa e acabamos de fazer, consideramos oportuno condenar mais uma vez as teorias dissolventes que, no século passado, levaram o glorioso autor dêsse monumento que é a *Historia de Portugal*, a excluir a lenda de Ourique, por não querer admitir na sua obra *um certo número de fantasias* que povoam a história de outras nações. A-pesar-de ser assunto já muito discutido no seu tempo, não há hoje aí alguém que não reconheça a conveniência, que Afonso Henriques teria como indiscutível, dessa *fantasia*, a bem da unidade do seu exército e da indispensável fôrça da fé contra os infiéis, além daquele supremo confôrto, perante a perspectiva da morte. Por tantos e tais motivos, D. Afonso não quis deixar de fixar êsse facto no próprio emblema da Pátria.

Se aquelas desordenadas teorias perdurassem, ver-nos-íamos na contigência de excluír de *Os Lusíadas* essa inspirada lenda do gigante Adamastor, de que o grande épico se animara para dar a máxima grandeza ao arrojado atrevimento daqueles que ousavam sulcar essas paragens, devassando o Mar Tenebroso.

A história das nações não pode excluir a parte espiritual e lendária, que lhe é inerente, desligando a alma dos povos da narrativa dos factos reais. É muitas vezes ainda da *fantasia* ou da *ilusória* ingenuïdade de um sonho, geradas pelo fervor religioso, que renasce o alento combativo e se determina tôda a possibilidade de triunfo, num estranho ciclo de beleza.

Se excluíssemos as fantasias políticas das obras históricas dos poetas gregos, por vezes menos sublimes do que a fantasia de Ourique e, talvez, mais nefastas do que as da história política de Portugal, só restaria, da alma daquele povo, a história da sua arte imperecível —e já seria bastante, apressamo-nos em dizê-lo.

ALFREDO CÂNDIDO

POEIRA DOS TEMPOS

XLV—PROEZAS DUM MONSTRO EM COIMBRA

. . . .

"Lembrame, que vi em Coimbra, sendo official de Estudante (se neste officio ha Mestres, porque não haverá officiaes, e aprendizes?) aquelle mesmo Monstro, que descreve Fonseca, como testemunha de vista, o qual sendo aleijado de hum pè, e naõ tendo maõs, com os braços, que só chegavaõ ao cotovello, fazia o mesmo, naõ digo bém, fazia mais do que faria se tivera boas maõs; porque comia, bebia melhor doque os que com o suor do seu rosto o ganhaõ trabalhando todo o dia, e levava o alimento, e a bebida a boca. Tirava da algibeira a caixa de tabaco, abria, tomava a sua pitada, e fechando a caixa a metia na algibeira sem tocar a recolher. Enfiava huma linha pelo fundo de huma agulha, e com ella cozia com o pè de que era coxo. Punha, e tirava o chapeo da cabeça. Trasia hum bordaõ consigo, como quem tras hum pào na maõ. Dezembainhava huma espada, e destrissima, e valerosamente brigava com ella. Appostou com certo aprendiz de Direito, que hoje faz justiça as carradas, que havia de lançar hum pào taõ grosso, e comprido como huma vara de medir por cima dos arcos, que fóra das Portas do Castello, estaõ

perto da imagem de S. Sebastiaõ, à vista dos quaes tinha feito todas as referidas habilidades. Emfim capituladas as condiçoens, e ajustado o preço em seis vintens, chegou o Monstro junto aos arcos, que naquelle citio saõ taõ altos como o frontespicio desta Igreja do Loreto, a onde escrevo esta relaçaõ, e unindo o peito com a parede, lançou com o pè verticalmente acima o pào, e sem tocar nos arcos, os *montou*, e cahio da outra parte. Assim me lembràra eu agora do que là estudei, como eu estou taõ presente nesta acçaõ, que me naõ esquece, que ganhando o homem a aposta, perdeo o dinheiro; porque em Coimbra naõ cahem os estudantes em corriolas, ainda que percaõ, naõ pagaõ, e tudo isto se chama là pessa escholastica." . . . .

Vida, nascimento, e morte de X, dato faemineis . . . por Vasco Mendanha Coelho. Lisboa Occidental, 1733.

XLVI — OUTRO MONSTRO EM LISBOA

. . . .

"Ainda cresce mais o apetite de averiguar o difficultoso, quando o difficil se complica com o raro, como vemos no duplicado corpo do Monstro, que pario morto Anna, escrava de Agostinha da Luz, no primeiro de Outubro deste prezente anno de 1732. moradora na calçadinha, que vai para a Rua dos Conegos da banda da Porta de ferro da Santa Sé Oriental. Tinha este Monstro dous corpos do sexo feminino, unidos ambos desde as cadeiras atè às curvas das pernas; e com esta uniaõ ficava em ambos fechada a via do intestino recto, e a da ourina sem orificio. Das cadeiras para cima estavaõ os corpos separados com cabeças, maõs, e pèz distinctos, e perfeitamente separados. Porém como hum destes corpos naõ acabava de nascer, por naõ poder sahir a cabeça do lugar em que fora gerada, entendendo a Parteira Izabel Rosada, que estaria unida a outro

corpo, porque ainda nesse tempo estava o ventre da Preta taõ crescido, como se observou antes de parir, tomou a resoluçaõ de mandar abrir o ventre da Escrava, depois de receber os Sacramentos da Igreja, e como os corpos nascidos estavaõ mortos, cortou em primeiro lugar o Cirurgiaõ o pescosso do Monstro, persuadindo-se, que estaria pegada em outro corpo, ou ao mesmo utero, e ser esta a Remora, que suspendia o naufragio ao Baixel, que naufragava na boca da barra antes de navegar no mar do Mundo. Morreo a Mãy vendo cortar a cabeça ao filho morto; porque ainda que a morte tinha jà insenssivel o filho, o amor matou a Mãy de sentimento. Tirou o ferro a cabeça do lugar, aonde a Mãy obrando a ultima fineza a tinha já sepultado. Encheo esta cabeça huma bacia grande de arame, e a sua figura, e grandeza a todos os circunstantes encheo de admiraçaõ. Tinha os olhos abertos, esplendidos, e com tanta viveza, como se naõ estiveraõ mortos. Pasmàraõ os que os viraõ, por serem taõ grandes como olhos de cavallo. Naõ tinha cranio, ou casco a cabeça, mas dentro nella havia cerebro, ou miollos, como se averigueu pela anathomia. Porèm o q. faltava de osso, sobejava em agoa; porque costuma às vezes ser mais providente a Natureza na geraçaõ dos Monstros, do que na produçaõ dos homens, pois vemos, que gera ordinariamente aos homens com as cabeças cheyas de vento, que na concavidade do cranio, por falta de cerebro, que encha aquelle vacuo, ou espaço imaginario, faz mayores tempestades do que huma tormenta de agoa: e pode ser, que agora gerasse este Monstro com a cabeça cheya de agoa, para que à maneira da chuva abata as monstruosidades, que os homens concebem continuamente na cabeça, geradas dentro nos ventriculos do cerebro, como no utero das Egoas, que vivem, e pastaõ nas cerras de Minde e de Cintra pela fecundidade do vento." . . . .

Idem, ibid.

FERRO VELHO.....

I

VAN-NESS, O AVENTUREIRO

Em 10 de Agôsto de 1772, Walpole, enviado de Inglaterra, dirigiu uma nota sòbriamente enérgica ao marquês de Pombal protestando contra a prisão dum pretenso súbdito britânico, Francisco Van-Ness, dias antes, nas casas dum tal Backman, em S. Paulo.

O diplomata reclamava outrossim contra o excessivo aparato de cinco quadrilheiros para o prenderem e, além disso, lembrava com decisão que Van-Ness deveria de ser submetido ao juizo privativo da Conservatória Britânica. Doze dias depois, como não tivesse obtido resposta, enviou nova nota, mais formal.

O Van-Ness continuava no segrêdo do Limoeiro, «prisonier d'une maniére aussi indigne qu'il est». Exigia que fôsse deduzida contra êle "uma acusação jurídica e concreta", ou fôsse em—continente pôsto em liberdade,

Conseguiu, por fim, uma audiência de Pombal, o qual lhe respondeu com evasivas e reservas, prometendo, no entanto, uma solução rápida e tanto ou quanto possível compatível com a devassa que as justiças andavam a tirar.

Walpole esperou mais uma vintena de dias e mandou a 17 de Setembro uma terceira e última nota, por lhe haver chegado ao conhecimento que um irmão do Van-Ness havia sido sumariamente desterrado para Angola como «criminoso de Estado».

O diplomata, desesperado, ameaça fazer valer a sua pretenção de "maniére plus sérieuse", exigindo o imediato regresso dêste e o envio daquele à Conservatória.

Só em 27 de Outubro, porém, Pombal se resolve deliberadamente a responder por escrito numa longa e difusa exposição assinada «De Melo».

Embora prometa desvelar a vida aventureira dos «dois vagabundos», fornece-nos, no entanto, algumas interessantes notas do cadastro do Francisco, Quanto ao segundo, limita-se a reeditar que havia sido "preso e comndenado como criminoso de Estado" e degredado por tôda a vida para Angola.

É muito mais explícito e concludente pelo que respeita ao primeiro.

Erancisco não tinha limpa a fôlha corrida. Anos antes, havia sido condenado por furto. Tempos volvidos conseguira indemnizar o roubado e foi sôlto.

Viera de Málaga, onde tinha mulher e filhos, e afirmava ter nascido em Gibraltar de pais holandeses.

Uma vez sôlto, logo imaginou burla de maior tômo.

Como quer que houvesse grande escassez de trigo, obteve fazer chegar às mãos dum secretário de Estado uma longa memória, na qual advogava um entendimento com o bei de Argel, para a exportação do cereal.

Oferecia-se para medianeiro das negociações. O

ministro, porém, informado da pouca probidade do peticionário, não aceitou a proposta. O aventureiro é que não desistiu e dirigiu as suas vistas para outro lado.

Procurou alguns negociantes da praça, e afirmou-lhes com grande cópia de argumentos que poderia obter da regência de Argel que autorizasse a exportação.

Auxiliado por êles, passou-se à Africa e teve expediente de se apresentar ao bei como enviado de Portugal para tratar do resgate dos cativos e, ao mesmo tempo, entabular negociações para um tratado amigável de paz e de comércio.

Havia um óbice: não trazia credenciais que o acreditassem. Mas nem por isso desistiu do intento.

O irlandês Cruize e o judeu Daninos, opulentos e respeitados negociantes e muito aceitos do regente, abonaram, não sei por que bulas, a probidade do enviado, como «homem de honra e de crédito».

Tanto bastou para ser recebido em audiências públicas e particulares e conduzir de vento em pôpa as suas pretenções. E, como quer que afirmasse que el-rei D. José não regateava o preço da redenção dos cativos, o bei autorizou a exportação do trigo.

Van-Ness, muito obsequiado, partiu para Portugal e prometeu voltar breve.

Regressando a Lisboa, deu parte aos comerciantes do bom êxito das operações e pediu um adiantamento sôbre a sua percentagem de intermediário. Os mercadores, porém, ou por desconfiança ou por apêgo ao dinheiro, escaldados ainda com a sangria de 100.000 cruzados que lhes dera o marquês à conta da Zamperini, amante do filho, protelaram a resposta.

Van-Ness, porém, não se manteve inactivo. Fêz chegar a Pombal um estirado memorial em que se dizia enviado especial do Grão-Divã para tratar do resgate dos cativos e dos preliminares dum tratado de amisade, para o que vinha munido de amplos poderes.

Pombal não respondeu e desconfiou de tanta fartura. Por seu lado, o bei desesperava da tardança e apertava com o Cruise e o Daninos exprobrando-lhes a leviandade. Sob a ameaça de desmerecerem das boas graças do regente, a cuja sombra fartamente haviam medrado, conchavaram o plano de vir um dêles a Lisboa devassar do caso. Foi o judeu.

Entretanto, quem sofria as conseqüências do lôgro eram os prisioneiros portugueses de Argel, com a ração reduzida a metade e obrigados a duros trabalhos de minas e portos, onde muitos morreram de fome e de miséria.

Chegado à capital, o Daninos, que era avisado, não procurou o Van-Ness, mas tirou inculcas dêle e por seu lado deu esclarecimentos à justiça. Do que resultou ser o aventureiro recolhido ao segrêdo do Limoeiro, enquanto se organizava o processo. E teria sido irremissivelmente condenado à fôrca se não fôra o rei ter avocado a si os autos e comutado a pena, mandando-o pôr na fronteira.

Tal o que refere prolixamente o marquês na nota citada, a qual termina por estas expressivas, enérgicas palavras: "On ne croit pas non plus que l'on doit rendre compte a qui que soit du monde des démarches que l'on fait ici en execution des lois».

Perdoado por D. Maria I, deve de ter voltado a Portugal. Em 1808 uma D. Luiza Van-Ness tinha um colégio de meninas em Buenos-Aires. Seria plausivelmente filha dêle.

Vinte e cinco anos depois, um filho desta senhora era casado com D. Judite Leopoldina Van-Ness, ambos possuïdores de vários haveres, entre os quais uma fábrica de papel na Calçada Nova da Patriarcal. Não tinha notícia dela Matos Sequeira, o arqueólogo ilustre, quando há pouco escreveu a excelente monografia *A Abelheira e o fabrico do papel em Portugal.*

Ora êsse neto do aventureiro, desavindo com a mulher, fêz-se actor. Chamava-se José Maria *Vanez* e durante pelo menos doze anos, entre 1834 e 1846, exerceu na rua dos Condes com brilho a sua profissão.

Que foi cómico de mérito infere-se, pelo menos, de figurar na lista dos escolhidos para o primeiro elenco do "D. Maria".

E nada mais sei que mereça escrever-se, a não ser que, por 1680, usava o apelido de Vannessen um desembargador do Paço, o que me leva a crer que seria já originariamente português Van-Ness, o aventureiro.

JORGE DE FARIA

USOS E COSTUMES DA ILHA DA MADEIRA.[1]

VIII — ROMANCES

É grande o número de romances para contar à lareira, nas tardes frias de Dezembro, os quais, só por si, bastante enriquecem a etnografia insular.

Limitamo-nos, neste momento, a fazer a transcrição de dois dos mais conhecidos, com os quais costumam as avós, de óculos empoleirados no nariz, entreter os nètinhos, quando êstes andam "estrupelas"[2].

Êste que segue foi ouvido por nós várias vezes e parece-nos uma variante ao

1 — *D. Carlos de Montalvar* [3]

1.ª parte

—¡Coitado de mim, que sou velho!
¡As guerras me matarão!

---

(1) Vid. o tôm. VII, pág. 131.

(2) *Andar estrupela* ou *estrepela* = irrequieto.

(3) Confr. "Revista Lusitana," XVII, pág. 57, artigo do sr. dr. Cláudio Basto—*Falas e tradições do distrito de Viana-do-Castelo*, tendo passado para D. Martinho o nome da personagem central do romance.

¡As três filhas que eu tenho
de nada me servirão!
Respondeu a mais velha
de seu leal coração:
—Dê-me, meu pai, armas, etc.

—Tendes os cabelos mui compridos,
filha, conhecer-vos-ão.
—Dê-me, meu pai, uma tesoira,
que eu os deitarei ao chão.
Dê-me, meu pai, armas, etc.

—Tendes o peito mui alto,
filha, conhecer-vos-ão.
—Também os sei apertar
de encontro ao meu coração.
Dê-me, meu pai, armas, etc.

Tendes as mãos mui finas,
filha, conhecer-vos-ão.
—Dê-me, meu pai, umas "lúvias"
do mais fino algodão,
Dê-me, meu pai, armas, etc.

Tendes os pés mui pequenos,
filha, conhecer-vos-ão.
—Dê-me, meu pai, umas botas
do mais fino "cordavão".
Dê-me, meu pai, armas, etc.

2.ª parte (1)

—Meu pai, os olhos de D. Martinho,
meu pai, matar-me-ão;
o corpinho será de "hôme",
os olhos de mulher são.

(1) Passa-se depois de a filha mais velha ter ido à guerra.

—Convida-o, meu filho, para contigo passear;
s'êle fôr mulher, aos cravos s'há-de pegar.
—¡Oh que cravos para moças,
a quem eu os quisera dar!
¡Que lindas rosas p'ra "hômes,"
para no peito cheirar!
(*Pegou em uma rosa e colocou-a ao peito*).
—Meu pai, os olhos de D. Martinho, etc.

—Convida-o, meu filho, para contigo jantar;
s'êle for mulher, no baixo s'há-de sentar.
(*Ela sentou-se no mais alto*).
—Meu pai, os olhos de D. Martinho, etc.

—Convida-o, meu filho, para contigo dormir;
s'êle fôr mulher, não há-de querer-se «dispir».
(Todavia, despe-se até ficar em ceroulas)
—Meu pai, os olhos de D. Martinho, etc.

—Convida-o, meu filho, para contigo nadar;
s'êle fôr mulher, há de começar a chorar.
(*Ela "começua" a chorar e "despois" casaram e assim "acabua" a história*).

2—*A Menina do Penedo*[1]

¡Bravo, bravo,
corta a amarra,
dá cá o cabo!
A menina do penedo
varre a casa e «lembe» o dedo.
Tudo me mete mêdo;
debaixo do castanheiro

(1) Lenga-lenga sem pés nem cabeça, que deve recitar-se muito depressa.

tudo varre o seu «torreiro». [1]
Repicando o meu pandeiro,
avistei um pessegueiro
carregado de pessegões
meios pôdres, meios "sões" [2],
Chamei por meus visinhos,
me vieram três ladrões;
me deitaram dentro dum poço
c'um chocalho ao pescoço.
As velhinhas a chorar,
os meninos a cantar;
cala-te, velhinha, não chores
q'amanhã é dia santo.
Pintassilgo derrabado
não tem cavalo nem sela;
tem uma burra torta
que vai daqui a Castela,
de Castela a Bomseguinte [3].
Encontrei um capitão
carregado de ferro e ouro
p'ra fazer o seu tesouro.
Encontrei uma donzela
cosendo na sua cela,
assando carne num espêto [4],
virando dentro dum cêsto
p'ra fazer o bom sabão.

---

(1) Pequeno espaço existente em frente das casas de algumas povoações da Madeira e que, sendo uma corrupção de "terreiro", também poderia derivar aquele nome de «torrar», por lá bater o sol durante o dia (Cfr. a expressão pop. "à torreira do sol").

(2) Sãos.

(3) ¿ Será "Monte seguinte" ?

(4) Referência às tão conhecidas "espetadas", costume ainda hoje praticado nos arraiais que enxameiam a nossa ilha. Resúme-se em assar nas brasas a carne de vaca espetada em varinhas de loureiro.

O bom sabão era de rala,
derramava pelo chão.
¡Coitados dos "proves" dos velhos,
qu'estão em cima do telhado
apanhando vento e sol!
Pintassilgo, rouxinol,
¿quem te *insinua* a cantar?
Foi no palácio da rainha,
onde o rei vai passear,
apanhando laranjinhas
para os meninos brincar.

IX—CANTIGAS (1)

São vários os cantos populares espalhados pela Ilha.

Aí vão uns tantos, dos que nos tem sido dado colher:

I—*O Príncipe e a Lavadeira* (2)

Ele: Eu admiro
como no rio
lavas, Engrácia,
dias a fio
com os pézinhos
metidos na água,
cabeça ao sol,
molhada à mágua (3). *(bis)*

Ela: Eu já estou feita, (4)

(1) E' de recomendar a leitura do interessante folheto do nosso ilustre amigo o distinto folclorista visconde do Pôrto-da-Cruz, *Trovas e cantigas madeirenses.*

(2) *Nota da Red.*—Não nos parece que esta cantiga seja de feitura popular; popularizada, sim, como há muitas em Portugal. O boleio literário dalgumas frases, o emprêgo de termos como *insana, densa,* e outros, parece assinarem-lhe uma origem culta.

(3) Deve ser corrupção de "anágua" (saia de baixo).

(4) Afeita, habituada.

m'estou a rir,
e nenhum frio
tenho a sentir.
¿Não lhe parece
batendo a roupa
o corpo aquece? (*bis*)

Êle: ¿E não tens mêdo,
rosa louçã,
te salte á cara
alguma rã,
e algum "pixinho"
com fúria insana,
te fira a pele
co'a barbatana? (*bis*)

Ela: ¡C'ol[1] rã nem peixe!
Você está vendo:
êles, quietos,
cá vão vivendo;
«demás", coitados,
mansinhos são,
fogem da água
que tem sabão. (*bis*)

Êle: Já eu, Engrácia,
se peixe fôsse,
não fugiria
da água doce,
nem do sabão
a espumar
quando estivesses
tu a lavar. (*bis*)

Ela: Vinha barrado, [2]

(1) Qual.
(2) O mesmo que dizer «estava servido», ou «bem arranjado».

qu'a luz do sol
feria-lhe a vista
c'o seu anzol.
Não acertava,
¡que reinação! (1)
¡não agarrava
êste «pexão»! (*bis*)

Ele: Tua linda cara
¡mal empregada!
Tua linda pele
¡do sol queimada!
Quem te pusesse
à sombra, flor,
à sombra densa
do meu amor. (*bis*)

Ela: ¡Deixe-me a pele,
qu' é feia a cara!
¡Que se raspasse
já eu tomara!
P'ra cá não risca;
não quero ouvi-lo,
que sou tão branca
que nem um grilo. (*bis*) (2)

Ele: Grilinhos dêsses,
—¡oh, meu tesouro!—
só em gaiolas
bem finas de ouro;
em vez de alfaces,
prendas sem fim.
¡Eu vou roubar-te,
Engracia, oh! sim! (*bis*)

---

(1) Reinação=zanga, aborrecimento.

(2) São freqüentes na Madeira o *Hiogryllus bimaculatus* e o *Gryllus hispanicus*, isto é, o grilo dos campos e o das cozinhas.

Ela: ¡Mas eu então,
senhor marau,
já deito a mão
a um calhau!
Tenho uma figa,
senhor António;
tenho até gana...
¡Vá-se, demónio! (*bis*)

Êle: ¡Ora, adeuzinho!
Quizera eu vêr
o que m' havias
tu de fazer
¡se de repente,
no meu desejo,
na tua face
deixasse um beijo! (*bis*)

Ela: Você bramava,
q'eu cá não brinco,
como quem diz
dois e três: cinco.
Depois gritava:
ai!, ai!, ai!, ai!
¡e então chamava
a mãi, e o pai! (*bis*)

Êle: O pai não vinha
nem vinha a mãi;
eu dava um beijo
e dois também,
Depois terceiro,
¡Jesus, que passo!
Depois o quarto,
mais um abraço. (*bis*)

Ela: Oh! homem, fuja!
¡Que tentação!

Se aqui estivesse
o meu irmão,
adeus, Degnero (?)
¡Fuja, Senhor,
ou entre n' água
se tem calor! (*bis*)

2—*Cantiga da coelhinha*

Andava a linda coelha
lá na rocha a passear,
passa ali um coelhinho
falou-lhe para casar.

¡Deus te salve, ó minha amada,
minha linda coelhinha!
Venho-te falar d' amores
a-pesar-de seres minha.

Vá-se já *imbora* (1) d' aí,
não escorregue no lôdo,
qu'eu mais quero à minha fama
do que quero *ó* mundo todo.

¿Como póde isso assim ser,
s'eu não sou de mansidão?
¿S'eu não conheço o senhor
nem sei a sua tenção (2)?

O coelhinho ali *ficua*
todo cheio de prazer;
tirua o anel do dedo,
depressa o foi of'recer.

Logo ali ao despedimento
deram a mão um ao outro;

(1) É mt.º vulgar pronunciar-se *i* por *e*.
(2) Expressão freqüente.

logo foi co'a condição
de ficar um com o outro.
Caminhua êste coelho
p'lo caminho temperando a sua flôr (?);
fica a coelha na rocha
saudosa do seu amor.

A cabo dos oitos dias
começa o coelho a correr;
vem buscar a sua coelhinha
para se ir *arreceber* (1).

Lá naquela estreita cova,
lá fizeram os seus ninhos;
logo da primeira vez
tiveram sete filhinhos.

Caminhua esta coelha
a governar (2) a sua vida;
Dum tirano caçador
chegua a casa ferida.

Preguntou-lhe o seu marido
que a viu tão desmaiada:
¿O que tendes, coelhinha?
¿O que tendes, minha amada?

Vai- me chamar o *dòtor*,
qu'eu queria ser sangrada;
um tirano caçador
quási que me matava.

¡Oh! tirano caçador!
¡Oh! ferro do coração!
¡Mataste-me a minha amada,
a minha consolação!

---

(1) Termo usadíssimo, para significar "tomar por mulher, casar."

(2) Nalguns lugares mais afastados diz-se "voguernar" por "governar". E pouco vulgar esta metátese.

Lá *deitua* à pressa (1)
lá *chamua* o *sarugião*.

Logo qu'êle *chegua*
não lhe quis aplicar;
dava-lhe cinco patacas, (2)
êle não quis aceitar;
desinganua a coelhinha
de que não vinha a escapar.

Cal'-te, coelho, não chores,
nem te ponhas a *cramar*, (3)
q'ainda és rapaz novo,
inda te podes casar.

¿¡Como se pode casar
quem tanto filhinho tem,
q'êles nunca veem a achar
outra tão bela mãi?!

Cal'-te, coelho, não chores, etc. (como atraz).

Eu já nisso pensei,
eu já nisso imaginei;
adeus, qu'eu me vou imbora,
não sei já o que farei.

Caminhua êste coelho
a procurar de comer;
que já vinha tão contente,
que seu filho vinha vêr.

Q'ando *chegua* a casa
qu'os seus filhos não *achua*,

(1) "Deitar à pressa"=correr.
(2) Ainda na actualidade e mesmo no Funchal, há quem diga pataca por escudo.
(3) *Cramar* (=clamar): lastimar; maldizer a sorte.

preguntua á visinhança
se lhe dava a noticia
de quem seus filhos *roubua.*

Uns disseram que os viram,
outros disseram que não;
só um vizinho lhe disse
que tinha sido um gato ladrão.

!Oh gato roubador,
qu'os meus filhinhos roubaste!
¡Além d'eu ficar viuvo,
sòzinho me deixaste!

A história está *aviando* (1),
aviando por instantes;
isto vinha sendo a história
dos coelhos dois amantes.

Quem quiser amar os homens,
há-de amá-los com memória;
quem quizer tomar amores,
aprenda com esta história.

X—JOGOS INFANTIS

1—*O Rico da Maré*

Esta cantiga, em especial para crianças, é muito praticada em algumas freguesias da Ilha, e designadamente em Machico.

Colocam-se seis crianças de um lado e, no oposto, unicamente uma.

(1) *Aviar*—acabar. "Está aviando por instantes", é expressão muito vulgar.

Em seguida iniciam o jôgo, dando uns passos ao encontro umas das outras, e voltando sempre ao lugar primitivo.

Ao mesmo tempo vão cantando, por um sistema de preguntas e respostas:

Grupo: Eu sou pobre, pobre, pobre,
da maré, maré, maré. } *bis*

Sòzinha: Eu sou rico, rico, rico,
da maré, maré, maré. } *bis*

Grupo: ¿Que é que você deseja?
Mata tira, tira lá. } *bis*

Sóz.: Eu desejo a sua filha,
mata, etc. } *bis*

Gr.: ¿Qual é que você deseja?
Mata, etc. } *bis*

Sòz.: Eu desejo *fulana* (uma do grupo)
Mata, etc. } *bis*

Gr.: ¿Que presente tem p'ra ela?
Mata, etc. } *bis*

Sòz.: Tenho uma pulseira (ou outra prenda)
Mata, etc. } *bis*

Aqui passa a escolhida a juntar-se à primeira e agora estas duas escolhem terceira, e assim sucessivamente, cantando sempre a mesma parlenga, e acabando por ficar em disposição contrária à que tinham de início.

2 – *A Machadinha*

Canta-se em uma roda de crianças e, algumas vezes, mesmo de adultos, batendo as mãos umas nas outras e colocando a mão no ombro da que fica ao lado.

Assim:

—Ah! ah! ah! (*batem palmas*)
¡Rica machadinha!
¿Quem te pôs a mão
sabendo que és minha? } *bis*

(Pôem a mão no ombro da criança que segue).

¿Sabendo que és minha
e eu sou só teu?
Rica machadinha,
teu amor sou eu. } *bis*

—¿Para onde leva a moça,
senhor soldado?
—Levo-a comigo
para o mercado.
—Ah! ah! ah! (*batem palmas*)
¡Rica machadinha, etc.

¿Sabendo que és minha, etc.

—Para onde leva a moça,
senhor sargento?
—Levo-a comigo
para o regimento.
—Ah! ah! ah! (*batem palmas*)
¡Rica machadinha, etc.

¿Sabendo que és minha, etc.

—¿Para onde leva a moça,
senhor capitão?
—Levo-a comigo
para o batalhão,
—Ah! ah! ah! (*batem palmas*)
¡Rica machadinha, etc.

¿Sabendo que és minha, etc.

—¿Para onde leva a moça,
senhor *dòtor*?
—Levo-a comigo
seja para onde fôr. [1]
—Ah! ah¡ ah! (*batem palmas*)
¡Rica machadinha, etc.

¿Sabendo que és minha, etc.

3 — *O Miau-Miau.*

Roda de crianças e adultos, as mais das vezes colocando-se ao centro uma criança de olhos vendados com uma vara na mão. Andando em redor, vão tôdas dizendo:

!Oh gato, cuidadinho
co' a pontaria do pau!
Se não tiver's cuidadinho,
não dirás miau, miau.

Em seguida, quem estiver no centro toca com a vara numa pessoa da roda, ao acaso, pede-lhe para miar e, pelo miar, conhece-lhe a voz e diz-lhe o nome.
Se acertou, é substituida pela nomeada; caso contrário, continua ao centro, voltando o grupo a cantar.

FERNANDO DE AGUIAR

---

(1) Há uma variante, que diz:
—Levo-a comigo,
porque tem uma dôr).

POR ALÉM-MAR

PELOURINHOS DE ÁFRICA

Agora, que Portugal patenteia a sua obra ultramarina e mundial na Exposição Histórica da Ocupação, e pode provar ao mundo inteiro o que pelo mundo e para o mundo fêz, não devemos desperdiçar as ocasiões de em tudo e por tudo acrescentar os elementos que podermos.

Na revista *Ethnos*, do "Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia", publiquei notícia de dezasseis pelourinhos portugueses de Além-mar: Funchal, Índia e Brasil. Faltou-me algum de África.

Faltou, mas acudiu à chamada. E chegou a reprodução fotográfica de um. E chegaram notícias da antiga existência de outro, autenticada na nomenclatura das ruas.

São agora dezoito. Não é muito, por certo, quando o Império foi tamanho. Mas evitemos sobrepor a quantidade do número à qualidade da informação.

Sigo o mesmo método usado no *Ethnos*.

O PELOURINHO DA RIBEIRA GRANDE
(ILHA DE S. TIAGO DE CABO VERDE).

Pela ilha de S. Tiago, que António de Nola descobriu em 1 de Maio de 1460, passavam as nossas naus da Índia e da Costa da Mina. Aí refrescavam. Não a esqueceu Camões, na descrição da rota de Vasco da Gama:

> Áquella ilha aportamos, que tomou
> O nome do guerreiro Sanct-Iago
>
> *Lus.*, V, 9.

Era na cidade da Ribeira Grande a residência do Governador das Ilhas. Tinha bispo, criado em 1532: tinha também seminário e misericórdia. Havia casas de lavores manuelinos, mármores de Pero Pinheiro.

Em 1712, apesar da suspensão de armas, preliminar da paz de Utrecht, que só no ano seguinte as potências interessadas concluiriam, a esquadra francesa de Cassart desembarcou junto da Vila-da-Praia, a três léguas a E. da Ribeira-Grande, e saqueou esta cidade. A população fugiu para o interior da ilha. Começou a decadência da antiga capital. A insalubridade fêz o resto.

A vila da Praia foi fortificada, teve seu capitão-mor. O governador Joaquim Salema de Saldanha Lôbo, entre 1769 e 1776, transferiu a séde do govêrno para a vila da Praia, abandonando a Ribeira-Grande

PELOURINHO DA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE

T. VIII, págs. 54

ao bispo da diocese. Por fim a capital passou definitivamente para a cidade da Praia, onde até hoje ficou, e a séde do bispado foi para Ribeira-Brava, na ilha de S. Nicolau.

Entre as ruinas de edifícios religiosos e militares, públicos e privados, inclina-se, também arruinado, trôpego, mas orgulhoso ainda em frente do mar, o pelourinho do município quinhentista, igualmente de Quinhentos, êle também:[1]

Base poligonal, fuste estriado de arestas torcidas sôbre a esquerda, nó de moldura redonda, simples decorada de fita e botões, capitel tronco-cónico de bom trabalho, com decoração de entrelaços, remate cónico estriado e torso, com moldura inferior de corda. [2]

O concelho da Ribeira-Grande foi extinto em 1834, e, em vez dêle, apareceu o de Santa-Catarina.

O PELOURINHO DA CIDADE DA PRAIA.

Diz Francisco Travassos Valdez em sua *Africa Occidental* [3] que a parte principal da cidade da Praia rodeava o "Pelourinho", vasto paralelogramo onde os habitantes faziam o mercado. Em volta do velho centro político do concelho agrupavam-se as casas. Da Achada levavam ao "Pelourínho" as ruas de Lencastre, do Meio e do Cofre, arruamentos das melhores edificações de modêlo europeu. As ruas do Ouvidor e dos Quarteis formavam trapézio com o "Pelou-

(1) J. Carlos de Chelmicki, *Corografia Cabo-Verdeana*, T. I, Lisboa, 1841, págs. 65 e ss. Id. e F. Adolfo de Varnhagen T II, Lisboa, 184 , págs. 177 e ss., 209 e ss. passim

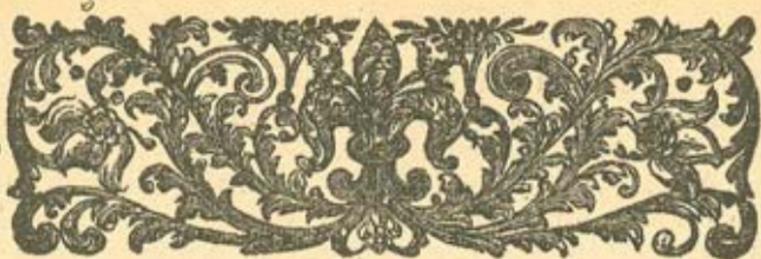
(2) A fotografia, que ilustra esta notícia, foi-me remetida pelo Sr. Dr. Alexandre Sarmento, da cidade da Praia.

(3) Francisco Travassos Valdez, *Africa Occidental*, Lisboa, 1864, pág. 219.

rinho" e o largo da Igreja (4).

É apenas notícia, embora segura, da existência dum pelourinho, deixada na nomenclatura do largo principal da cidade e no desenvolvimento urbano em volta dêle.

Luiz Chaves

(4) O "Pelourinho" e a Igreja: os dois extremos da vila e da vida colonial, entre o govêrno do Rei pela actividade municipal, e a missão, igualmente necessária aos europeus e aos indígenas, mais por vezes àquela do que a esta.

SUNTUÁRIA POMBALINA

PARA MATOS SEQUEIRA,
MESTRE OLISIPÓGRAFO.

UM montão de manuscritos—formais de partilhas, traslados de testamentos e doações, etc.—adquiridos por um alfarrabista de Lisboa, apareceram uns fragmentos de inventário, mandado fazer pelo primeiro marquês de Pombal aos «móveis e ornatos" da sua casa solarenga de Oeiras.

Não sei se foi organizado durante o ministério do reconstrutor de Lisboa, se depois do seu ocaso. Seria possivelmente datado, mas a falta do fecho impede-me de lhe adscrever data.

Pena é que sejam apenas cadernos truncados do inventário, e que êste se me não tenha deparado completo. A última fôlha que examinei está numerada 77, e por tão alta foliação se poderá ajuïzar da sua importância documental.

Como bom administrador que sempre foi, já da fazenda nacional já da própria, o enérgico marquês acau-

telava-se das variedades do tempo e da fortuna, e trazia em dia, maravilhosamente organizados, a escrita e o tombo da sua opulenta casa.

A relação de que trato foi lançada em papel de linho branco, formato almasso, e traz escrito em boa letra garrafal, ao centro e no recto da primeira fôlha:

INVENTARIO

E ao alto da segunda fôlha:

Inventario dos Moveis, e Ornatos que ha no Palacio de Oeiras (1).

Segue-se a relação, discriminada por aposentos, salas, corredores e escadas.

MOVEIS DO INTERIOR DO PALACIO.

Quarto novo
Casa do Patamal da Escada.

4.	Reposteiros grandes azuis com Armas da Caza bordadas, varoens de ferro, e 6 Xapas douradas, e lavradas.

Gabinete immediato.

4.	Paineis de Historia Natural.
3.	Ditos dos Imperadores d'Allemanha.
1.	Barra de ferro esmaltada com seu pé triangular axaruado.
1.	Jarra da China guarnecida de lataõ dourado sobre a mesma banca (2)
8.	Tamboretes de palhinha pintados de amarêllo.
1.	Meza de pedra com seus pes de ferro dourados.

(1) Êste titulo está anulado com uns traços à pena.
(2) N.º riscado do inventário.

2. | Bustos de Louça branca da Fabrica de Lisboa (1).
1. | Redoma de Vidro sobre a mesma banca com hum peixe chamado Labrus Viridis (2).

Sala que olha para o Nascente

26. | Retratos da Serie dos Sr.es Reys de Portugal.
2. | Mezas de Pedra com pés dourados.
2. | Paineis de Historia Natural.
1. | Meza de jogo pequeno de bilhar com seus pertences.
12. | Cadeiras de braços de Palhinha.
1. | Relogio de Parede.
2. | Vazos da India com Armas da Caza (3).
1. | Lustre de Cristal com 8 Lumes (4).

Camera immediata á mesma Sala.

1. | Retrato do Sr. ElRey D. Joaõ o 5.º.
1. | D.º da Raynha D. Marianna d'Austria.
1. | D.º do Sr. Conde de Daun.
1. | D.º da Sr.ª Condeça de Daun.
4. | Paineis de varias pinturas.
1. | Dezenho da Jornada do Rio Negro.
1. | Meza de pedra com pés dourados.
1. | Redoma de vidro, com huã Planta maritima.
1. | Vazo da India com Armas da Caza (5).
1. | Meza de jogo com panno verde.
1. | D.ª ordinaria de tomar xá.
2. | Cadeiras de palhinha de braços.
2. | D.as d.ª sem braços.
1. | Canapé do mesmo.

---

(1) e (2) Rubricas trancadas.
(3) Idem.
(4) A' margem: *NB. Se he Lustre.*
(5) Riscado.

Seg.da Camera.

6. Paizes grandes com molduras douradas.
2. Paineis com Dezenhos de Architetura.
1. Mapa da Cidade do Porto.
1. Painel de huma batalha.
1. D.º mais pequeno.
1. Estampa [1] do Ex.mo Sr. Marquez de Pombal com moldura dourada.

. . . .

Esta parte do inventário está evidentemente incompleta, tanto mais que tem vestígios do arranque dalgumas fôlhas.

Segue-se, noutra pasta com fôlhas sôltas, uma relação das peças da cozinha, feita, a meu parecer, por algum cozinheiro francês, a avaliar pela caligrafia, que é a francesa do século XVIII, e pelos termos empregados, já na língua daquele país, já em adaptações portuguesas, tais como: *degressé*, (*sic*, em vez de *degraisser*), *coutelas*, *segondo*, *carbaõ*, *casserollas*, *assortidas*, *pello* (*pour le*=para o) etc. Ei-la:

BATERIA DA COZINHA

Rol Do Cobre que esiste No Palacio De Oueiras o d.º é o seginte

	Primeiro lotte	
16	Caserolas Con suas tampas . . .	fazem todas 46 (2)
	Segundo lotte	
13	Caserollas Con suas tampas . . .	
	Terceiro lotte	
17	Casserollas	

(1) A' margem: *Com Fig.as allegoricas.*

(2) Estes 3 lotes estão trancados tendo alguém lançado à margem: *45 Caçarolas de todos os tamanhos, com suas tampas.*

Panellas o seja Marmitas

1	d Moito Grande Con sua tampa . .	fazem todas 7
2	d mais Pequenas Con sua tampa. .	
2	d Mais Pequenas com t.	
2	d Mais Pequenas com t.	

Basias

3	Basias Con suas tampas Grandes. .	fazem todas 4
1	d Mais Pequena com t.	

Estufadeiras

	huma estufadeira Moito grande com sua tampa	fazem todas 3
1	outra d Mais Pequena	
1	outra d mais Pequena	

Formas P.a Timballe

Duas formas P.a Timballe de Rosca . .	fazem todas 3
otra d liza	

Torteiras Grandes

Duas d Grandes	todas fazem 8
Duas d Mais Pequenas	
quatro d Mayores	

Folhias pello forno

Tres folhias Grandes.	fazem todas 5
Duas mais Pequenas	
hum Passador	1
Duas frigideiras de Cobre	fazem todas 3
otra d de ferro Con Cabo	
Sinco Culher de Baldiar de Cobre estanhado . .	5
Tres Culher a degressé (1).	3

(1) Provavelmente *degraisser*, i.é, tirar a ôlha, ou gordura.

quatro escumadeiras assortidas (1) 4
21 formas P.ª Pastelinhos compridinhas (2) . . . 21
16 d Rodondas 16
Duas Coutellas Grandes (3) 2
Duas d Maneiras P.ª Picado 2
hum escalfador 1
hum Taxo grande Pella sendrada (?) 1
1 pingadeira
1 forno de Campanha

Espettos

hum d grande Pello ingenho	fazem
quatro d Mais Pequenos	todos 7
Duis d Mais Pequenos	(4)

noue espiches 9
huma Pá pello Carbaõ 1
otra d Pello forno 1
hum Barador 1
huma attanas 1
quattro grellas assortidas (5) 4

2. raladores de folha de Flandes
9. triangulos de ferro
1. gral de pedra com maõ de páo
2. trempes de ferro

COPA

2. Almarios de pinho
1. d.º com 7. redes d'Arame de Lataõ
1 tacho de Cobre de Cenourada (?)
1 d.º mais pequeno de doce

---

(1) À margem, corrigindo: *3 escumadr as somt.e*.
(2) Idem: *20 formas compr.as somt.e*.
(3) Idem: *1 Cotela grd.e somt e*.
(4) Êstes 3 lotes estão riscados, e em vez dêles, à margem: *4 Espetos do Ingenho — 3 Espetos de maõ*.
(5) A' margem: *3 grelhas somt.e*

5 Caldeiras de Cobre, com suas tampas
4 pratos grd.es d'estanho
4 triangulos de ferro
1 pá de d.o

CAZA DA ROUPARIA FINA (1)

1 Caixa de Xaraõ com roupa p.a meza da India com cercaduras de ramos, e tarjas de Cores com as pessas seg.tes

1	toalha de meza grande
1	d.a mais pequena
36	guardanapos
2	toalhas de maõs
40	p.s (2)

1. aparelho de roupa de Meza fina e com cercadura de ramos encarnados, e as p.s seg.tes

6	toalhas grd.es de meza
6	d.as mais pequenas d.as
89	guardanapos
101	

1. aparelho p.a meza de roupa fina com cercadura de listas encarnadas, e as p.s seg.tes

4	toalhas grandes de meza
4	d.as mais pequenas d.a
70	guardanapos
78	

1. aparelho p.a meza de roupa fina com cercadura encarnada de salpicos, e as p.s seg.tes

3	toalhas grandes de Meza
3	d.as mais pequenos d.a
48	guardanapos

(1) Estão riscadas as palavras *Caza da*. A letra já é doutra mão nesta parte do inventário, que, ao alto da página, traz à margem: *Dias 29 e 30 de Julho de 1780. Em poder do Clemente.*

(2) Peças.

8 toalhas de limpar maõs 8.
62

1. aparelho p.ª Meza de roupa fina com Listas azuis ferretes, e as p.s seg.tes
6. toalhas grandes de Mêza
78. guardanapos
84 p.s

1. aparelho p.ª meza de roupa adamascada com o sinal 10.., e as p.s seg.tes
1. toalha de Meza
16. guardanapos[1]
17

1. aparelho p.ª meza de roupa adamascada com o sinal 02. e as p.s seg.tes
1 toalha de Meza.
19. guardanapos
20

1. aparelho p.ª Meza de roupa adamascada com o sinal 04. e as p.s seg.tes
2 toalhas de mêza
11 guardanapos
13

1. aparelho p.ª Meza de roupa adamascada com o sinal 03. e as p.s seg.tes
3. toalhas grandes de Mêza.
25. guardanapos.
28

1. aparelho p.ª meza de roupa adamascada com o sinal 06 e as p.s seg.s
2. toalhas de meza.
21. guardanapos
23

---

(1) A margem: *NB. outro 010.*

1. aparelho p.ª Meza de roupa adamascada com o sinal 05. e as p.s seg.tes

 1. toalha de Meza
 17. guardanapos
 ——
 18

1. aparelho p.ª Meza de roupa adamascada com o sinal 07: e as p.s seg.tes

 1. toalha de meza.
 19. guardanapos
 ——
 20

1. aparelho p.ª meza de roupa adamascada com o sinal 08: e as p.s seg.tes

 1. toalha de meza.
 12. guardanapos.
 ——
 13

1. aparelho p.ª meza de roupa adamasc.ª com sinal 09. e as p.s seg.tes

 1 toalhas de Meza.
 12 guardanapos
 ——
 13

1. aparelho p.ª meza de roupa adamasc.ª com o sinal 010. e as

 2 toalhas de Meza
 11
 ——
 13

1. aparelho p.ª meza de roupa adamasc.ª com o sinal 011.

 1. toalha de meza
 7. guardanapos
 ——
 8

1. aparelho de meza de roupa branca toda com lavor de salpicos miudos, e as p.s seg.tes

 2. toalhas de meza.
 18. guardanapos
 ——
 20

2 toalhas de Meza irmaãs (1) da roupa de qualid.e do aparelho assima com riscas azuis.
1. aparelho de meza de roupa branca lavrada de olho de perdiz e as p.s seg.tes
1. toalha grande de meza.
40. guardanapos
41
11. toalhas de aparadores
4. toalhas m.to uzadas q. servem p.a a Familia
1. aparelho de meza de roupa branca de Guim.es com riscas estreitas azuis, e as p.s seg.tes
7. toalhas de Meza 7.
72. guardanapos (2)
79
23. guardanapos avulsos..diz saõ mais p.los que andaõ pelos quartos das Criadas, e servindo.
10. toalhas de mãos avulsas...(3) diz ha mais q. andaõ servindo.
1. Coberta grande da India com Cercadura de Cores (4)
3. Cobertas pequenas de Chita ordinaria.
2. D.as de algodaõ, hua branca, outra com Lavor de Cores
30. Lançoes do serviço da Familia, (5)
6. fronhas grandes de traveseiros.
1. fronha pequena

---

1. Caixote de pao com dois Castiçaes de prata e as

(1) Esta palavra está riscada.
(2) Antes e depois da palavra guardanapos, está, com outra letra: *6 duzias.*
(3) O resto da frase está trancado.
(4) Éste n.º e os 5 seguintes estão anulados.
(5) Á margem, e de outro punho: *em q. entraõ 16 q. foraõ p.a a Granja.*

bazes saõ pés de passaro [1] com 4 unhas.

1. bacia de prata com seu jarro, e gola de prata p.a fazer a barba.

12. Castiçaes de por velas de prata, pequenos &.

1. escarrador de prata com as Armas da Caza.

2. Cruzes pequenas com suas peanhas, e crucifixos tudo de prata.

1. canudo de folha de Flandes com a Carta Topographica das terras q. s. Ex.a possue nas margens do Rio d' Alcantara.

---

2. Enxergoens grandes de panno riscado encarnado [2].

2. Colxoens grandes de panno riscado de azul p.a Cama Imperial.

3 Colxoens grd.es de panno riscado de encarnado, e diz tem fora

1. travesseiro irmaõ dos Colxoens riscado azul assima

2. Colxoens riscado de azul.

2. Cobertores ordin.os p.a mossos dis saõ 6.

NB. falta da Caza de rouparia p.a assentar.

Cadeiras.

Pratro com Mardeperola.

Silhoens.

Taboleiros de Charaõ.

---

1. Caxa de xaraõ com sua fexadura.

2. Caxas d.o Chatas.

1. Caxa pequena d.o

2. Figuras grandes da China de 2 1/2 p.mos d'alto [3]

9. d.as de palmo e meyo tambem da China

2. garrafas de Louça da India com seus baldes esmaltados.

---

(1) Esta palavra está riscada e substituída por *aguia*.

(2) Dêste n.o em diante estão trancados seguidamente os n.os do inventário até às palavras *Taboleiros de Charaõ*, inclusivé.

(3) Êste n.o e os 3 seguintes estão riscados.

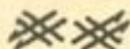
1. Frasco da India guarnecido de Lataõ dourado.
2. Campainhas ordinarias.
6. figuras da China q. estavaõ na Caza da Assemblea [1]
1. Cadr.ª furada de tripe encarn.º q. estava no gavinet
1. Prato grande escuro com embutidos de már de perola
6. Cadeiras de Nogueira com Capas de xita.
1. Silhaõ de Veludo Carmezim com retranca e peitoral.
1. Silhaõ de Veludo verde bordado de prata em Caxa de moscovia com todas suas pertenças.
2. Colxoens grandes de panno riscado d'azul p.ª Cama Imperial [2]
1. Tanque com Varias pessas p.ª deitar agua de Louça da fabrica de Lx.ª [3]
3. Colxoens grandes de panno riscado d'encarnado.
29. Enxergoens do serviço da Familia 29
15. Colxoens do serviço da Familia, em q. entraõ 8 Colxoens q. foram p.ª a Granja
22. Travesseiros
15. barras de bancos de páo serviço da fam.ª em q. entraõ 4 q, foraõ p.ª a Granja.
14. bancas de pinho com gavetas do serviço da familia
6. Cobertores de Raxa.
1. Coberta de Linha com bastante Uzo.
22. Cobertores de papa, em q. entraõ 8 q. foraõ p.ª a Granja
6. Mantas ordinarias de Cabêlo.
6. Conxas de marde perola com feitio p.ª se beber p.r ellas.
1. Jarra dourada Ingleza de palmo e meyo d'alto [4]
1. Jarra grande de Louça preta.
2. D.as mais pequenas.
1. Banca de xá de Vinhatico de hum pe só

---

(1) Este n.º e o seguinte estão riscados
(2) Riscada esta palavra e substituida por *grande*.
(3) Anulada esta rubrica.
(4) Idem, esta e as 2 seguintes.

5. Bancos compridos de pinho.
4. Taboleiros encarnados de xaraõ.
1. D.° preto tambem de xaraõ.

E «nada mais se continha no original a que fielmente me reporto»....

C. M.

MAIS UM INÉDITO DE CAMILO

No meu exemplar do folheto *O tomo primeiro do* Elucidario *censurado pelo Sr. Augusto Soromenho. Resposta á critica*, por Inocêncio Francisco da Silva (datado de 20 de Outubro de 1865), Camilo lançou no fim esta nota:

«Comquanto Innocencio respondesse cabal, satisfatoria e triumphantemt.e á critica ruim e acintosa de Soromenho, os mastins de A. Herculano levantaram as patinhas e applaudiram a *creatura* do insigne historiador.

«Innocencio é quasi geralmt.e odiado dos litteratos porque, no seu *Diccion.-Bibliog.*, usou a rara franqueza de lhes emendar os erros. Os soberbos ignorantes conjuraram contra o auctor dos prestantes livros, sem attentarem no favor que lhe deviam de os ter advertido p.a não reincidirem em asneiras palmares, á cêrca de bibliographia».

1866. *C. Cast.° Br.°*

POEIRA DOS TEMPOS

XLVII—CARTA DE ALFORRIA DE UM ESCRAVO

«Saibão quantos este publico Instrumento d'Escritura d'Alforia virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos quarenta e hum aos vinte nove do mez de Julho do dito anno nesta cidade de Moçambique, e Escritorio de mim Joze Prazeres da Costa Tabeliaõ publico das Nottas nesta Provincia, e seo termo por Sua Magestade Fidelissima que Deos Guarde &c. Appareceo aly em sua propria pessoa Joze da Costa, epor elle me foi dito em prezença das testimunhas ao deante nomeiadas, e abaixo assignadas, que elle por sua livre vontade queria dar Alforia ahum seo preto por nome Agostinho de Silva para elle poder gozar de sua liberdade, assim como se gozaõ todas aquellas pessoas que nascem de ventre livre, e Como de factto em virtude deste publico Instrumento consedeo a mesma liberdade ao mesmo Preto Agostinho para elle poder desde ja gozar de sua liberdade, e possuir livremente tudo quanto lhe pertence, epossa pertencer, epara maior validade deste, disse, que dava por ratificadas todas as clauzulas em direito necessarias. Em testimunho, e fe de verdade de como assim disse, me outhorgou faculdade de lançar no livro

das minhas Nottas, e depois deste serlhe lido se assignou com as testimunhas prezentes Joaquim Francisco Pereira, e Paixaõ de Miranda todos conhecidos de mim dito Tabeliaõ que escrevi, e assigney=Joze Prazeres da Costa=Joze da Costa=Joaquim Francisco Pereira= Paixão de Miranda=. Esta conforme ao original laurado af 55 do livro das minhas Nottas donde fielmente Copiey, e aoproprio me reporto, Eu dito Tabeliaõ que escrevy, e assigney Com o meo publico irazo Sinal que se segue —

Joze Prazeres da Costa

|J. P. C.|

em tt.º Jº deverd.º

Segue-se o reconhecimento da assinatura e sinal público do tabelião, feito pelo Juiz ordinario servindo de substituto do Juiz de Direito com alçada na província de Moçambique, João Gonçalves Machado.

(Ms. da colecção Fernandes da Silva).

O «GADENSTEIGEN» EM PORTUGAL

Nos antigos casamentos populares portugueses encontram-se vestígios de rapto e de compra da noiva, o que indica, sem dúvida, a existência remota dessas formas matrimoniais.

Mas também se encontram costumes curiosos relativos à integridade feminina; e, se é certo que predomina a defesa da virgindade da mulher solteira que assim, integral, casava, tambem é verdade encontrar-se o costume de vexar as solteiras virgens, levando-as à coabitação antes do casamento, costume êste que Consiglieri Pedroso localiza em várias terras portuguesas, nomeadamente na região saloia e nos aros do Pôrto, na Madalena.

Efectivamente, parece que quem casava com raparigas solteiras não tinha a esperar delas, em absoluto, que fôssem donzelas. O casamento nas terras de Bouro, citado por Teófilo Braga, assim o demonstra; e, por ser curioso, o transcrevemos:

"Nos montes criam-se muitos gados que são guardados por moços e moças que se desregram por causa das ocasiões próximas; e, por isso, quando se efectua algum casamento, no acto de irem receber-se vem um dos principais parentes do noivo à porta do sogro, onde está um outro dos principais parentes da noiva e, tirando ambos os chapeus, pregunta o da casa ao de fora:

— ¿Que procurais?

Responde êste:

— Mulher, honra, fazenda e dinheiro.

Logo o de dentro toma a esposada pela mão e apresentando-lha, diz:

— Ela cabras guardou.
Sebes saltou,
Se em alguma se espetou.
E a quereis,
Assim como é,
¡Assim vo-la dou!

Dito isto, dirigem-se todos à igreja e celebra-se o matrimónio, e não pode haver desunião nem questão alguma, ainda que haja defeito, porque ela se vale da fôrça daquelas palavras trocadas entre os parentes dum e outro, que são um baptismo que lava de tôdas as culpas passadas".

Tambem, na terra saloia, embora se considerasse vergonhoso o facto de ser virgem a moça púbere, o que a levava a ligar-se ao primeiro que a requestava, ela, quando casava, tornava-se mulher séria; e o casamento efectuava-se com o companheiro de leito que o fôsse, quando a interessada aparecia grávida pela primeira vez.

Se pode, pois, tomar-se como facto normal para quem casava nestas duas zonas, a carência de virgindade da noiva, parece que o facto estava mais gene-

ralizado, visto que além do dote ou arrás, com que o futuro marido comprava a noiva aos pais, havia também uma dádiva do marido à mulher, quando a noiva era donzela, *tanquam pretium delibatæ pudicitiæ*. Tal dádiva, *pretium virginitatis*, denominada *morgengabe* no direito germânico, tinha em Portugal o nome de *câmara cerrada*, e era dada no dia imediato ao das núpcias.

As viúvas, voltando a casar, não tinham *câmara cerrada*; e o mesmo se deve supôr acontecer quando as noivas, pôsto que solteiras, já não era donzelas

Consiglieri Pedroso admite também a remota existência duma "organização familiar onde reinava grande liberdade entre os sexos, antes do casamento, organização mais ou menos poliândrica". Seria vestígio dessa organização o uso de caracter persistente (e não de infracção individual), comum a todo o país, da coabitação dos noivos antes do casamento, uso que as Constituições episcopais proïbiam com as mais severas penas.

Teófilo Braga vê, no facto, um costume hetairista. Efectivamente, nas Constituïções episcopais cominam-se penas para a coabitação antes do casamento oficial. Assim, nas Constituïções de D. João Soares de Albergaria, Bispo de Coimbra em 1548, lê-se;

"Mas sendo prometimentos a que o direito chama esposórios de futuro, como dizendo:— ¡Prometo que casarei contigo! ou— ¡Prometo que não receberei outra mulher! ou outras similhantes, não haverá lugar para a pena sôbredita, salvo se, depois das ditas palavras, houverem cópula carnal, porque então ficam em verdadeiro matrimónio, que o direito chama de presunção. E os noivos ficam escomungados..."

O mesmo se encontra nas Constituïções episcopais de Miranda de 1565, de Lisboa de 1534, do Pôrto de 1541, do Algarve de 1554, de Viseu de 1617, etc.

Merece a pena transcrever as disposições visienses, que mostram uma modalidade curiosa da corrupção de costumes na dita diocese:

«Porque muitos, contratando-se de casar, antes de se receberem por palavras de presente em face da Igreja, costumam fazer prometimentos de futuro ,e às vezes, com juramento; e confiados nas tais promessas, têm cópula carnal, com grande detrimento das suas consciências e engano e desonra das esposas e escândalo do povo; e outros que com licença nossa se recebem antes de corridos os banhos, e constar por êles que não têm impedimento, tem outrosi cópula carnal com as mulheres, com que assim se recebem, com perigo de lhes sair impedimento e ficarem desonradas...»

Outras referências, mais, a coabitação pré-matrimonial se encontram nestas constituïções.

¿Qual a origem dêste comércio sexual "antes do matrimónio, entre duas pessoas novas que quadram uma à outra» e que, aparecendo reprimido pela Igreja, parecia consentido pelo consenso do povo e que se não deve confundir com a prèlibação nupcial ou direito de pernada ou de marqueta?

Para idênticos costumes, existentes na Alemanha, o dr. Walter Chassen coloca a sua origem no antigo direito germânico. "Segundo o antigo direito germânico, não combatido por nenhuma das duas Igrejas (católica e protestante) até depois de Lutero, o casamento não era sancionado por nenhuma autoridade civil ou eclesiástica, mas sómente pelo acto dos interessados. Esta tradição conservou-se no campo».

Hugo Meyer, pelo contrário, vê em tais costumes um "resto das teorias esponsalícias evangélicas, antigas e canónicas, a que era contrário o velho direito germânico. O povo não passou por completo para as formas modernas da jurisdição matrimonial eclesiás-

tica (católica ou protestante) ou civil. Ha, pois, no costume, um exemplo do conservantismo do campónio».

Seja qual fôr, a origem do costume deve ser a mesma no nosso povo, e a atitude cominatória da Igreja Portuguesa procurava a morigeração, a moralização da instituïção matrimonial—digno de nota é o facto—antes do concílio de Trento determinar àcêrca do assunto sérias medidas disciplinares. Todavia, o pêso das tradições populares fêz vir até ao século XIX—ignoramos se até à actualidade—o costume do comércio sexual prè-matrimonial.

Na Alemanha o costume tem os nomes de *fensterlen* ou *gadensteigen*, por se caracterizar pela entrada do noivo pela janela do quarto da namorada, por subir ao aposento dela.

Ora, em cantigas e romances do folclore português encontrei algumas passagens que se podem tomar como alusivas à coabitação pré-matrimonial, à entrada no quarto (pelo menos, na casa de habitação) da noiva e, até, à subida à janela.

Pertence ao primeiro tipo o romance do *Cabreirinho* de Lagos, no qual se diz:

> ...Não arremate, menina,
> Quem está debaixo da terra [a mãi],
> Que eu também já fiz em tí
> O que meu pai fazia nela...

No romance dos *Dois amantes*, de Silves, também se encontram vestígios dêste costume e, possivelmente, noutras peças literárias do mesmo género.

Do segundo tipo, encontrámos o romance da *Joaquininha*, versão de Airão, que é um colóquio entre dois namorados:

> *Ela*: Anda por aquela porta
> As escadas vem subir,
> Não faças muito barulho,
> Minha mãi está a dormir.

e tambem a quadra popular:

Oh amor da minha alma
Dá cá a mão e sobe ao muro,
Que meu pai não está em casa,
Podes entrar ao seguro.

Quanto ao terceiro tipo, encontrámos muitas quadras em que o sentido, simbólica, velada ou claramente, é referido à subida ao aposento, à janela. Assim:

Menina lá da janela.
Dê-me a mão. quero subir,
Que eu sou muito vergo-
[nhoso
Pela porta não sei ir.

A desgraça quer'-me bem,
Entrou-me pela janela...
Quem nasce para a des-
[graça
¡Pouco serve fugir dela!

Da minha janela à tua.
Do meu coração ao teu,
Vai um tiro de suspiros
¡Quem no atira sou eu!

Janela que te fechaste
Só p'ra mim te não abriste;
Torna-te a abrir, janela,
Jurarei que me não viste.

Oh minha bela menina
O meu nome é José;
Dizei-me. minha menina:
¿A vossa cama onde é?

¡Oh que janela tão alta!
Mais alto vai meu intento
¡Quem me dera pôr os olhos
Onde tenho o pensamento!

Da minha janela à tua
Vai o salto duma cobra;
Oh quem me dera chamar
Á tua mãi minha sogra!

Não corteis a videirinha
Que sobe pela janela;
E' a escada do amor
Que sobe e desce por ela.

Estou mal c'o meu amor
Desde a semana passada
Por querer falar comigo
Depois de eu estar deitada.

Quem me dera ser a hera
Pela parede a subir
Para chegar à janela
Do teu quarto de dormir.

¡Abre-te, janela de ouro!
¡Aparece, resplendor!
Que eu quero ir dormir
[contigo,
Meu delicado amor.

Fui por uma rua abaixo
Escorreguei numa poça,
Assaltei uma janela,
Dei um beijo numa moça

Como estas, muitas e muitas outras quadras populares são vestígios da existência, em épocas remotas, do *gadensteigen* em Portugal.

Obras a consultar:

Francisco Adolfo Coelho—*Cultura e Analphabetismo*

Consiglieri Pedroso—*Sur quelques formes du mariage populaire en Portugal.*

Teófilo Braga—*O povo portuguez.*

Dr, Levy Maria Jordão—*Memoria sobre a Camara Cerrada.*

F. Falcão Machado

NOTAS SÔLTAS SOBRE A TIPOGRAFIA EM PORTUGAL

O PRIMEIRO JORNAL PORTUGUÊS

NTÓNIO Ribeiro dos Santos,—nas *Memorias de Litteratura da Academia*, tômo VIII, pág. 17 e seg.tes, diz: «A tipografia hebraica veio transplantada da Itália, e por mãos dos Hebreus, que eram os únicos naqueles tempos que a estabeleciam, e a propagavam por tôda a parte; porquanto os judeus, maiormente os Alemães da cidade de Spira, que haviam passado a Itália, tinham levantado os seus primeiros prelos nas cidades de Socino, de Piobe, de Pesaro, e de Ferrara, e dêstes vieram alguns a Portugal, para onde muito os atraía e convidava a grande quantidade, que cá tínhamos de judeus estrangeiros e nacionais, e a esperança de grosso lucro, que lhes prometia o muito fervor, com que então se tratavam os estudos da Literatura Sagrada nas sinagogas deste reino.

"Suspeitamos que os judeus portuguêses da Academia de Lisboa, e os da comuna de Leiria, que muito figuravam naquele século, querendo aproveitar-se de

um invento, que com tanta facilidade podia multiplicar os livros da sua lei, foram os que com mais ardor e diligência chamavam a si de algumas partes da Itália êstes primeiros impressores, para virem exercer entre êles esta arte...

"Provavel é que nós a tivessemos já pelos anos de 1485, a tempo em que ainda a não tinha nenhuma outra cidade da Europa, excepto Socino, Ferrara, Piobe, Bolonha e Pesaro, que são as que remontam nesta parte á maior antiguidade....

«Querem alguns escritores que a primeira tipografia em Portugal tivesse sido em Leiria, mas não há elementos seguros para fazer tal prova, parecendo que a Lisboa cabe essa glória no último quartel do século XV.»

Também não conhecemos notícia segura sôbre o primeiro jornal. Parece que os primeiros que foram publicados só davam notícias das guerras.

Dizem-nos que o primeiro apareceu em 1641, com o titulo de «Gazeta», e durou até 1647, impresso em Lisboa.

Outros, porém, dizem que o primeiro foi a «Relação universal do que sucedeu em Portugal e mais províncias do ocidente e oriente» (1625-27); também impresso na capital.

Em 1663, apareceu o "Mercurio Portuguez", que durou até 1667. Era mensal.

A imprensa dessa época era mais propriamente constituída de boletins ou folhetos especiais, do que de jornais.

O jornalismo póde dizer-se que foi fundado, entre nós, por José Freire de Monterroyo Mascarenhas, em 1715, em Lisboa.

O primeiro jornal tinha o título de «Historia anual cronológica e política do Mundo, ou Notícias do estado do Mundo.»

O primeiro número saiu a 10 de Agôsto de 1715;

era semanal e publicava-se aos sábados. Pouco depois mudou o título para «Gazeta de Lisboa.» Durou até 31 de Janeiro de 1760, sendo conhecido por «Gazeta de Monterroyo.»

Nota interessante; a venda dêste jornal era feita por cegos conduzidos por guias ou "moços."

A nossa imprensa política, pode dizer-se que começou em 1820, em Inglaterra, onde os emigrados publicaram o "Português", colaborado por Almeida Garrett.

O jornal barato, avulso a 10 reis, começou com o «Diário de Notícias».

Jorge Larcher

MIGALHAS TEATRAIS

ÓPERA NO PAÇO

No chamado "Teatro do Forte", no Paço da Ribeira, onde já se cantavam óperas há bastantes anos, houve em Dezembro de 1732, dia de S. João Evangelista, como era costume antigo, um espectáculo musical. D. João V veio, de propósito, de Mafra, e expediram-se avisos aos cortezãos para que viessem de gala. Para solenizar o acontecimento festivo, o monarca perdoou ao Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida, que há onze anos não ia ao Paço.

No entrudo do ano seguinte (15, 16 e 17 de Fevereiro) deram-se na mesma sala de espectáculos, óperas italianas, e no de 1735, tornaram a repetir-se as habituais representações "com boa aceitação das pessoas que as vão ver", dizia o meu anónimo informador.

O entrudo era o S. Miguel dos divertimentos teatrais. Nas casas onde se fazia o presépio do Bairro-Alto, na rua das Rosa das Partilhas, o *D. Quichote* de António José da Silva, que preenchera as récitas formais do período folião de 1773, ainda se representava em

Maio, «com bastante galanteria porque tem muita musica e boa». Tôda a nobreza e particulares concorriam ao presépio e vinham de lá satisfeitos. "A falta de outros divertimentos faz este o melhor„, diz o autor da notícia.

UM CONFLITO TEATRAL-RELIGIOSO NO CONVENTO DE CRISTO.

A côrte, em fevereiro de 1735, alvoroçou-se com novas vindas de Tomar. El-rei expedira duas ordens misteriosas. ¿Que se teria passado na ridente cidade de Gualdim Pais? Poucos o sabiam, e os que estavam no segredo real calavam-se misteriosamente.

Em quarta-feira de cinzas, os avisos do soberano chegavam a seu destino e quem os recebia eram o Dom Prior do Convento, Frei Ricardo de Melo, e o Padre Diogo Marques Mourato, Prelado de Tomar. Imediatamente as ordens foram cumpridas. D. Frei Ricardo deixava apressadamente o Convento e refugiava-se em Coimbra e o P.e Mourato, entrava na clausura para começar a devassa.

O caso era realmente grave. A disciplina conventual fôra perturbada, o Dom Prior desrespeitado, e um ambiente de revolta cercava a casa plácida e recolhida dos freires de Cristo. Ora o que se passara tinha sido isto:

Dois freires de sangue impetuoso, mal contido ainda, tinham imaginado, ao avizinhar-se o novo ano, levar a cabo, dentro do convento, em dia de Reis, um espectáculo teatral. Escolheram a peça, entraram a fantasiar as vestimentas e o estrado para a representação, e foram impetrar de D. Frei Ricardo de Melo a autorização para a entrada de Talia na sala do Capítulo. O Dom Prior, candidamente surpreso, deu-lhes um não

redondo:

— Que não senhor; que isso de teatros era obra demoníaca; que os freires de Christo eram para rezar e não para dizer lôas ou cantar motetes profanos. Frei Joaquim Côrte Real e Frei Cristovam de Moncada, os dois furiosos dramáticos, ficaram varados. Vieram com a resposta aos outros freires conluiados para as tramoias teatrais e, naturalmente, ao acharem bom ambiente de indignações moças, resolveram, como vingança de se lhes ter estragado a festa, arreliar D. Frei Ricardo o mais que pudessem.

Se bem o pensaram melhor o fizeram. O que se passou então no convento, não é fácil de imaginar. Os freires, estimulados pela oratória dos dois díscolos, transformaram a casa de Deus em "casa de orates».

A primeira partida que fizeram, foi armar de noite o dormitório em "jôgo da bola". Não se podia dormir na clausura com os pinchos dos jogadores sofraldando os habitos, nem com o ruído das bolas de madeira correndo no taboado. D. Frei Ricardo quis atalhar o distúrbio; estabeleceu vigilâncias e castigos, mas ainda foi pior. Os freires mudaram de táctica e de divertimento. Desta vez utilizaram a pirotecnia aplicada a um gato. Agarraram no bichano, vestiram-no com uma manta de foguetes pequenos e lançaram-lhe fogo. O pobre animalejo, enquanto as bombas estralejavam, corria pelos corredores miando aflitivamente. Tôda a comunidade, sem saber do que se tratava, fugia apavorada para a cêrca, e o Dom Prior, arrepelando-se, se é que ainda tinha cabelo, fulminava os díscolos com ameaças tremendas. Nada, porém, conseguiu, e o convento não se aquietava, porque daí a pouco outra partida rebentava entre a galhofa e a apupada dos adeptos do Côrte Real e do Moncada. Um carro todo feito de campainhas, como a túnica de Aarão, corria à desfilada tôdas as noites, depois do silêncio, pelos dormitórios. Agora, nem

sequer o deixavam dormir. Era demais. O cálice da pa-
ciência evangélica do Dom Prior transbordou, e daí o recurso para El Rey.

Era de tudo isto que o Prelado de Tomar vinha fazer a devassa.

Escusado será dizer o resultado da missão do Padre Mourato. Os dois cabeças de motim foram logo presos, e os outros, que os tinham acompanhado nas partidas, pouco depois. Para êstes, então, destinou-se o convento capucho da Anunciada e para aquêles os cárceres de S. Francisco. A ordem de degrêdo não tardou para alguns. O Côrte Real, com proibição de pregar, foi para Beja e o Moncada para Penamacor. Frei Leonardo, lente de véspera em Coimbra, ainda os quis salvar, escrevendo um "papel difuso" em que tentava provar que D. Frei Ricardo de Melo já não podia ser Dom Prior do Convento. Nada conseguiu, ou, melhor, conseguiu ser privado da sua cadeira. A justiça real ainda o pôde atingir.

Eis no que deu a fúria dramática de dois piedosos freires de Cristo.

UM "CONTO DO VIGÁRIO"

Em Outubro de 1746, D. Luiz da Silveira, filho ilegítimo do conhecido D. Braz da Silveira, que frequentava assiduamente a grade e a portaria do convento da Esperança, o que a ninguém admirava por ali ter professa uma sua irmã D. Maria Joana, andava por várias casas bem recheadas e batendo aos portões de alguns ricaços, solicitando, por empréstimo, vestuários, jóias e adornos. Receberam-no atenciosamente os opulentos alfacinhas. O negociante Manuel de Bastos Viana, que morava na rua da Barroca, não teve dúvida em lhe emprestar os adornos pedidos; o famoso Manuel de Passos, e o rico João Teixeira, e outros magnates da Lis-

boa de D. João V, cederam-lhe imediatamente os trajos que se requeriam; e Monsenhor João Guedes, irmão do Secretário de Estado António Guedes Pereira, que emprestava dinheiro a juros, não hesitou igualmente em passar às mãos do fidalgo algumas jóias cubiçadas, cujos juros se tinham atrazado.

As razões apresentadas por D. Luiz da Silveira eram convincentes. Ia fazer-se no convento da Esperança uma representação teatral em que as freiras serviriam de cómicas; estava a preparar-se um espectáculo de estrondo e D. Luiz prometia, de certo, convites para assistir a tão notável récita. No tempo de D. João V os freiráticos platónicos abundavam em tôdas as classes e a promessa era realmente tentadora. Cortinas, damascos, vestidos, chapeus espadins, peças de diamantes, passaram para as mãos dêsse emprezário improvisado. Eram mais de cem mil cruzados de guarda-roupa e adereços para tão estupendo espectáculo.

Todos antegozaram a tarde solene e apetitosa em que se veriam as franciscanas a dialogar e a cantar, quando um sucesso inesperado veio perturbar, ao mesmo tempo, a tranquilidade dos capitalistas e o sossêgo da clausura.

Na madrugada de 2 de Novembro, quando a comunidade se ajuntava no côro para as rezas matinais, deu-se por falta de duas freiras, as madres Maria Joana, irmã de D. Luiz de Silveira, e Inês, filha de um então celebrado confeiteiro lisboeta. Nas celas desertas, as roupas descompostas acusavam a fuga. No claustro e nos corredores e dormitórios do velho cenóbio da Quinta da Sizana o alvorôço alastrava como labareda; erguiam-se preces no templo pedindo misericórdia e a pobre abadessa ervilhava de pasmo.

As duas fugitivas não tinham deixado o menor rasto. As suspeitas, porém, eram que tinham embarcado para fora do reino, e a aturdida Prelada não descansou emquanto

a parte do acontecido não foi para o Secretário de Estado e para El Rei, com tôdas as minúcias esclarecedoras. Ao Bastos Viana, ao Teixeira, ao Passos e ao João Guedes, logo lhes deu um baque no coração. Ambas as freirinhas pertenciam à companhia dramática de D. Luiz da Silveira, e êste desaparecera também, indo igualmente na cambulhada fugitiva um seu irmãozito de 13 anos, filho legítimo de D. Braz.

Escusado será dizer que os cem mil cruzados nunca mais apareceram. Eram o financiamento da "tournée"....

ESPECTÁCULO DE CÓMICOS EM S.to ESTEVAM DE ALFAMA

No oratório que encimava e decorava as Portas da Ribeira, estava em 1748 uma imagem do Senhor Jesus das Aflições. Qual a razão por que um dia foi levada processionalmente para igreja de S.to Estevam de Alfama, ignoro-o absolutamente. O facto é que a procissão se fêz, por sinal no dia 18 de Julho dêsse ano, um domingo lisboeta quente e luminoso, naturalmente, como é costume em tal quadra. O que eu sei, apenas, é que nesse templo lisboeta tinham-se feito então algumas obras (embelezara-se a capela mor, fizera-se uma sacristia nova, restaurara-se a capela da Via Sacra, encomendaram-se sinos novos, etc., etc.) a-pezar-da reedificação que se fizera. há pouco e que acabara em Maio de 1744.

Da imagem do Senhor Jesus das Aflições nada sei. Estava lá, no oratório das portas; é quanto basta.

A procissão foi de estrondo e a festividade em S.to Estevam, não lhe ficou atrás. Houve sermão, missa cantada, e, á tarde, — ¡aqui é que bate o ponto! — uma representação teatral dentro da igreja.

Pois quê? interrogará o leitor, —¿será possivel isso em pleno século XVIII? Sim; foi possível. Armou-se

um estrado no corpo do templo e alguns cómicos amadores, entrajados, talvez, pelo vestimenteiro da rua do Mercatudo, ali à Esperança, representaram um "diálogo". O que seria tal diálogo é um mistério. O que é certo é que parte do público se escandalizou. A indignação e o pasmo chegaram ao auge quando o "gracioso", com uma garrafa na mão, irrompeu no tablado, e várias figuras disseram falas joco-sérias, rematando tudo com o *Mabile*—um baile desnalgado,—executado por outro cómico.

O desafôro do espectáculo, correspondeu ao desafôro da assistência. O público sentava-se nos altares, conspurcando as pedras de ara e daí aplaudia ou invectivava os representadores. Ia acabando c mundo em S.^{to} Estevam de Alfama. O páraco, que era o dezembargador António do Espírito Santo Freire, pouco tempo se demorou a pastoriar aquele rebanho alfamista, não sei se por causa de tão grande desacato.

Em 1749 já estava substituído pelo Padre Luiz da Silva Pedroso.

*

Tôdas estas notícias foram respigadas na Gazeta manuscrita *Diario de Novidades*, que há pouco esteve nas minhas mãos, antes de ser vendida no leilão da livraria do saudoso olisipógrafo D.^{r} Carlos Leopoldo dos Santos.

A Imprensa era uma grande coisa.

Matos Sequeira

O RETRATO DA TODI

M poder de uma senhora, descendente da Todi, existe, ali às Picoas, um soberbo quadro a óleo, retrato da célebre cantora.

O quadro tem passado de geração em geração e parece que não está assinado.

Todavia, por amor de estudos a que ando procedendo, na mira de escrever um dia, com a ajuda de Deus, uma biografia exaustiva da famosa Luiza de Aguiar, cheguei à conclusão de que o retrato era obra de Madame Vigée-Lebrun.

E, recentemente, fiz publicar um pormenor do quadro (a cabeça da artista) dando-a como do pincel da notável pintora francesa.

Pois há dias—dois ou três—encontrei um sujeito das minhas relações que, á queima roupa, me disparou:

—Olhe que lá fui vêr o quadro... E' bom, sim, mas... não é da Vigée-Lebrun.

E com esta se foi, deixando-me varado, como se me tivessem deitado um balde de água fria por cima.

O caso não era para menos, porque eu não sou autoridade na matéria, ao passo que o tal sujeito é verdadeiro oráculo nestas coisas. Anda meio mundo suspen-

so de suas opiniões em assuntos de arte, aliás com forte razão de ser, porque êle tem o raro condão de identificar a autoria de quadros anónimos num simples lance de olhos e de adivinhar a idade de qualquer objecto artístico pelo cheiro... E, aqui para nós, eu invejo-lhe êsses poderes divinatórios...

Mas, porque custa muito o passar se por tolo, não quero deixar de dizer o que levara o meu leiguismo a concluir pela autoria de Madame Vigée-Lebrun, muito embora a assinatura não esteja visível, o que não quere dizer que não esteja, ou não tenha estado, na tela, visto que o quadro foi restaurado (?) aqui há coisa de sessenta e cinco anos.

*

Tem a palavra Ribeiro Guimarães *(Biographia de Luiza de Aguiar Todi*, pág. 53):

"O retrato a oleo... representa a artista em meio corpo, de tamanho natural, na acção de cantar, acompanhando-se na lyra. O trajo é theatral, mas não podemos indicar a que opera pertence; cinge-lhe a cabeça uma coroa de louro... A cabeça está primorosamente pintada; é bello o colorido, excellente a expressão, e os cabellos teem muita delicadesa.

"Quando e onde foi pintado este retrato? Dizem-nos que se suppõe ter sido em Berlim ou em Venesa; *mas alguem da familia nos disse ter ouvido referir, que fôra pintado em Paris por uma senhora,* que pintou dois eguaes, um que deu á Todi e outro existiu na Academia de musica d'aquella cidade. A tela é oval, estava bastante mal tratada mas agora acha-se restaurada».

Ernesto Vieira (*Diccionario biographico de musicos portuguezes*, I, pág. 377 e 378) diz por seu turno:

«A ultima recordação da grande cantora que os seus descendentes ainda possuiam em 1872... era um bellissimo retrato a oleo, que a tradicção da familia dizia ter sido pintado em Paris por uma senhora, indicio que,

LUIZA DE AGUIAR TODI
(Quadro de M.me Vigée-Lebrun ?)

T. VIII, PÁGS. 90

junto com outros, faz crer com toda a probabilidade ter sido obra da notavel pintora Vigée-Lebrun».

Não sei quais eram os outros indícios que levavam Vieira a atribuir o quadro à perícia da famosa retratista francesa, mas suponho que seriam os triunfos alcançados pela Todi em Paris, os quais deviam ter atraído a atenção da pintora sôbre ela.

Pude, graças a Deus, ganhar a certeza de que as duas artistas se tinham conhecido e mesmo privado até certo ponto, mercê do depoïmento de... Madame Vigée-Lebrun *(Souvenirs*-págs. 58, 59).

"J'étais bien loin de me flatter... que tous ces grands personnages vinssent pour moi: ainsi qu'il arrive dans les maisons ouvertes, les uns venaient pour trouver les autres, et le plus grand nombre pour jouir de la meilleure musique que se fit alors à Paris. Les compositeurs célèbres: Grétry, Sacchini, Martini, faisaient souvent entendre chez moi les morceaux de leurs opéras avant la première representation. Nos chanteurs habituels étaient Garat,... madame Todi..., etc.».

E foi ainda por intermédio da própria Madame Vigée-Lebrun que eu pude concluir que fôra ela quem pintara o quadro, já porque nêle são rigorosamente observados todos os requisitos que ela aconselhava a sua sobrinha (Madame Tripier Le Franc), já porque na lista cronológica dos retratos que pintou, feita por seu próprio punho, figura o de Madame Todi, cujo apelido a imprensa estropeou mercê de uma "gralha» impertinente—a troca do "t» inicial, por um «f».

Em vista do exposto, convenci-me de que o retrato era obra da Vigée-Lebrun, mas ao tal sugeito bastou-lhe relancear a vista para emitir opinião contrária, embora nunca em sua vida houvesse visto um quadro da notável retratista «em carne e osso» (seja-me permitida a expressão), nem soubesse de todo que estavam escritas as

coisas em que eu me baseava para atribuir a autoria. ¡Privilegiados da Natureza!...

*

Antes de pôr ponto, direi o que sei a-respeito da razão de ser da tela estar bastante maltratada quando Ribeiro Guimarães, por mal dos nossos pecados, a mandou restaurar, ao mais certo por afamado pintor de *ex-voti* e "alminhas".

Os filhos e netos da cantora eram todos (como ela fôra) miguelistas ferrenhos.

Luiza Todi morrera em 1833, a tempo de não ter sofrido o desgôsto de vêr a sua causa pelas ruas da amargura.

Depois da implantação do liberalismo, seus filhos pagaram com língua de palmo a sua lealdade ao Trono e ao Altar: pouco mais que penúria era a vida que passaram a levar.

O quadro veio às mãos do neto, Francisco Xavier Todi, como o rabequista seu avô, o qual, por artes do endiabrado Cupido, unira seu destino ao de uma senhora de família, se não liberal, pelo menos com grande influência junto dos políticos liberais.

As pessoas das relações de D. Maria da Conceição Todi quiseram empregar-lhe o marido numa das repartições do Estado, mas êle negou-se terminantemente a aceitar o que quer que fôsse "dessa gente".

¡Louvavel coerência que espelha uma alma de rija têmpera!

Por fim, a muito custo, a boa da senhora lá conseguiu que êle se deixasse encaixar na Misericordia, donde recebia um ordenado assás modesto. Dêsses proventos, porém, o que primeiro saía era a cota-parte de Francisco Xavier Todi para a mesada del-Rei proscrito. Dizia mesmo que preferiria "rebentar de fome a faltar á mesada de Sua Majestade".

Pois êste neto da artista vivia com algumas dificuldades e tinha, naturalmente, a casa de residência mobilada com grande modéstia.

E porque o quadro a óleo — peça suntuosa — destoava do conjunto, mandou metê-lo no vão da escada "porque quem era pobre não podia ter quadros a óleo pendurados nas paredes„.

E, até êle morrer, o quadro esteve sempre no vão da escada, votado ao ostracismo!

Muito embora tivesse uma caixa própria, dentro da qual acompanhara a cantora em suas viagens por Seca e Meca, o certo é que a tela se deve ter ressentido muito, chegando a faltar-lhe mesmo pedaços de tinta.

Uma fotografia moderna evidencia um grande restauro desde o lado esquerdo da bôca até a borda do rôsto, e tambem salta à vista que na mão que desfere as cordas da lira simbólica há forte e desastrada colaboração do restaurador.

Pode ser, pois, que a assinatura da pintora tenha desaparecido por ter sido aposta num dêsses troços de tinta que cairam ou que foram esborratados pela notória canhestreza de quem restaurou a tela magnífica.

Algés, 1937 — Dia de S. João.

MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO.

HERÁLDICA SENTIMENTAL

O Snr. Alfredo Cândido publicou no último fascículo da "Feira da Ladra" um artigo sôbre *A origem e simbolismo do escudo português.* Inspirando nos mais elevados sentimentos de nacionalismo, o ilustre artista condena as teorias dissolventes, que no século passado levaram os historiadores portuguêses a menosprezarem certas tradições, que se haviam introduzido na história pátria, entre elas a da visão milagrosa de Ourique, sôbre a qual se havia assente a interpretação corrente das armas nacionais, e pugna pcr ela, em conformidade com a doutrina camoniana, desenvolvida depois por Faria e Sousa.

Não podemos acompanhar o Snr. Alfredo Cândido. Camões não foi um heraldista e, em matéria de história, em geral, nãc é nem pode passar por autoridade. Camões procurou na historia pátria o heroico, o pitoresco, o que lhe pudesse ministrar assunto para o desenvolvimento do seu extraordinário estro poético — um ponto de vista muito mais estético do que científico. Ninguém, por exemplo, irá hoje invocar a autoridade

de Camões para fazer aceitar como boa a sua interpretação sentimental da intrigante Inez de Castro, episódio tão deturpado na épica camoniana que até se lhe falsearam completamente as circunstâncias da sua morte, transformada, de uma execução política, num assassinato passional. Não é pela defeza de erros e de falsas concepções históricas que se faz nacionalismo, ¡que será de todo o ideal que se funde em falsidades e mentiras! Ora assim se deve fazer com a interpretação das armas reais, estudando-as à luz mediévica, a única que se torna aplicável ao estudo da heráldica antiga.

Não temos documento algum que nos diga qual foi ao certo o escudo de armas de D. Afonso Henriques. Há apenas a tradição, mais ou menos fundada, de que era uma cruz azul em campo de prata. Esta tradição é aceitável por muitas razões, que seria longo aqui explanar, e até pela justa observação do Snr. Alfredo Cândido de que «nunca ao lado da espada deixou de se erguer a cruz». O que não tem consistência é a idea do Sr. A. C. de que o escudo português—armas de formação medievalesca, não se esqueça—tem qualquer *sentido descritivo*. As armas desta época não tinham sentido descritivo algum. Parta-se dêste princípio.

Meras signas de reconhecimento pessoal ou de *ralliement*, as armas medievais começaram por serem sinais de uma simplicidade extrema, sem significado especial: primeiramente, o elemento de distinção foi apenas a côr (confr. as armas dos Menezes, dos Narbonas, etc.) depois, e porque as côres primárias teem um número limitado, essas côres foram aliadas ou cortadas com outras, nascendo daqui as *palas*, as *bandas*, as *barras*, as *aspas*, as *cruzes chãs*, etc, as peças honrosas, enfim, chamadas de primeira classe. Quando muito, as armas eram um simples e quási singelo hieroglifo de certo nome: um leão para os chefes de certo estado chamado Leão, sua capital, um castelo para Castela, etc.

Por vezes as armas traduziam o sentimento religioso, e daqui a cruz, vulgarizada com essas campanhas meio místicas meio rapinadoras chamadas as cruzadas.

O conde D. Henrique, fôssem quais fôssem as razões pessoais, familiares ou políticas, que o trouxeram para a côrte de seu futuro sogro, era, até certo ponto, um cruzado, por isso que se havia de empenhar na campanha da reconquista. Não é, pois, de rejeitar a tradição de que usaria por armas a referida cruz azul em campo de prata. Por essa época já se tinha generalizado a hereditariedade dos sinais heráldicos, com quanto que sujeitos a alterações que as circunstâncias provocavam. Uma dessas alterações—se assim no caso que vamos expôr se lhe poderá chamar—era a conservacão de certas relíquias pessoais no estado em que determinados acontecimentos as haviam pôsto. Assim, por exemplo, a cruz que encimava a coroa de Santo Estêvão, rei da Hungria.

É o que deve ter acontecido com o escudo de D. Afonso Henriques. A cruz pintada de azul no coiro cru que revestia o madeiro da arma defensiva, reforçada, como soía, de pregos de ferro, foi-se entalhando, esfarrapando, à fôrça de tanta serventia, a ponto dos golpes, à dextra e sinistra, lhe terem produzido o aspecto de escudetes, e assim entalhada e esfarrapada se transmitiu como nobre e heroica relíquia ao filho e netos do Conquistador. Eis o porquê da flutuação e variação do número dêsses escudetes nos primeiros documentos diplomáticos conhecidos, logo reduzidos a cinco—o menor número com que se podia manter a cruz—nos numismas, por fôrça da exigüidade dos módulos monetários. A realidade, porém, que em geral é simples, a verdade, que é nua e crua, não é todavia, do agrado de artistas e de poetas—a própria alma popular, que é sempre poética e muitas vezes artística, compraz-se muito mais no maravilhoso do que na chã realidade.

Daqui o ter-se desatado a tecer a lenda maravilhosa para explicar a génese das armas reais. Primeiro, o registo heráldico da visão de Ourique—como se tivesse sido necessário Cristo Senhor Nosso aparecer a Afonso Henriques para que êle tomasse por armas a cruz, como outro qualquer cruzado; depois, a ideia particulariza-se na expressão especial das chagas e completa-se com o preço do Justo, por meio de complicadas operações aritméticas, em que se chega ao apuro de aplicar coeficientes ao escudete central! Faria e Sousa acaba, em completo delírio, por entrar pela estratégica e, além de descobrir que a cruz azul era o brazão de armas da casa de Borgonha, o que até êle ninguém tinha descoberto, e que a forma do pavez do escudo, que aparece nos primeiros exemplares esfragísticos e numismáticos, era um *coração*—¡que sentimento!—encontra a disposição da batalha de Ourique em certas variantes medievais das armas, em que o escudo aparece realisticamente representado com os seus reforços metálicos (aro e pregos). Não sei o que a isto dirá o nosso eminente professor de tactica, o historiador Snr. tenente-coronel Costa Veiga. S. Ex.ª, que é igualmente um notabilíssimo matemático, também muito teria que se entreter com os cálculos transcendentais a que Faria e Sousa se entrega para, à vista dos escudetes, das armas reais e dos seus besantes,¡ determinar o número das unidades do exército português e o número *exacto* (sic) dos soldados inimigos!

Felizmente, que o Snr. Alfredo Cândido admite a possibilidade de tudo isto ser apenas uma fantasia ou a ilusória ingenuïdade de um sonho. Continuamos, porém, a não o poder acompanhar quando defende a idea de que fantasias e ilusões geradas pelo fervor religioso, são factores saudáveis para um povo, e que D. Afonso Henriques teria conveniência duma fantasia heráldica, «a

bem da unidade do seu exército e da indispensável fôrça da fé...»

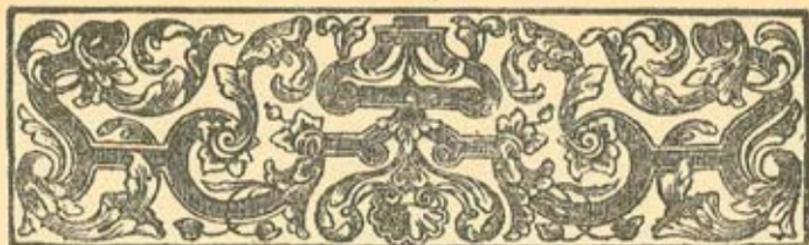
Nada disto tem a menor consistência. Basta atentar na evolução cronológica da idea de aplicar às armas nacionais a simbologia da paixão de Cristo Nosso Senhor.

Ainda em 1380, uma eminente autoridada eclesiástica desconhecia por completo esta interpretação, e atribuia a significação dos cinco escudetes, não às chagas do Filho de Deus, mas sim às de D. Afonso Henriques no prélio ouriquense.

A pouco e pouco é que se foi desenvolvendo a ideia da conveniência de dar uma origem divina às armas nacionais, à qual a cruz formada pelos escudetes já de si se prestava, e se foi ajustando a sua interpretação à conveniência desta ideia e à custa da boa hermenêutica historico-heráldica. Seria para essas épocas muito apropriada; hoje, que oito séculos de história cimentaram em alicerces inabaláveis a independência nacional e a configuração geográfica da Pátria Portuguêsa, não necessitamos dessas fraudes piedosas para manter a independência sagrada e a intangibilidade do nosso territorio. Elas encontram a sua mais poderosa fôrça na verdade histórica.

Bastar-nos-há sempre a simples e autêntica cruz de Afonso Henriques, que dilatámos pelas quatro partes do globo, como penhor da nossa personalidade e farol do nosso rumo. Os exageros pseudo-eruditos do Renascimento, remontando a Lusitânia até Noé, e as armas nacionais até uma dádiva directa de Deus-Homem, não nos serão senão contraproducentes, por demonstrarem algum atrazo na cultura daquela ciência que é a pedra angular da nossa existência— a História.

1938--Janeiro.

CONDE DE SÃO PAYO, ANTÓNIO

NOTULAS DE VIAGEM

VIII — NO ALTO DE ALCÁCER

OBRANCEIRO a Alcácer, o castelo, a esboroar-se, batido lá no alto das asas das cegonhas, vigia ainda a antiga urbe imperial do Sado. Caminhando da velha construtura militar para ocidente, o atalho de pavimento destroçado que percorriamos, abre numa clareira sombreada de velhas árvores, onde se ergue, sôbre quatro degraus, uma grande cruz de pedra. Na base da haste, enquadrado por um filete, vê-se um pecador nas chamas do purgatório e, por baixo, a inscrição em cinco linhas, tudo gravado na pedra: P.ᵉ Nº./ AVEM.ª/ PELLAS (1)/ ALMAS/ 1722.

O pano de fundo dêste terreiro, são as trazeiras da antiqüíssima igreja do Senhor dos Mártires, de adro e alpendre atejolados. Por sinal que, ao fundo do adro,

---

(1) O P e o E estão em monograma.

do lado esquerdo de quem sai do templo, há um poço profundíssimo, que ainda conserva, em arco sôbre a bôca, uma pitoresca suspensão de ferro forjado, de ideia e execução evidentemente populares.

Embebida na parede exterior da igreja, do lado direito de quem a enfrenta, está uma lápida de mármore branco, em rectângulo ou cartela oblonga, no centro da qual se vê um escudo ladeado por dois leões «afrontados», ondé releva a cruz de Santiago, e em redor a legenda em caracteres góticos:

era : de : mil : cccc : xxxx : / anos : se acabou / esta capella.

Noutra visita que faça darei conta do que vir de importante no interior da igreja.

C. M.

RECORDANDO O PASSADO

o dia 19 de Setembro de 1814, regressaram a Lisboa vindas de Ruão (França) Maria Antonieta Jourdan e Ana Perpétua Jourdan, de nacionalidade franceza e residentes na aquela capital havia alguns anos. Apezar do passaporte passado pela polícia do Império Francês declarar os seus nomes, fazendo-os preceder da palavra *Mesdemoiselles*, elas desembarcaram vestidas de homem. É verdade que o passaporte dizia, em uma nota á margem, que *elles étaient habillées en homme*, como se isso fôsse um salvo-conduto bastante para atravessar todo e qualquer país respeitador das imunidades de cada um, salvaguardadas pela expressa declaração de *laisser librement passer*, do próprio passaporte. Mas não aconteceu assim

em Portugal, onde, superior a tudo, marcava o intendente da polícia João de Vasconcelos Barbosa de Magalhães, o famigerado esbirro de Gomes Freire.

E como as Ordenações do Reino, no Livro 5.º título 34 proibiam às mulheres vestirem-se de homem, e como uma delas—Ana Perpétua—havia em tempo caído na alçada da Polícia por causa de umas *vozes e clamores*, que ela espalhava pelas casas das suas relações de amizade, e pelos quais fôra mandada sair do reino, o intendente não esteve com meias medidas, e meteu-as na prisão, à espera de que o govêrno julgasse em ultima instância um assunto tão importante e transcendente.

Ora, na verdade, Maria Antonieta era um homem perfeito. Cabelos pretos, fronte larga, sobrancelhas pretas, olhos cinzentos, nariz e bôca regulares, *barba preta* (sublinhado como está no passaporte), queixo redondo, cara oval, tez trigueira e de estatura 1.m62. Alegava que usava trajos masculinos, já porque a natureza a havia dotado com os atributos (?) próprios do homem, já porque o vestir-se assim lhe facultava os seus negócios comerciais. Ana Perpétua alegava também que o trajo masculino lhe facilitava o seu comércio, mas esta, depois do desembarque, retomou os vestidos femininos.

O comissário geral da polícia de Bordeus, apoiado pelo ministro da policia, duque de Rovigo, atendendo a que, a-pezar-das leis não consentirem o uso de trajo diferente do sexo de cada um, a *constituição* masculina de M.elle Jourdan absolvia-a de tôda e qualquer infracção àquelas leis e assim, como ela era uma pessoa *bien née*, recomendava-a às autoridades civis e militares do Império e às dos países amigos e aliados.

O govêrno ponderou, reflectiu, e resolveu por unanidade de votos que mademoiselle Jourdan pudesse andar de *homem* pelas ruas da capital.

*

No dia 30 de Março de 1819, o Intendente da polícia aprovou os estatutos da *Assembleia portuguesa*, que 15 negociantes de Lisboa pretendiam fundar.

Alguns artigos dos *Estatutos*:

A Sociedade será composta de 200 assinantes, que se devem distinguir pela civilização, urbanidade e perfeita harmonia.

Do corpo dos accionistas são eleitos 12 directores, e aquêle que não aceitar pagará a multa de 40$000 reis.

Cada um dos directores terá 2 bilhetes de prata (!) para convidar as famílias de pessoas que não forem da Sociedade para as noites de baile; e cada bilhete admitirá um homem e 3 senhoras.

Os assinantes pagarão 48$000 reis anuais.

É proïbido tôdo o jogo de parar.

Serão convidados para os bailes os membros do govêrno, o comandante em chefe do exército e seu estado maior, o Intendente geral da polícia, o corpo diplomático etc. Ter-se-há em vista que se não deve convidar muita gente, visto a casa não a poder comportar.

A sala de baile abrir-se-há ás 7 horas e fechar-se-há à meia noite. Às 7 horas e meia romperá a sinfonia da abertura do baile, seguindo-se imediatamente as contra-danças. Ás 10 horas dançar-se-hão outras danças, se assim fôr agradável á Companhia.

As senhoras donzelas receberão à entrada da sala bilhetes numerados, pelos quais tomarão nas contradanças o lugar que lhes competir. As senhoras casadas tomarão sempre os primeiros lugares. A senhora que marcar pedirá a contradança que quiser.

Todas as senhoras são obrigadas a não se assentarem emquanto a contradança não estiver acabada. As senhoras que se retirarem da contradança antes dela estar acabada, não dançarão mais nessa noite.

Nenhum homem, á excepção dos militares, pode ser admitido na sala do baile com botas ou pantalonas. Os militares que tiverem esporas não poderão dançar.

Antes de começada a dança servir-se-há o chá, e nos intervalos serão servidos refrescos.

João Jardim de Vilhena

Das *Comunicações da Intendência da Polícia ao Govêrno*, hoje conservadas no *Arquivo dos Feitos Findos*.

MAIS SUNTUÁRIA POMBALINA[1]

TROUXE-ME o acaso às mãos três recibos passados à casa Pombal (dois ao Marquês e um a seu filho, Conde de Oeiras) por outros tantos ourives fornecedores.

Entre êstes, encontra-se um francês, Simon de S.t Simon, porventura algum colaborador dos Germains na execução das baixelas que de França vieram para o serviço régio, sabido como é que êsses insignes artífices tiveram auxiliares de menor pulso no lavor das peças executadas. Não tenho, porém, agora tempo de apurar quem fôsse êsse tal Saint-Simon.

C. M.

I

CONTA da emportansia de dois castisais deprata nouos que fis p.a dizerem com outros hum deles todo

(1) Vid. pág. 57 dêste vol.

defigura oitauado rebachado com seos sobrepostos lauradós o outro com opé oitauado eacoluna redonda.

6-2-4 — Seis marcos duas onsas e coatro oitauas pezam os ditos dois castisais emportam aseis mil e coatro sentos reis om.co (1) preso porque acomprei 40$400
Feitio adois mil reis om.co emportam 12$625
Custou o aberto das coatro armas 6$000
53$425

Soma simcoenta e tres mil coatro sentos vinte esenco reis (2) Bellem *8* de Março de *1772*

Ant.º Roiz de Leaõ

Recebi do Ill.mo eEx.mo Sñr Marquez de Pombal, a importancia da Conta acima. Nossa Senhora da Ajuda a *12* de Março de *1772*

Ant.º Roiz de Leaõ (3)

Lansada no D. af. *135.*

II

Recebi damaõ de Estevaõ Antonio de Montes, treze mil, equatro centos eoitenta rs. do importe de hum bastaõ deprata que foi para a Villa do Pombal, para o Servisso do Ill.mo e Ex.mo Sñr Marquez, epara sua descarga eclareza, roguey a Antonio Joze de Carvalho que este em meu Nome passase, eaSignasse por naõ poder escrever com aqueyxa que padesso Nas Maos

N. Sñra da Ajuda 4 de Julho de 1777
Saõ = 13480

Antonio Joze de Carvalho

Arrogo do Vendedor = *Joze Antonio Leyte Bragança*

(1) Leia-se *o marco.*
(2) Não sei como diabo o ourives arranjou esta conta, que soma 3$600 menos do que as parcelas indicam.
(3) Êste recibo é de outra letra, mas a assinatura é do próprio.

III

Recebi do Ill.mo e Ex.mo S.or Conde de Oeiras aquantia de oitenta eseis mil e quatro centos reis, importancia de uma pessa de ouro, com diamantes, que vendi aomesmo Ex.mo S.or, epor estar pago da sobre dita quantia lhe passey opresente que assignei. Lisboa 10 de Setembro de 1779.

Saõ 86$400„

Simon Gerfaux De S.t Simon (1)

---

(1) Só a assinatura é do ourives.

Serve a Arte da Impressaõ de antidoto contra o veneno do Esquecimento: pois faz se conserve a memoria de gloriosas emprezas, & os partos de engenhosos juizos; dispondo meyos pera que se divulguem nas azas da fama, & se imortalizem nos bronzes da eternidade, comunicando noticias naõ só aos prezentes, mas tambem aos futuros tempos.

Antonio Craesbeeck de Mello.

Dedicatória do sermão *Triumpho da subida de Maria S.ma ao Ceo*, por Fr. Vicente de Aguiar. Lisboa, 1671.

O PANFLETÁRIO ALVITO BUÉLA PEREIRA DE MIRANDA

No oitavo volume do *Diccionario bibliographico*, de Inocêncio Francisco da Silva, encontram-se noticias dêste individuo, que passamos a resumir.

Era natural da Galiza, onde viu a luz do dia pelos anos de 1791.

Dali veio para Portugal, onde se dizia sacerdote egresso da Ordem Beneditina.

Aqui envolveu-se nas lutas políticas em que se agitou o nosso país no período de 1820 a 1834.

Em 1826 emigrou para Espanha, acompanhando as tropas do 2.º Conde de Amarante e 1.º Marquês de Chaves, que ali se acolheram após a revolta de Vila-Real, em 5 de Outubro, contra o regime constitucional. Segundo um dos documentos abaixo reproduzidos, deve, também, ter anteriormente seguido para Espanha com o mesmo caudilho miguelista, depois dêste haver sido derrotado em Amarante, a 5 de Março de 1823, pelo general Luiz do Rêgo.

Voltou a Portugal no reinado de D. Miguel e, em 1830, foram os seus serviços, prestados à causa absolutista, remunerados com a nomeação de pároco encomendado de Santa Marinha, em Lisboa. Foi, depois, provido na abadia de S. Miguel de Rebordosa, distrito do Pôrto.

Como jornalista-panfletário, escreveu contra os liberais artigos ainda mais violentos do que os do P.ᵉ José Agostinho de Macedo e de D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, na «Defeza de Portugal» (1831-1833), de Lisboa, e no «Verdadeiro Eco de Portugal» (1834), de Coimbra.

A-pesar-desta sua atitude, em seguida à convenção de Evora-Monte fêz-se liberal... Isto valeu-lhe o ser conservado na sua abadia, da qual depois foi transferido para a de S. Tiago de Vilarelho-da-Raia, em Trás-os-Montes, concelho de Chaves, onde faleceu em Outubro de 1862.

Colaborou, segundo Inocêncio, no jornal miguelista «O Povo Legitimista» de Lisboa, 1860.

Alguns documentos que encontrámos no Arquivo Histórico Militar, permitem-nos acrescentar alguns novos dados à biografia dêste personagem.

Em Junho de 1828 alistou-se voluntàriamente, como soldado, na 1.ª companhia do Batalhão de Voluntários Realistas, de Vila-Real, de que era comandante o coronel António Colmieiro de Morais, 2.º Barão de Paúlos.

Nesta companhia exerceu, tambem, as funções de capelão. Concorreu ainda, como secretário do referido coronel, para se reünir e organizar o mesmo batalhão, por ocasião da malograda revolta militar no Pôrto, em 16 de Maio de 1828.

Em 7 de Abril de 1830, estando em Lisboa, encarregado de diversas comissões, pediu baixa e demissão de soldado, por não poder exercitar, no seu batalhão, as suas obrigações militares, visto que a abadia de S. Miguel de Rebordosa, que lhe fôra concedida por D.

Miguel, ficava onze leguas distante de Vila-Real, sede daquela unidade militar. Declara, porém, que, no caso de ocorrer nova sublevação contra os direitos e augusta pessoa do rei, se reünirá a qualquer batalhão que fique próximo daquela igreja.

O Duque de Cadaval foi, porém, de parecer que, dado o seu caracter sacerdotal, não podia ser considerado como soldado, visto ter-se alistado numa época em que a formação dos corpos voluntários realistas não obedecia a quaisquer prescrições legais. E, assim, entendia que êle não necessitava da escusa que solicitara.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA
Coronel de Artilharia
Director do Arquivo Histórico Militar

DOCUMENTOS

I

Ill.mo e Ex.mo S.or (1)

Remetto a V. Ex.ça o requerimento incluzo do P.e Alvito Buélla Pereira de Miranda Soldado Voluntario da 1.a Comp.a do B.am do meu Comando, que me foi inviado pelo Sobredito, para eu o fazer subir á Real Prezença de Sua Magestade: Sendo serto Ex.mo S.or que tudo quanto o m.mo alega em seu requerim.to, hé verdadeiro.

D.s Gd.e a V. Ex.ça Quartel de V.a Real 15 d' Abril de 1830.

Ill.mo Ex.mo S.or Duque do Cadaval

Barão de Paúlos coronel commandante do Battalhão de Voluntarios Realistas de Villa Real

---

(1) Tem à margem o seguinte, a lápis: "Ag. parecendo-me que apezar dos sentiment.os de fidelid.e que mostrou o Suppt.e não pode reputar-se como praça no B.m por isso que repugna ao Estado Sacerdotal a q. o Suppt.e está ligado, e só foi admittido a alistar-se em tempo que os Corpos de V.os R. nenhuma regularid.e tinhão e port.o entendo q. não carece da escusa que pede."

II

Ill.mo e Ex.mo Sr.

Passo as mãos de V. Ex.a (para lhe dár a consideração que merecer) o incluzo requerimento, em que o Padre Alvito Buella Pereira de Miranda, pede excuza de Soldado da 1.a Companhia do Batalhão de Voluntarios Realistas de Villa Real, aonde se alistou.

Parecendo-me que apezar dos Sentimentos de Fidelidade que mostrou o Supp.e, não pode reputar-se com praça no Batalhão, por isso que repugna ao Estado Sacerdotal a que o Supp.e está ligado, e só foi admittido a alistar-se no tempo em que os Corpos de Voluntarios Realistas nenhuma regularidade tinhão; e portanto entendo que não carece da Escusa que pede. Deos Guarde a V. Ex.a Quartel General em Pedroiços 21 de Abril de 1830.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Marquez de Tancos
Ajudante General do Exercito

Duque do Cadaval
Cor.el Gen.al

III

Senhor

Diz o P.e Alvito Buela Pereira de Miranda que em Junho de 1828 regressando da Hespanha (onde havia servido desde Agosto de 1823 junto do Exercito Realista do commando do Tenente General Marquez de Chaves pelas Leis Fundamentaes da Monarchia) se alistou no Batt.am de Voluntarios Realistas de Villa Real de Tras os montes do commando do Coronel do Barão de Paullos, e na 1.a Companhia na qual servio como Soldado e como Cappellão; e como Secretario do mesmo Coronel, para a reunião, e organização do dito Batt.am pela deploravel occasião da nefanda, e infame Conjuração do Por-

to de Maio do mesmo anno, entendendo o supplicante do seo dever como Vassallo, e como Clerigo pegar em armas contra os que com ellas fazião attroz aggressão ao Throno, e ao Altar. Veio o Supplicante para esta Corte no fim da dita rebellião com licença do dito seo Coronel a satisfazer as commissões de que fora encarregado por bem do serviço de Vossa Magestade, e permaneceo em esta Corte ate que Vossa Magestade por Sua Alta Clemencia e Poder lhe fez a Mercê da Igreja Abbadia de São Miguel de Rebordosa no Bispado do Porto. Como aquella dista de Villa Real onze legoas, e o supplicante não possa exercer no dito Batt.am as obrigações que contrahio alistando-se, ardendo sempre o Supplicante em desejos de servir a Vossa Magestade, do que dará, e repetirá mais provas reunindo-se a qualquer Batt.am que fique proximo á Igreja do seo destino, caso, o que Deos não permitta, de outra tal rebellião contra os Direitos, e Augusta pessoa de Vossa Magestade, o Supplicante por bem da Disciplina dos ditos Batalhões, da qual Disciplina nenhum previlegiado está izempto, depois de alistado:

P. a Vossa Magestade a Graça de mandar se lhe dê a sua baixa, e demissão de Soldado Voluntario no mesmo Batt.am com a competente declaração no Livro Mestre, ou no Mappa que faz as suas vezes, não reprovando Vossa Magestade o alistamento, serviços, e offerecimento do Supplicante no mesmo Batt.am

Lisboa 7 d'Abril de 1830

P.e Alvito Buela Pereira de Miranda
Voluntario Realista do Batt.am
de Villa Real de Tras os montes

E. R. M.ce

A ILHA DA MADEIRA EM «OS LUSIADAS»

AO CARDOSO MARTHA, VELHO AMIGO E CAMARADA

É exactamente por se tratar do grande Luiz de Camões, o épico imortal, figura assombrosa que enobrece a literatura e a história, conhecido e discutido em todo o mundo, é exactamente por ter sido e continuar a ser a sua personalidade e a sua obra o objecto de variados e importantíssimos estudos, que se me afigura uma inclassificável ousadia abordar êste tema.

¿Que poderei eu trazer de novo e de interessante?

A nossa Literatura atingira o período culminante no século XVI, coïncidindo com as glórias e o engrandecimento de Portugal, os descobrimentos e conquistas de além-mar, que deixaram o mundo atónito.

Dilata-se o poderio nacional.

Portugal toma um desenvolvimento e importância extraordinários.

O pequeno Povo ocidental leva o glorioso pendão das Quinas, numa vertigem triunfal, aos mais remotos confins da Terra.

Os nautas audaciosos de Portugal, que afrontam as lendas e os mistérios dos "mares nunca dantes navegados», descobrem novos mundos, e os herdeiros de Ourique e de Aljubarrota conquistam inúmeros impérios, ¡ de forma que em terra portuguêsa nunca se escondia o sol!

¡Inicia-se uma era nova!

Os Portugueses abrem novos horizontes, fazem brotar novas esperanças. ¡ E outros povos os seguem, maravilhados, atónitos!

A-par-dos Navegadores infatigáveis e dos Soldados gloriosos, aparecem, multiplicando-se, os Artistas, os Escritores, os Poetas, os Cientistas, que completam o engrandecimento nacional.

Desvendando as lendas do mar tenebroso, povoado de monstros, conquistando impérios, os Portuguêses escreveram com letras de ouro as páginas mais brilhantes da História.

Os feitos heroicos dos navegadores e dos guerreiros inspiram e entusiasmam os nossos artistas e, assim, ao abrir do século XVI, aparecem notabilíssimas composições poéticas inspiradas nessas façanhas.

Acentua-se então a influência greco-latina e a Renascença empolga os espíritos. Os *quinhentistas* lusitanos começam a inspirar-se na antiguidade clássica.

De entre a plêiade dos nossos Poetas épicos surge a glória máxima da nossa Literatura e o maior génio da nossa Terra—tão grande, tão assombroso que, ombreando com as maiores glórias das letras gregas e romanas, Homero e Vergílio, se outros valores não possuíssemos êle só, Luiz de Camões, bastava para impôr a literatura

portuguêsa à admiração dos séculos.

Teve o Renascimento em Luiz de Camões o seu expoente máximo; e *Os Lusíadas*, alargando a sua glória esplendorosa por todo o mundo culto, são ainda hoje um facho fulgurante, que ilumina e glorifica a literatura de todos os tempos.

Em *Os Lusíadas*, Luiz de Camões é levado pelo entusiasmo que arrebatou os épicos e canta os feitos heroicos dos Portuguêses com tal patriotismo, com tal elevação, com uma certeza tão absoluta dos nossos destinos, que a sua epopeia, imortalizando-o, se tornou uma das obras mais perfeitas e valiosas e das mais estudadas e discutidas até aos nossos dias.

O seu patriotismo era tão firme, a sua fé no futuro de Portugal era tão alta, que, tendo escrito *Os Lusíadas* quando já se verificava a decadência da India, não se deixa influenciar por sentimentos derrotistas nem por desalento e antes se mantém esperançado e enfeitiçado por êsse Oriente magnífico.

É talvez interessante notar que o Poeta, narrando com vigoroso entusiasmo as proezas dos nautas e dos guerreiros, descrevendo, com aquela sensibilidade inimitável que o caracteriza, as terras e os povos por onde iamos estendendo o nosso domínio, voltou-se, absorvido, para o Oriente e mal se preocupou com o Brasil, não prevendo o que viria a ser no futuro êsse império admirável, nem se detendo ante os mil encantos que já então oferecia a terra de Pedro Álvares Cabral.

Camões foi um realista extraordinário e a sua erudição ainda hoje assombra. Os conhecimentos que tinha de História, de Geografia, de Mitologia e das Ciências da Natureza eram imensos e revela-os a cada instante, em cada passagem da sua grande epopeia.

Em tôda a sua obra é admirável a forma como fixa, como descreve e analiza os factos e os pormenores, dando aos seus quadros côres e relêvo maravilhosos.

A naturalidade com que se exprime, a vida que dá aos personagens, o encanto com que descreve os costumes e as regiões, o pitoresco original das suas narrativas, trouxeram-me já à mente um aspecto novo para estudar o nosso épico imortal: — "Luiz de Camões etnógrafo".

Seria o aspecto mais interessante,—o mais novo pelo menos—mas que, por emquanto, não passa de um *motivo* para estudar e desenvolver...

Na 5.ª estância do canto V de *Os Lusíadas* refere-se Luiz de Camões à Ilha da eterna primavera, a primeira glória das descobertas portuguêsas na alvorada do século XV, por onde passou e onde os seus olhos e a sua delicada sensibilidade de Poeta e de Artista se deleitaram, impressionando-lhe o espírito, inspirando-o profundamente.

> Passámos a grande Ilha da Madeira
> Que do muito arvoredo assi se chama,
> Das que nós povoámos a primeira,
> Mais célebre por nome que por fama;
> Mas, nem por ser do mundo a derradeira,
> Se lhe avantajam quantas Vénus ama:
> Antes, sendo esta sua, se esquecera
> De Cipro, Gnido, Pafos e Citera.

. . . .

Aqui temos uma descrição cheia de côr e de vida. É um quadro exacto, perfeitíssimo. O relêvo, a perspectiva, os tons, os pormenores, tudo vem com precisão absoluta, com espontânea naturalidade que impressiona.

O pintor admirável descobre, colhe e fixa em traços gerais o que num relance apreendeu, o que num momento o encantou, o que influiu de forma imediata no seu espírito de Artista eleito. Pronto o esbôço, entra no detalhe, dá efeitos...

Essas montanhas altíssimas, que tocam o azul do ceu, coroadas por leves nevoeiros brancos, êsses píncaros soberbos, por onde se escôa o ouro do sol e que, sobrepostos, se elevam desde o quebra-mar cobertos de arvoredos frondosos, com os seus claros-escuros, com a magestade das suas vestes esmeraldinas, logo ao primeiro golpe de vista do Poeta lhe causaram uma formidável e magnífica impressão. ¡Estas montanhas, escalando o ceu, assombram! E os Portugueses dominaram êsses montes, que parecem inacessíveis, semearam-nos de habitações de imprevista originalidade e pitoresco, fizeram milagres na ânsia povoadora dessa terra bendita, *das que povoámos a primeira*, cujas belezas naturais, nos maravilham — a riqueza do solo, a amenidade do clima, a excelência dos seus vinhos e das suas frutas, a abundância da água, que em cascatas espumantes se precipita de alturas vertiginosas orvalhando os abismos, refrescando a terra, dando viço e esplendor aos campos e correndo em turbilhão para o mar de cobalto que cerca essa Ilha privilegiada, onde a Natureza parecer ter caprichado em reunir todos os encantos, tôdas as seduções... E *nem por ser do mundo a derradeira*, em cousa alguma se inferioriza ás Ilhas que Vénus amou, e *antes, sendo esta sua, se esquecera de Cipro, Gnido, Pafos e Citera*...

VISCONDE DO PÔRTO DA CRUZ

DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUÊSES, DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E ETNOGRAFIA, ETC.

PEDRA "BAZAR„ OU DE "COBRA„

(CARTA)

Recebemos a carta que segue:

... Sr. Director da "F. da Ladra„

Saiu há anos, na apreciada revista que V... criteriosamente dirige, um curioso artigo do arqueólogo Sr. Cardoso Gonçalves intitulado «A pedra de cobra», (1) assim chamada pela sua virtude contra a mordedura das serpentes, a qual êsse Sr. afirma, em presença de antigos textos, ser o mesmo que a pedra «bazar».

Ora, ontem, consultava eu a *Escola Decurial de varias liçoens*, obra de Fr. Fradique Espínola (Lisboa, 1697), e à pág. 241 da parte II, na Liçam VII, «Das vertudes de alguãs pedras medicinaes, & onde se achão», leio:

«*Bazar*. Não tiremos o primeyro lugar à pedra Bazar, tão merecida pelo seu valor, & virtudes. Ha grande variedade destas pedras, & são mais ou menos preciosas, & medecinaes cõforme os animaes em q. se achão. As que vem do Oriente são as melhores, de mayor estimação, & preço; estas se crião nos buchos de hùs animaes pouco menos q. veados no tamanho, mas a figura de cabras, dònde lhe vierão a chamar Cervicabras, com a pelle tostada e seca,

"Para se conhecer se he boa ha-se de tomar huã pouca de cal na palma da mão, & molhàda a Bazar pola sòbre a tal (2), & logo se for verdadeyra, & fina, farseha a cal de huma cor verde muy vistosa, & agradavel, & senão for

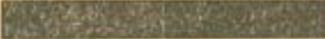
---

(1) Vol. V, pág. 64

(2) Deve de ser lapso de revisão, e, portanto, ler-se-há *cal* em vez de *tal*.

taõ fina, serà a cor mais remissa; & se não for Bazar não tomarà cor alguã. A propria da Bazar he cetrina, ou cor de brigella, ou morado claro. Servem para febres, tabardilhos, dores, tristesas, & agastamentos de coração &c.».

Se esta informação poder servir àquele distinto arqueólogo ou a algum leitor da «Feira», muito prazer sentirá com isso o

de V......
Leitor desde o 1.º número.

DR. JOSÉ DE FIGUEIREDO

Lá se foi outro...

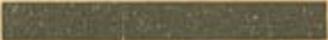
¡Como a morte melhora as pessoas!

E' uso dizer-se que depois de mortos todos são bons.

O falecido director do Museu de Arte Antiga podia ter defeitos—¿quem os não tem?—que muitas vezes lhe foram apontados e censurados com o azedume e a violência, direi mesmo a virulência, que entre nós assinalam as antipatias pessoais ou de qualquer outra natureza.

Tinha, todavia, qualidades incontestáveis, justo é concedê-lo, e essas lhe ressalvam e resgatam os senões atribuidos. Era a sua ilimitada benquerença às coisas da Arte, o seu zêlo indefectível pela instituïção artística que lhe haviam confiado. O dr. José de Figueiredo desvelava-se pelo seu Museu, cujos cabedais ciosamente, e por vezes, excessivamente defendia; multiplicava-se para o acrescentar, fundando para êle o "Grupo dos Amigos", ampliando-lhe as instalações e promovendo, no país e no estrangeiro, a aquisição de novas obras. Ao mesmo tempo, criava museus regionais e desenvolvia os já existentes, recolhendo neles grande número de telas em perigo de ruína ou descaminho; ¡reintegrava dezenas de "primitivos"; mantinha permanentes relações com museus estrangeiros, e removia com singular constância todos os óbices buro craticos que lhe entravavam a acção. Visceralmente português, era com energia invulgar que para Portugal reivindicava as obras de arte que outros distribuiam a alheios. E foi a mais ruidosa, a mais intensa, a mais debatida dessas reivindicações a das tábuas admiráveis atribnídes a Nuno Gonçolves.

Suscitou inimigos, é certo; mas também o rodearam sinceras amisades e úteis colaborações. E foi muito de ver que dos seus mais intransigentes opositores algum viesse a prestar-lhe a homenagem de concorrer ao seu funeral. Fiemos que o futuro, isento de interêsses de corrilho e indiferente a zaragatas de campanário, lhe fará recta justiça.

Durma em paz o sono eterno quem com tamanho apêgo e devoção amou a Arte e serviu o País.

APONTAMENTOS DE CERAMICA [1]

LCÁÇOVAS, Alentejo. Na herdade dos Vilares, onde está actualmente a estação do caminho de ferro das Alcáçovas, houve uma olaria, período romano. O sr. Visconde da Esperança [2] encontrou ali muitos fragmentos de de louça de barro vermelho, telha (*tegula*), tejôlo e parte dos alicerces da construção, também de barro. É natural que fôsse aquêle o ponto escolhido para a olaria, não só por ser muito fértil em argila, como também abundante de água.

Além dos documentos apontados, houve perto do aludido ponto uma povoação romana. E esta notícia foi-me fornecida pelo proprietário da herdade dos Vilares, o dito sr. Visconde da Esperança, que, das pes-

(1) Ms. encontrado com outros no espólio do conhecido ceramógrafo que o subscreve, e que devo à gentileza do meu falecido amigo D.r José de Figueiredo. Publicaremos outro, sôbre tapeçaria oriental, num dos próx.mos números.

(2) O conhecido bibliófilo há anos falecido, proprietário da célebre biblioteca da quinta da Manisola, junto de E'vora.

quisas a que ali procedeu, conserva muitos daqueles fragmentos.

*

As marcas da louça da fábrica que Brioso dirigiu em Coimbra, são sempre a tinta rôxo-escuro, côr-de-vinho ou violeta; pelo menos, nunca as encontrei noutra côr.

*

A louça de Vandelli tem como características as fôlhas das flores pintadas como se o pintor indicasse penas de aves(?) e também a chamada *môsca*.

*

As peças do Juncal (Alcobaça) parecem-se com as de Estremoz nalguns motivos decorativos e cadeias com pérolas em bambolim, etc.

*

M F R (Matos—Fábrica Real)—Peças decoradas a azul e traços côr de vinho, tintas que, em geral, se fundem. Motivos decorativos orientais. Esta louça é, há muito, atribuída a Coimbra. Mas creio não ser assim; julgo ser de fábricas de Lisboa e, muito provavelmente, duma que existiu no Beato António e que presumo ser uma das mais antigas de todo o país.

No museu do Instituto de Coimbra há um prato cujo motivo decorativo da pintura é um veado, com tôda a gama da louça a que acima me refiro, que tem a marca B A, marca que pode bem ser a da fábrica do Beato António.

*

A fábrica, que Vandelli dirigiu em Coimbra, era

situada no Rossio; [1] portanto o V e o R em relêvo, separadamente, podem designar a mesma fábrica (opinião do Sr. A. A. Gonçalves).

*

A fábrica de Viana-do-Castelo imitou quási que todos os tipos das outras fábricas do país; daí a confusão entre as peças marcadas com o V ou sem marca, com tipos diferentes.

*

Oleiros do século XVI.—O Sr. Dr. Joaquim Martins de Carvalho tem notícia de 5 ou 6 nomes de oleiros desta época.

*

O cónego Prudêncio Garcia tem notícia de muitos nomes de oleiros antigos.

*

Freirinhas d'Odivellas, [2] por Bernardes Branco, pág. 376 a 386.

Mosaicos [3], por C. C. Branco, pág. 200.

Narrativa da perda de um bule de faiança do famoso ceramista Brioso, de Coimbra, por D. Inez Benedita, religiosa de superior engenho, do convento de Lorvão.

(Transcrever as 10 págs. e fechar com a quadra).

A. A. Gonçalves também alude à presente passagem no seu belo estudo com respeito à olaria antiga de Coimbra.

---

(1) J. Queiroz teria provavelmente escrito *Rocio;* mas na cópia dactilografada que o dr. J. de Figueiredo me facultou, o copista, actualizando, escreveu como acima.

(2) *As minhas queridas freirinhas de Odivellas,* Lisboa, 1886.

(3) *Mosaico e silva de curiosidades historicas,* etc. Pôrto, 1868.

Cahiu o galante Bulle
Quebrou-se no duro chaõ,
Deixou-nos em seus pedaços
Restos da nossa paixaõ.

¿Que darieis, amadores, para possuir, mesmo em pedaços, o bule que deu motivo ao elogio fúnebre de tão elegante freirinha?

Por mim direi, que um caco, apenas, do aludido *morto*, ¡faria a minha felicidade e honra da minha colecção!

Só uma peça de faiança poderia ser o motivo do belo trecho, que deixo transcrito [1], tão cheio de graça e que nos mostra, através do periodo decorrido de tão largos anos, que a sua autora foi, concerteza, tão cativante como foi chistosa. ¡Pois se é na cerâmica, nas suas encantadoras formas e no atraente colorido da sua decoração, que está tôda a história e tôda a poesia do povo português!

José Queiroz

---

(1) Como se lê acima, o autor dêstes apontamentos preparava-se para transcrever o trecho de Bernardes Branco, que refere a história do bule.

RECORDANDO O PASSADO

Corregedor do Crime do Bairro da Rua Nova participou, no dia 13 de Setembro de 1810, ter metido no segrêdo o estudante da Universidade de Coimbra Ildefonso Leopoldo Bayard, porque dissera que o verdadeiro soldado francês não desertava para o nosso exército e que a procissão de Penitência, que havia dias se fizera, só levava galegos (1).

*
* *

Também no mesmo dia, mês e ano, o Corregedor de Belém, encontrando João Vaz e tendo-lhe perguntado porque usava as barbas tão compridas, êle lhe respondeu que não as cortava havia dois anos, nem as

---

(1) Ildefonso Leopoldo Bayard matriculou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra e, em 1807, em Medicina. Alistou-se no batalhão Académico contra os franceses. Em 1821 foi secretário de legação nos Estados-Unidos; depois, encarregado de negócios em Copenhague e, em Agôsto de 1817, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 1850 foi Conselheiro de Estado.

Morreu assassinado por um criado.

cortaria enquanto as tropas francesas não voltassem a Portugal. Foi logo preso e metido no segrêdo [1].

*
* *

No dia 16 de Novembro de 1819 apareceu morto em sua casa, no Regueirão do Corpo Santo, António Málaga, que se intitulava barão de Sirabodes. [2] Mataram-no violentamente, ficando com as goelas cortadas até às vértebras. Estava em tal estado de podridão, que o mau cheiro chegava ao largo do Corpo Santo. As casas e as escadas foram lavadas com doze canadas de vinagre, e na rua foram ardidos 5 barris de alcatrão. Êste Málaga era o inventor do remédio anti-escorbútico. O móbil do crime foi de-certo o roubo, porque nada apareceu de valor.

*
* *

No dia 15 de Março de 1824, o barão de Quintela foi intimado pela Intendência da Polícia para entregar as gravuras, que havia mandado fazer para celebrar o dia 1.º de Outubro de 1820, isto é, a entrada em Lisboa da Junta Revolucionária do Pôrto.

---

(1) Como se vê, por qualquer cousa que se dissesse, ou fizesse, era-se logo metido no segrêdo. Bayard, nalgum café ou nalgum lugar público, daria a sua opinião, e logo os espiões ou «môscas», que nesse tempo pululavam por tôda a parte, o denunciaram. João Vaz, fiando-se, naturalmente, nas relações que tinha com o Corregedor de Belém, respondeu, talvez gracejando, o que se lê acima, e foi malhar com os ossos no segrêdo, assim como Bayard. E sabe Deus se ainda por cima os não sovaram, como era costume naquele tempo...

(2) Parece, à primeira vista, que o título de Barão de Sirabodes é uma fantasia ou uma alcunha. Mas não. Entre os processos arquivados nos *Feitos Findos*, descobrimos o que diz respeito a êste crime e por êle vemos que o barão era um fidalgo francês homisiado, cujo título se achava registado no consulado de França.

Como naquele ano de 1824 estava no poder um govêrno absoluto, não podiam tolerar-se gravuras que demonstrassem sentimentos liberais, e vá de suprimi-las e de censurar quem tivesse tido a ousadia de as mandar abrir. Pelos documentos juntos a esta comunicação, vê-se que o barão de Quintela encarregara o químico Jacques Maillard, morador na rua de S. Félix, em Lisboa, de mandar abrir uma chapa de cobre e fazer as gravuras comemorativas do dia 1 de Outubro de 1820, o que êle fêz, mandando para Luiz Maillard, de Paris, o desenho, que era, segundo parece, de António Cândido Cordeiro, *seu proprietário e autor*.

Maillard abriu, pois, a chapa e tirou 1.000 exemplares. Intimado o barão a entregar a chapa e as gravuras, foi aquela inutilizada e estas, em numero de 998, foram queimadas. Faltaram, portanto, duas no *auto-de-fé*. E estas, se chegaram até nós, podem considerar-se duas autênticas raridades.

*
* *

No dia 24 de Setembro de 1808 deu entrada na cadeia do Limoeiro Domingos dos Santos de Morais Sarmento, calígrafo ilustre (1).

Antes da vinda dos franceses ao nosso país, êste indivíduo, peritíssimo em desenho e caligrafia, falsificou apólices do Real Erário. Foi condenado à morte; mas a clemência de D. João 6.° comutou-lhe a pena em prisão perpétua na Tôrre de S. Julião da Barra.

Vieram os franceses, tiraram-no da prisão, e empregaram-no, primeiro, na secretaria do general Thiebault e, depois, na Tôrre do Tombo, onde viciou manuscritos de importância.

Saíram os franceses de Portugal e êle esteve pres-

(1) Nasceu perto do Fundão e morreu no Limoeiro em 1816.

tes a embarcar para França como seu prisioneiro. Foi preso, afirmando que tinha muitas declarações a fazer com respeito aos trabalhos prestados aos franceses, mormente naquele Arquivo.

Se Junot os não levou na bagagem, devem êles talvez ainda lá estar. Se fêz declarações, deverão estar elas no arquivo da Intendência da Polícia, hoje encorporado na Tôrre do Tombo.

João Jardim de Vilhena

POEIRA DOS TEMPOS

XLVIII — RETRATO PERDIDO DE WELLINGTON

. . . .

"No centro da referida Illuminação [do Rossio] estava collocado hum magnifico Painel, da invenção, e pintura de Henrique José da Silva, em que se via, representado ao natural, a Effigie de Sua Excellencia [Wellington], coroado pela Fama, e varias figuras allegoricas, expressando os Triumphos Gloriosos de tão digno Heróe; no alto do Quadro se lia este unico Verso.

Lysia fertil de Heróes só este inveja".

Versos que, tornando a Lisboa em Janeiro de 1813 o .. Marechal General Lord Marquez de Wellington, e Torres Vedras, &c. &c. &c. inserio na sua Illuminação na Praça do Rocio, e additou. [editou] *e distribuio gratuitamente José Pedro da Silva, nas noites em que por tão fausta vinda se illuminou toda a Cidade.* Lisboa, Imp. Regia, 1813.

XLIX — CERÂMICA DE MONTEMÓR-O-NOVO

"... Labra olorosos barros, sembrados de agradables piedrecitas blancas".

Mendez Sylva, *Poblacion general de España.* Madrid, 1675, fol. 134.

L — FEIRA DE AGUALVA

«Arbitramento da Provizaõ do S.r Rey D. Jozê, sobre o que seade pagar a N. S.ra da Goalva na ocaziaõ da feira. Em 6 de Abril de 1769.

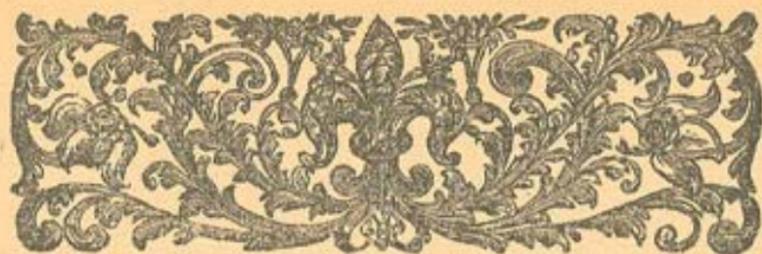
Asaber.

Mercadores de Loge aberta de toda a casta, pagaraõ do terrado cada hum .	240 r.s
Os que venderem Quinquilharias, como saõ Paneiros, Albardeiros, Corduheiros, Carapuseiros, Latoheiros, Espadeiros, Torneiros, Funileiros, e Louceiros, pagaraõ	160 r.s
E mais generos; por cada Lugar .	80 r.s
Por cada Junta de Bois	50 r.s
Por cada besta Cavalar, e Muar. .	30 r.s
Por cada besta menor	20 r.s
Igualmente os Porcos grandes, e piquenos	5.

Manuscrito pertenc. ao director desta revista.

LI — MÚSICA E DANÇA

"... Su musica [dos portugueses] nacional, viva y ligera, no deja de ejercer atractivo en los estrangeros; las canciones populares acompañadas por su guitarra no dejan tampoco de tener gracia, aunque algunas adolecen de una cadencia monotona. La poesia cantada que titulan *Modinha* ofrece un encanto dificil de esplicar. Los bailes llamados *Foffa*, *Fado*, etc., son algun tanto lascivos, como tantos otros que se ven en varios puntos de la peninsula recordando su origen árabe."

Compendio geográfico-estadístico de Portugal, por Don José de Aldama Ayala. Madrid, 1855.

A NECROPOLE CALAICO-ROMANA DO MOSINHO

ESTUDO DO SNR. JOSÉ DE PINHO
PUBLICAÇÃO DE «PENA-FIDELIS»

UM dia dêstes, estando a dar volta aos livros de uma das minhas estantes, deparou-se-me entre êles o opúsculo com o título acima, da autoria do Sr. José do Pinho, edição de «Pena-Fidelis», 1931. Ignoro como foi êle ali parar; não me lembra tê-lo comprado; mas comprei-o, com certeza e em casa, inadvertidamente, arrumei-o na estante, sem o ter lido.

Isto explica por um lado, a minha surpreza de o ter encontrado agora e, por outro, que só agora tambem eu venha expor a minha divergência sôbre alguns pontos do modo de ver do sr. José de Pinho, a quem o sincero amor à região que suponho ser-lhe berço, o natural desejo de desvendar o mistério das lendas em que se involve a origem de Penafiel, segundo diz (pág. 6), e a circunstância de ter Penafiel uma das suas freguesias com o

nome de *Galegos*, levaram-no a sair dos estreitos limites, que tão prudente e conscienciosamente tinha marcado a êsse estudo o sr. Lacerda Machado, escritor a quem se deve a primeira descrição da necrópole, creio eu, e a largamente trilhar o campo resvaladiço das conjecturas, sempre falso e perigoso.

Daqui os três reparos que passo a fazer.

*

O primeiro dêles recai sôbre a extrema importância que o sr. José de Pinho atribue à necrópole do Mosinho, a ponto de a considerar como tendo sido outr'ora povoação a mais principal de Entre-Douro-e-Minho, depois de Braga. Escreve:

«E conjugando todos êstes dados com a vasta amplitude da *cividade* sou forçado a concluir que, depois de Braga, devia ser esta incontestavelmente a povoação, a todos os respeitos, mais importante de Entre-Douro e Minho» (pág. 34).

Tenho dúvidas a êste respeito em face do silêncio dos historiadores sôbre ela, silêncio a que, de resto, o mesmo snr. José de Pinho alude nestes termos:

«Custa, portanto, a admitir que os clássicos latinos a ela se não referissem e que o povo que durante séculos dentro daquelas muralhas se abrigou e tão cedo se soube aproveitar da civilização latina, dali pudesse desaparecer sem deixar vestígios da sua passagem» (*Ibid.*). Como justificar êsse silêncio, quando mais para o nascente e no mesmo percurso do Douro, mas na margem oposta, não faltam referências a uma região igualmente rica de critérios romanos e igualmente devastada pelo povo com os seus vandalismos? Dela diz Viterbo no seu *Elucidario*:

«CALIABRIA. Quasi uma legua de Castelo Melhor, entre leste e nordeste, e já no termo de Almendra e na

Comarca de Riba-Coa, se acham as ruinas da famosa cidade de *Caliabria*, que no tempo dos Godos foi episcopal e nos Concílios de Toledo figuraram os seus prelados desde 621 a 693. Pela irrupção dos Sarracenos, cessaram os seus prelados, e na restauração de Espanha passou a cadeira episcopal a Cidade-Rodrigo. Baldamente se empenharam alguns escritores em levarem fora de Portugal a cidade de *Caliabria*, porque além dos povos circunvizinhos lhe chamarem ainda hoje *Calabre*, corrupção sem dúvida do primitivo nome, no arquivo da sé de Cidade-Rodrigo se acham os documentos incontestáveis do nome e sítio desta cidade e, principalmente, em uma doação que D. Fernando II, rei de Leão, fêz àquela catedral no ano de 1171. Em um ângulo recto, que forma a ribeira de Aguiar, quando se lança do sul a norte sôbre o rio Douro, se levanta um ingreme e alcantilado monte, em cuja coroa se admiram os notáveis muros desta cidade....".

E mais adiante: "No (ano) de 1767 se descubriram três sepulcros em terra de lavoura; indicavam ser de gente romana: eram fabricados de grandes e finos tejolos e as ossadas mostravam ser de sugeitos de dez até onze palmos de comprido. Neles havia algumas inscrições sepulcrais, que a ignorância e mau gôsto fizeram desaparecer e roubaram mesmo à nossa lembrança".

Ao que aí fica dito vou acrescentar mais alguns pormenores da minha lavra. Primeiramente, Caliabria fôra no tempo dos suevos uma modesta paróquia do bispado de Viseu, elevada depois no tempo dos godos, a bispado, sufragâneo da metrópole emeritense, como tal achando-se ela figurada no mapa que dá o padre Florez. Creio que foi extinta no tempo dos reis asturianos. Estas informações encontra-as o leitor em *Espanha Sagrada* do padre Florez e em *Memorias para a história ecclesiastica do bispado da Guarda*, de Manuel Pereira da Silva Leal.

Vemos assim, que a nascente de Penafiel e na mesma directriz do trajecto do Douro, nos confins da fronteira portuguêsa, havia uma antiga povoação que os historiadores mencionam e cuja grandeza é medida pela sua elevação a bispado no tempo dos visigodos. Atando agora o fio:

A riqueza da região de Calabria em documentos romanos é posta em evidência por Viterbo no trecho a seguir:

«Quási meia légua da foz de Aguiar, e bem junto ao ângulo que formam o Douro e Águeda, há um descampado, a que chamam *Aldea-nova*, que dizem que fôra algum dia uma boa povoação. As grandes escavações e pedregulhais imensos que ali se encontram, fortemente nos convencem de alguma fábrica de metais, que os Romanos aqui trabalhassem. Desde então, parece que ficou aqui a lápide sepulcral, que hoje se acha na capela do Santo-Cristo, que naquele mesmo lugar e de mui longos tempos se edificou. Na esquina do lado direito desta capela e da parte de fora se vê a dita pedra, que diz o seguinte:

MODESTVS AVIRATIF. C°
BEL. AN LX. CORNIIIA.
CENSVLIA. AN. L. II. S. S. S.
V. T. 2. C. AVIMIVS MODE
STINVS. PATRI. FIRMVS
MODESTI. LIB. PATRO

Tradução, segundo Viterbo: — «Por esta lapide nos consta que *Modesto, filho de Avirato*, acabada a guerra, em que havia militado, faleceu de 60 anos, e aqui foi sepultado com sua mulher *Corneta Censulia*, que morreu de 50 anos de idade: e que *Caio Avimio Modestino, e Firmo, liberto de Modesto*, puseram esta memoria, o pri-

meiro a seu pai, e o segundo a seu *patrão*».

Consultem-se, para mais esclarecimentos, Viterbo e Pinho Leal, ambos no vocábulo *Caliabria*.

Vemos, pois, que a margem esquerda do Douro era naqueles tempos tão opulenta de critérios romanos como a direita. E, havendo daquela menção, como se viu, ¡¿quanto é pouco plausível o silêncio sôbre a *cividade do Mòsinho*, se a sua importância tivesse sido aquela que o sr. José de Pinho julga?!

De resto, essa grandeza da cividade do Mòsinho é medida pelo sr. José de Pinho, não documentalmente, documentos faltam (pág. 40), mas conjecturalmente, fundando-se na evolução dos *oppida* romanos, quando êstes se transformaram em *villulas*, *villares e villarinhos*, *agros*, *agras*, *e agrellos*, tendo então a habitação do *dominus* passado a receber o nome de *Paço* (pág. 37). Vilares não faltam nas imediações do Mòsinho, como Casal-de-Vilar e Agras-de-Vilar, entre outros (pág. 38). ¿Mas então onde está o *Paço* do *Dominus*, o antigo senhor das terras, se não falta mesmo na fase das *presurias* a *Poça-da-Presuria?* (pág. 39).

*

O meu segundo reparo recai sôbre considerar o sr. José de Pinho a povoação de *Galegos*, como uma antiga *cividade Gallaeci*, com o seu *oppidum* no alto do Mòsinho (pág. 45).

¿Em que se fundou para esta afirmativa? Vou ver se consigo deslindar o caso atravez da argumentação conjectural de S. Ex.ª, se bem li e compreendi o que diz:

a) Plínio, ao fazer a descrição da *Hispania Tarraconensis* inclue nas 24 *civitates*, que compunham o convento jurídico bracarense, a *cividade* de *Gallaeci* (pág. 35).

b) Ptolomeu coloca entre Minho e Douro os *Calaici Bracari*, que, quanto ao autor, não se diferenciam dos

Brácaros, cujo território ia até o mar e tinha Bragà por capital (*Ibid.*).

c) Que, portanto, Ptolomeu sabia de um modo geral que entre o Minho e o Douro havia um povo chamado... *Galegos Brácaros* e Plínio, de uma forma indirecta, vem dizer-nos que nessa região ficava a ***cividade de Galegos***. (*Ibid.*)

d) O trabalho do Sr. Alberto Sampaio permite, ligando a cividade do Mòsinho à freguezia de Galegos, estabelecer a hipótese de se identificar com aquela a ***cividade Galaeci***, mencionada por Plínio (pág. 36).

e) E, se for possivel achar a relação que ao autor não repugna admitir entre a ***cividade de Galegos***, mencionada por Plínio, como pertencente ao ***conventus*** de Braga e a freguesia de Galegos, situada junto das ruínas duma vasta cividade, uma das maiores, se não a maior daquela circunscrição, a ninguem deve causar estranheza, que êle, autor, pretenda identificar com aquelas venerandas ruínas a ***cividade Galaeci*** do também mencionado clássico latino» (Pág. 39-40).

f) Que da ***Gallaecia*** só se trata a partir de Agripa e especialmente de Caracala, quando tôda a região entre o Douro e o mar formou a província dêste nome, mencionando-se, porém, pelo nome de ***Galegos***, apenas os povos que ficavam no Entre-Douro-e-Minho e numa região restrita. (Pág. 42). Conclusões:

Portanto, se os povos que ficavam em tôda essa região de Entre-Douro-e-Minho eram ***Galegos*** ¡? a que título vem designarem-se apenas alguns por ***Galegos***, quando todos eram ***Gallaeci?***

Mais ainda. Como há outras povoações em Portugal com o nome de ***Galegos***, que são, segundo os nossos dicionários corográficos:

Galegos, vila extinta na freguesia do Vale-de-Nogueira, concelho de Vila-Real. ***Santa Maria de Galegos***, freguesia do Minho ao norte de Barcelos. ***S. Martinho***

dos Galegos, no concelho de Póvoa-do-Lanhoso. *Galegos*, outra localidade ao norte de Barcelos. *Aldeia-Galega, do Ribatejo*, no Ribatejo.

¿Como se compreende então, que havendo tantas povoações com o nome de *Galegos*, só á de Penafiel caiba o ser a representante da *cividade Gallaeci* de Plínio e que as outras o não sejam, pelo menos as do Minho?

E ainda. Se *Gallaecia* era a região de Entre-Douro-e-Minho, ¿como aparecem *Galegos* em Traz-os-Montes e no Ribatejo?

Cuido, por isso, que a origem de todos êsses *Galegos*, que se mencionam, é outra e a nossa história diz-nos claramente qual era. E' consultar a *História de Portugal*, de Herculano, a *História da Administração Publica em Portugal*, de Gama Barros, e a *Condessa Mahaut* de Luciano Cordeiro, êste último em relação á missão diplomática de D. Guilherme, deão de Silves, que, quanto aos dois primeiros, dizem-nos, que as contínuas rarefacções que se davam na população portuguêsa, pelo facto do braseiro ardente das guerras as ir consumindo na sua chama voraz, eram preenchidas pelas colónias mandadas vir do estrangeiro, a começar com o Conde D. Henrique e a acabar com a concessão, em 1430, a Lamberte e a seus descendentes, do castelo de *Lavar*, que parece ser a actual Lavre. Pois bem: todos êsses colonos, que vieram de fora, aparecem-nos designados por dois nomes, *franci* e *gallici* ou *galleci*, como sejam oriundos do norte, os primeiros, ou do sul os segundos. Aquêles, deixaram-nos as povoações de A-dos-francos, de Óbidos e Tôrres-Vedras; êstes, as várias que existem em Portugal com o nome de *Galegos* ou ligados a êsse nome.

*

O meu terceiro reparo é o referente ao frasco de

vidro encontrado nas ruínas da necrópole do Mòsinho, também chamado Alto do Castro. Acha-se reproduzido no opúsculo pela estampa que aqui o é na fig. 1. Eram êstes vasos de vidro, que se encontram nas sepulturas romanas, impropriamente designados por *lacrimatórios*, que Estácio da Veiga refere em *Antiguidades de Mafra* ter encontrado com as mesmas características nas sepulturas daquele concelho por êle ali exploradas, mas to-

FIG. 1 — FRASCO DE VIDRO ENCONTRADO NA NECRÓPOLE DO MÒSINHO.

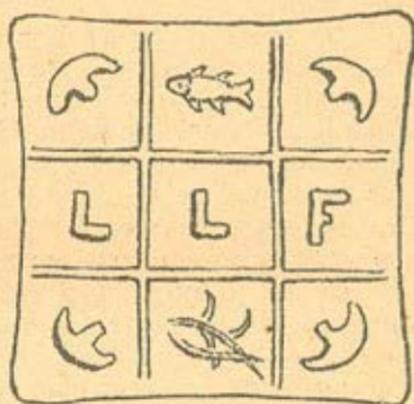



FIG. 2 — MARCA DA FÁBRICA DO FRASCO DA FIG. 1

dos partidos, tendo porisso o da necrópole do Mòsinho particular interêsse; nomeadamente por trazer no fundo o letreiro reproduzido na fig. 2, sôbre o qual o sr. José do Pinho discorre:

"E' interessante a marca da fábrica que lhe toma tôda a superfície do fundo, dividido por nervuras em nove quadrados iguais, cada um com seu desenho. Os dos cantos são todos ornamentados com o mesmo mo-

tivo — um crescente, a meio do qual sai, na parte interna, uma excrescência mamilar, dando-lhe grosseiramente a forma de chapeu de cogumelo — e os da linha média são ocupados pelas letras L L F e os que com esta formam cruz, o superior tem um peixe e o inferior parece uma planta. Segundo o sr. dr. Leite de Vasconcelos, os frascos de Pombalinho são análogos a uns que apareceram na Bélgica juntamente com moedas do século 2.º da era cristã» (pág. 24).

Tenho para mim, que aquilo que o sr. José de Pinho indica como planta, não é senão o esbôço de um outro peixe, com as suas barbatanas dorsais e ventrais e com as do leme caudal. E o peixe tinha na simbologia cristã, primitivamente, o significado especial de indicar o nome de Cristo, porque as iniciais das palavras que em grego designam *Jesus Cristo, Filho de Deus*, são as as mesmas que na mesma língua formam o nome de *Peixe*. Em *Quo Vadis* vê-se isto no episódio em que Vinício narra a Petrónio que Lígia traçara, no jardim de Aulo, sôbre a areia, a figura de um peixe.

Conduz isto a supor que a figura interior do fundo do frasco, delimitada pelos quatro traços, a que o sr. José do Pinho chama nervuras, poderia ser uma cruz com as suas duas travessas, figura de cuja imagem largamente usaram os cristãos, nas catacumbas de Roma, nos primeiros séculos do cristianismo, antes de ser proclamada a liberdade religiosa por Constantino Magno, pelo edito de Milão em 313.

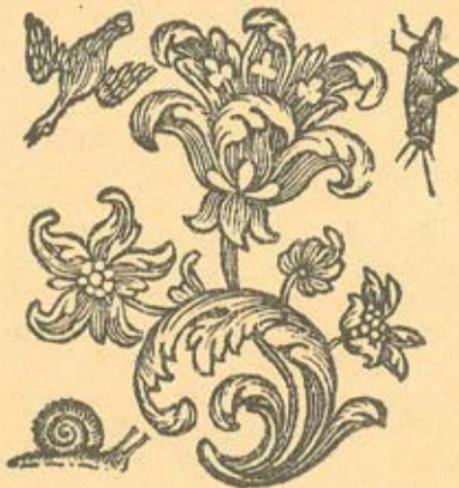
Sendo assim, poderia fixar-se a data do frasco como sendo anterior a êste século, quando a Itália, pela descoberta da excelente areia entre Canes e Linternum para o fabrico dos vasos de vidro, dispensou os que antes vinham de Tiro e de Alexandria, isto é, quando ainda as oficinas cristãs se viam obrigadas a usar da simbologia do peixe para se esquivarem ao furor das perseguições, em que tantos mártires derramaram o seu sangue e bra-

vamente pagaram com a sua vida a implantação do cristianismo.

No tocante às letras e aos motivos de ornamentação dos cantos, nada sei dizer. Talvez um bom livro sôbre a simbologia cristã poderia esclarecer êste ponto, mas não o encontrei em Lisboa.

Pelas considerações expostas, julgo que o estudo do sr. José de Pinho carece de severa revisão, feita a dentro de um extremo rigorismo de documentos, que consistência e solidez dêem às ilações que tira.

LUDOVICO DE MENEZES

NOTA DA RED. — Oportunamente publicaremos outro artigo que o mesmo Autor nos promete sôbre a *cruz gamada*, ou *cruz suástica*, mostrando o seu significado arqueológico, bem diferente do que lhe é atribuído na simbologia política do Estado Germânico.

LIGEIRAS NOTAS ETNOGRÁFICAS

(ÁGUAS SANTAS — MAIA)

Etnografia é uma ciência que ainda não tem, entre nós, um grande público ledor apaixonado, mas, a-pesar-disso, pelo seu valor histórico e pelos preciosos subsídios que fornece ao sociólogo, ao educador e ao legislador, ocupa, indiscutivelmente, um lugar de primacial relêvo.

É em virtude dos estudos etnográficos, que temos podido restabelecer antiqüíssimas lendas, interessantes contos, jogos curiosos, costumes e usanças de outros tempos, reconstituïção de velhos quadros que fizeram as delícias dos nossos avós e que hoje são, incontestavelmente, elementos de estudo, factores de correcção a utilizar pelos orientadores da nossa sociedade.

E, se não fôra a etnografia, não poderiamos hoje apreciar o nosso admirável folclore, dia a dia enriquecido com as pacientes investigações de alguns estudiosos portuguêses que, mercê de um estudo consciencioso e inteligente, têm podido recolher e guardar os elementos absolutamente necessários para que a civiliza-

ção não adultere nem transforme tam maravilhosas tradições.

Pouco valor tem êste pequeno artigo, em que reünimos ligeiras notas, colhidas durante umas curtas férias passadas em Águas-Santas, no concelho da Maia, algumas delas com um certo sabor de originalidade, mas que, infelizmente, vão desaparecendo.

O nosso fim é deixar registadas estas pequenas achegas, que poderão ser aproveitadas pelos estudiosos que se consagram a êste género de estudos.

Principiemos por empregar, num curto diálogo entre ama e criada, o vocabulário popular que em Águas-Santas pudemos colher e, seguidamente, em nota, daremos a significação de cada um dos vocábulos empregados nos períodos que seguem:

D. Clarice dizia à criada Arlinda:

—Depois de cuidar do aido do porco (1), não se esqueça de meter na balsa (2), para lavar, as fraldas e as babinhas (3) do menino; e depois dêsse serviço feito, preciso de que vá à loja, comprar lumes (4) e um quarteirão (5) de gaz (6).

A criada, diligente, depois da limpeza do aido e da lavagem da roupa, procurou a sua ama para lhe preguntar se não desejaria, visto que tinha de ir à loja, que comprasse alguma coisa para o almôço.

Enquanto aguardava as ordens da patroa, uma das filhas de D. Clarice pediu à criada para lhe procurar um nagalho (7) e trazer um pote (8).

(1) Curral de porco.
(2) Selha de madeira.
(3) Babadoiro para criança.
(4) Fósforos.
(5) 1/8 de litro.
(6) Petróleo.
(7) Guita, cordel.
(8) Bacio.

Arlinda correu pressurosa a satisfazer os desejos da menina e, seguidamente, D. Clarice encarregou-a de comprar três iscas [9] de bacalhau, duas pencas [10] portuguêsas e uma dúzia de moletes [11].

Mas, quando a criada se dispunha a sair, D. Clarice chama-a e diz-lhe:

—Olhe, traga-me um porrãozinho [12] geitoso para as azeitonas; vá, e não se demore a tagarelar com alguma pataqueira [13], porque preciso de que vá apanhar alguns canhotos [14], e hoje, como sabe, é dia de brunir [15].

Também em Águas-Santas, quando um viúvo se casa, fazem-lhe as "latadas".

Tal costume consiste em os moradores da povoação, em grupos, fazerem à porta dos noivos, na véspera do casamento, forte algazarra, assobiando, gritando e batendo em latas e, no dia do casamento, queimarem numerosos foguetes.

Não menos curiosa é esta outra usança, que ali nos contaram e que achamos muito interessante:

Durante o primeiro mês, após o nascimento de um filho, a mãi do recem-nascido usa um lenço amarrado na cabeça; quando vem à rua, põe na cabeça o chapeu do marido, a-fim-de evitar o mau olhado, e para espantar o bruxêdo, coloca-lhe um ramo de alecrim, dêsse

---

(9) Postas.
(10) Couves.
(11) Pão pequeno, a que em Lisboa chamam «papo sêco».
(12) Diminutivo de "porrão„ = pote.
(13) Operária de fábrica.
(14) Raiz do pinheiro, que está à vista, e que aproveitam para acender o lume.
(15) Passar a ferro.

cheiroso alecrim que, quando queimado, tem efeitos mágicos.

Tem também certa originalidade os enterros nesta região.

O caixão vai aberto para o cemitério, se o falecido é criança, mas só até ter feito a comunhão solene.

Além do padre e da irmandade, que se encorporam no cortejo fúnebre, à frente do caixão segue um pano aberto de veludo (e, ás vezes, mais de um pano, o que depende dos haveres da família do falecido e da sua categoria social), que é transportado por quatro pessoas, pegando cada uma na sua ponta.

Êste pano destina-se a ser colocado na igreja para nele assentar o caixão, e é transportado por amigos do falecido de maior categoria abaixo dos que levam as salvas com as chaves do caixão e com a toalha que cobrirá a cara do morto.

Referir-me-ei, finalmente, à lenda que originou o nome desta freguesia.

Dizem que passou por estas terras uma rainha, que, desejando matar a sêde, se dirigiu a uma fonte da povoação, e, depois de beber da sua água, exclamou: — "¡Santas águas!" e daí o nome de Águas-Santas, que ainda hoje conserva [1].

Jorge Larcher

---

(1) Devemos notar que em 1130, segundo Pinho Leal, já havia nesta povoação a igreja de Santa María de Águas-Santas, nesse tempo com seu prior e colegiada. O prior D. Armigiro, fêz a 22 de Fevereiro dêsse ano uma composição com o bispo D. Hugo II, doando-lhe um casal em Parâmos pelo jantar que era obrigado a dar-lhe todos os anos. Isto por escritura pública daquela data.

«HERALDICA SENTIMENTAL» .... E REAL

CAMÕES é uma realidade tão viva e tão fortemente representativa, que o seu poema, chegando em algumas edições a caber no bôlso de um colete, encerra todavia um mundo. E, se êste sofre de dia para dia uma evolução constante em que tudo se modifica, essa pequena obra, de colossal grandeza, permanece inalterável: porque é construida com o ouro puro e inoxidável das realidades:

> Ouvi; que não vereis com vãs façanhas,
> Fantásticas, fingidas, mentirosas,
> Louvar os vossos, como nas estranhas
> Musas, de engrandecer-se desejosas (1).

Não é invocado o poeta como historiador; mas, enquanto que os consagrados dissertadores dos factos da existência política de Portugal teem sofrido com o roçar da asa do tempo, Camões, não tendo sido um

(1) Camões — *Os Lusiadas*, canto I, est. XI.

historiador, deixou-nos um compêndio de história que êsse crítico implacável, que tudo abate, galvaniza, eleva ou converte em cinzas, ¡não tocou nunca no decorrer de mais de 350 anos!

Devemos, portanto, concordar que, se na verdade o Épico não tem sido chamado como árbitro a decidir nos casos de desacôrdo entre os vivos, também das pelejas mais acesas em que êle tenha tomado parte, jamais foi atingido no seu prestígio, por ter mentido à posteridade.

Além da história escrita nas pedras dos túmulos, nas muralhas dos castelos e na muda resistência das catedrais, só a obra de Camões nos basta para conhecermos a nossa origem, sabermos o que fizemos e compreendermos por onde andamos.

A história moderna não despreza nenhuma dessas *fantasias*, que provêm da alma do povo. Não esquece os seus cancioneiros, nem os seus costumes, nem as suas lendas. Fernão Lopes é um exemplo, nesses remotos tempos, duma fulgurante concepção descritiva.

Nós pensamos que a história não se resume apenas a coligir um certo número de factos tomados à conta de realidades materiais, num sentido inerente à nossa sobrevivência, com lugar — embora distinto — na escala zoológica. Essa parte reserva-la-iamos para um capítulo de história...natural. A' história de um povo pensamos que deva interessar tudo quanto envolve a sua existência e reflete o seu caracter, tanto pelo génio guerreiro como pelo ideal e espírito criador.

Feliz foi para mim a hora em que o brasão de armas de Portugal me proporcionou o prazer de apreciar o artigo do senhor Conde de São Paio; porque, até mesmo quando se encontra em discordância com as minhas afirmações, S. Ex.^{cia} sabe ser um fidalgo com quem nos honramos de conversar.

*

Diz o Sr. Conde de São Paio: "A realidade, porém, que em geral é simples, a verdade, que é nua e crua, ¡não é, todavia, do agrado de artistas e de poetas!„

Eis-me em frente de um caso em que o Sr. Conde, saindo do campo que cultiva com saber e competência reconhecida, fere com denodada *crueza* todos os conceitos e objectivos da arte. Até hoje, todo o sentido criador dos artistas—mesmo quando se erguem nas asas da fantasia—obedeceu ao princípio de não se afastarem da realidade. Nas suas interpretações, escrevendo uma página de *D. Quixote*, pintando uma paisagem à hora do crepúsculo, esculpindo no mármore a estátua de Moisés, cantando pela voz de Otelo ou da Margarida do Fausto, como compondo um trecho de Wagner, os artistas estiveram sempre tão próximos da realidade e tanto em contacto com essa *verdade*, como estivera Camões ao referir-se ao brasão de armas de Portugal e a todos os factos históricos, sem excepção do trágico assassínio de Inez de Castro.

O Épico é tão fiel àquele princípio, que o seu eterno prestígio jamais sofrerá os *rasgões* que o Sr. Conde descobriu no escudo de Afonso I, e era, de *coiro crú que revestia o madeiro da arma defensiva, reforçada, como soia, de pregos de ferro; foi-se entalhando, esfarrapando, à fôrça de tanta serventia, a ponto dos golpes, à dextra e sinistra, lhe terem produzido o aspecto de escudetes* (*!*).

¡Chegamos ao fim de oito séculos de estudo e de trabalho a esta originalíssima conclusão! Pode ela não ser verdadeira; mas é de uma tão engenhosa fantasia, que nos deixa maravilhados. Êste caso, tanto como o outro, já discutido, só posso atribuí-lo a um novo milagre a favor de Afonso I, na certeza geométrica das lançadas. E, a ser assim, o Sr. Conde de São Paio

vai muito mais longe com o seu espírito de fantasia que eu, por não me afastar da realidade histórica, generalizada, tenho-me servido de testemunhos que trazem a garantia da tradição e de documentos com a chancela da verdade.

Em face dos mistérios do passado, que a poeira dos séculos nos torna bastante confusos, a tradição e as suas lendas só podem ser contestadas, com documentos seguros, que o Sr. Conde não indica; e assim nada se afirma nem se destroi. As deduções a que chegou, sem as primeiras e sem os segundos, são bolas de sabão sôltas no espaço.

O facto do ilustre heraldista afirmar que eu admiti "a possibilidade de tudo quanto disse ser apenas *uma fantasia ou a ilusória ingenuidade de um sonho*", prova de forma incontestável que o Sr. Conde, no desejo de dar mais alguns rasgões no escudo do nosso primeiro rei—procurando simultaneamente ferir os créditos do grande épico e da infeliz *que depois de morta foi rainha*, não leu o que escrevi. Por isso lh'o repito: "Consideramos oportuno condenar mais uma vez as teorias dissolventes que, no século passado, levaram o glorioso autor dêsse monumento que é a *Historia de Portugal*, a excluir a lenda de Ourique, por não querer admitir *um certo número de fantasias*", etc.. E mais abaixo: "E' muitas vezes ainda da *fantasia* ou da *ilusória* ingenuïdade de um sonho, geradas pelo fervor religioso, que renasce o alento combativo". O itálico é bem visível. O Sr. Conde é pessoa culta de mais para compreender a significação e alcance destas palavras.

Mais um ponto lamentável, é aquêle em que se contradiz. Ora reconhece que «não é pois de rejeitar a tradição de que usaria por armas a referida cruz em campo de prata», visto que «por aquela época já se tinha generalizado a hereditariedade dos si-

nais heráldicos, conquanto sujeitos a alterações», e uma dessas «era a conservação de certas relíquias pessoais no estado em que determinados acontecimentos as haviam posto», ora afirma que «meras signas de reconhecimento pessoal ou de *ralliement*, as armas medievais começaram por *serem* (?) sinais de uma simplicidade extrema, sem significado especial„.

«Quando muito, as armas eram um simples e quási singelo hieroglifo de certo nome: um leão para os chefes de certo estado chamado Leão, sua capital, um castelo para Castela, etc.„. E no mesmo período: "Por vezes as armas traduziam o sentimento religioso, e daqui a cruz», etc., etc..

Depois do que fica transcrito ante os olhos dos leitores da *Feira da Ladra*, nada mais seria necessário acrescentar, para verificarmos o desacêrto do meu ilustre e prezado contraditor e a confusão em que o seu pensamento oscila; mas, já agora, teremos de prosseguir com a mesma diligente clareza, para demonstrar como o pêso da tradição tem o apoio não só dos documentos zincográficos publicados, mas também — desde que o Sr. Conde não confia no Épico — nos escritos dos historiadores mais dignos da confiança dos espíritos exigentes e cultos.

Entretanto, resigne-se o meu adversário a ponderar pacientemente as afirmações em que a sua pena, neste assunto, compromete com excessiva gravidade o seu reconhecido saber.

Diz S. Ex.cia, com a segurança dos meus fracos conhecimentos em questões de heráldica: "O que não tem consistência é a ideía do sr. A. C. de que o escudo português — armas de formação medievalesca, não se esqueça — tem qualquer *sentido descritivo*. As armas desta época *não tinham sentido descritivo algum*. Parta-se deste princípio". (!)

Apresso-me a declarar ao Sr. Conde de São Paio

que prometo não me esquecer; o que não afirmarei, é que parta de tão errado princípio. Ignoro se S. Ex.cia acredita em casos de azar. Se não acredita, acredito eu, pela hora infeliz em que deixou escapar tão solenemente uma sentença que representa o mais perfeito e lamentável absurdo.

Eu nunca poderei supor que o ilustre heraldista desconheça o brasão de armas da cidade de Lisboa e não tenha observado a significação daqueles símbolos. Trata-se de um escudo do século XII, *descritivo* de um facto de sentido religioso, o qual representa de forma bem clara e expressiva, a *lenda*, absolutamente aceita e incontestada, da nau e dos corvos que acompanharam até Lisboa o corpo de S. Vicente.

Não desconhece o Sr. Conde de São Paio o escudo de Coimbra no seu belo sentido histórico-*descritivo*, com a filha do rei Ataces de mãos postas entre o dragão e o leão, para que possa verificar quanto o êrro daquele princípio ofende o seu reputado saber.

¿ Não se lembra o Sr. Conde, daquele interessantíssimo episódio do cêrco pôsto pelos castelhanos ao castelo de Monção? Em situação difícil, certa mulher que tem perpetuado o seu nome num monumento que se ergue numa praça dessa vila do Minho, e se chamou Deuladeu Martins, surgiu entre as ameias da tôrre de menagem para atirar às hostes sitiantes alguns pães, demonstrando assim que, lá dentro, havia que comer em abundância. Com tal expediente, o inimigo, desalentado, levantou o cêrco; e nas armas da vila adoptou-se o desenho dessa mulher, do alto do castelo atirando os pães aos castelhanos. E' um escudo medieval e *descritivo*, de interêsse histórico, e de um ardil defensivo.

O Sr. Conde deve ter visto o escudo da cidade de Évora. Nesse evocativo exemplo de *heráldica sentimental*, há um cavaleiro, certamente Geraldo o *Sem Pavor*,

o qual na mão direita ergue a lança para o ataque e na esquerda as cabeças dos mouros vencidos. Suponho não haver dúvida de que se trata de um brasão descritivo da Idade Média.

Nem o da Nazaré, reproduzindo a cena do milagre que salva D. Fuas Roupinho de um desastre eminente. Nem o de Elvas, com o cavaleiro no seu ginete de guerra, ostentando a bandeira de Afonso Henriques, branca, com as cinco quinas em azul e em cruz. Nem muitos outros que será de mais recordar.

A grande maioria das armas das províncias e dos municípios, como muitas de certas famílias nobres, são descritivas e medievas e, sôbre tôdas essas, as de Portugal. De sentido religioso, lendário, político ou guerreiro, êsses sintéticos emblemas de gloriosa evocação, podem ser apreciados, muito justamente, como preciosos modelos de *heraldica sentimental*, porque não deixam de obedecer a um alto sentimento de puro nacionalismo, sem a suspeita da mentira que os macule.

Por mais inverosiveis que ao Sr. Conde de São Paio pareçam os altos e numerosíssimos feitos dos portugueses, êles serão sempre verdadeiros. Camões, como Fernão Lopes, nunca foram susceptíveis de atraiçoar a verdade. Neste caso, são êles invulneráveis. De Camões, poderemos dizer o que Junqueiro dissera de Victor Hugo: "Êle é como um prédio de muitos andares. Quando por um cataclismo universal a água atingir o rez-do-chão, ainda tôda a gente do nosso tempo caberá nas águas-furtadas".

Em abono, não daquilo que afirmei, que foi pouco, mas do que o Épico nos diz, que é tudo, correm grandes figuras que o escrupuloso Herculano respeitou. Faria e Sousa, a-pezar-de se ter finado em *completo delírio* e haver descoberto com acertado juizo — além da origem do Conde D. Henrique — que a cruz azul era *o brasão de armas da casa de Borgonha*, teve a honra da cum-

plicidade de outros grandes escritores do seu tempo.

Frei António Brandão, que antecedeu na morte o autor da *Europa Portugueza*, em 12 anos, exprime-se assim: "O Conde D. Henrique, e seu filho o Infante Dom Afonso *traziaõ por armas hua Cruz*, a que chamaõ potentéa, por ter a hastea de alto abaixo mais longa que a outra que atravessa de parte a parte„ (1).

M. Severim de Faria, como os dois notáveis escritores também em *completo delírio*, conta que "o primeiro, que pintou a Cruz nos escudos, foy o Emperador Constantino, o qual depois que lhe appareceo este divino sinal no Ceo, o mandou pintar nas bandeiras e dahi nos escudos, e trouxeraõ tambem por armas; e do mesmo modo o Conde D. Henrique, *que trouxe huma Cruz chaã*„. E com maior intensidade *delirante*, acrescenta: "Daqui tiveraõ origem as Armas de Portugal, porque trazendo a mesma Cruz seu filho D. Afonso, depois que ganhou a batalha do Campo de Ourique, em memoria das Cinco Chagas, com que Nosso Senhor lhe appareceo crucificado, partiu a Cruz em cinco escudos, pondo dentro de cada hum trinta circulos, que denotaõ os dinheiros, porque Christo Nosso Senhor foi vendido" (2).

Sôbre êste ponto *de complicadas operações aritméticas* a que chegou o *delírio* de Faria e Sousa, Frei António Brandão sofre do contágio, dizendo-nos: «El-Rey Dom Afonso com a occasiaõ da Batalha de Ourique, tomou por armas as sinco Quinas taõ celebradas, e conhecidas em todas as quatro partes do mundo, & por se naõ perder a memoria da insignia da Cruz, ordenou os escudos em forma de cruz, & temos advertido em selos, & medalhas antigas, serem os escudos daquel-

(1) Frei António Brandão — *Monarchia Lusitana*, edição de 1632, pág. 131.

(2) M. Severim de Faria — *Notícias de Portugal*, edição de 1740, pág. 91.

le tempo feitos ao comprido, a modo de pontas de lanças, cõ que a sagrada Cruz mais propriamente se afigurava. Quiz El-Rey significar não só a Cruz sagrada em a posição dos sinco escudos, mas em o numero delles as sinco Chagas de Christo nosso Redemptor, & o preço porque foi vendido aos Judeos, em os dinheiros que mãdou pór em cada hum dos escudos. Costumavasse a pór trinta em cada hum dos escudos: & porque este numero, álem de grande, naõ tinha lugar muitas vezes pela incapacidade do sitio, se ordenou pelo tempo adiante, que em cada escudo se metessem sinco dinheiros, com que o numero de trinta se podia encher contando duas vezes o escudo do meio, ou ajuntando ao numero dos dinheiros os sinco escudos» (1).

Cauteloso, Brandão observa que, embora alguns autores não estejam, neste caso, absolutamente de acôrdo, cita vários que esta teoria sustentam com idênticos casos de outras nações, recomendando especialmente a obra intitulada *Escudo Real*, do licenciado Gaspar Álvares Lousada.

Até êste ponto trata-se da significação religiosa do escudo, em que os historiadores seguem e confirmam, como fundamentadas, as *fantasias* do Épico. Vejamos depois disto o que pensam êles da *estratégia* sem a consulta prévia dos modernos estrategistas.

"El-Rei Dom Afonso para ficar lembrança da grande vitoria que alcançou dos Mouros, mandou no principio atravessar quatro cordões no escudo, dous em cruz de meio a meio, & dous em aspa de canto a canto, fazendo de outro cercadura, & por elles pendurou muitos escudos, posto que quatro que ficaõ dentro no escudo, & o do Chefe da bordadura saõ notavelmente mayores & feitos a modo de adargas, ou pontas de lança. Estes parece que alludem aos sinco Reys vencidos, os

(1) Frei António Brandão, ob. cit. pág. 131.

mais serião de outras pessoas principaes, ou os que El--Rey por sua mão alcansasse».

"Este modo de escudo se vê em alguns sellos daquelle têpo; porem não era universalmente usado, porquanto em outros temos achado as sinco quinas somente, cõ os circulos ou dinheiros dentro» (1).

"Alem disto para ficar lembrança da grande victoria, que alcançara dos Mouros, atravessou quatro cordoens no escudo, dous em cruz de meyo a meyo; e dous em aspa de canto a canto, fazendo de outro cercadura, e por todos elles pendurou muitos escudos: posto que quatro, que ficam dentro do escudo, e o da bordadura, saõ notavelmente mayores; e feitos a modo de adargas; estes parecem dos cinco Reys, que alli foram vencidos», etc. (2).

Como se verifica, nem foi só Camões que *fantasiou*, nem Faria e Sousa que *chegou ao delírio*. Para o nacionalismo do Senhor Conde de São Paio, existe o receio de que o ideal venha a sofrer com a recordação das *falsidades* e *mentiras* dos historiadores, solidários com o Épico. Eu, porém, devo tranquilizá-lo. Tôda a história de Portugal é escrita pela acção de umas dúzias de loucos sublimes; e as suas insígnias, símbolos de nobreza e de beleza, não foram gravadas pelo acaso das lançadas inimigas.

O escudo de Afonso I nunca poderia também ser de *couro cru*, encontrando-se ao abrir o seu túmulo, ao fim de quatro séculos, (3) em perfeito estado, como verificou D. Sebastião, que desejou servir-se dêle e da espada nas guerras de A'frica, como consta da carta dêste rei, datada de 24 de Março de 1578, e dirigida ao Prior Geral do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, na qual

(1) Fr. Ant. Brandão, Ibid.
(2) M. Severim de Faria, ob. cit., pág. 91.
(3) Em 1570 foi aberto o túmulo de Afonso Henriques na presença de D. Sebastião, que nesse ano visitara Coimbra.

diz que deseja levar a essa empresa de A'frica «a espada, e escudo daquelle grande, e valeroso Rey o primeiro deste Reyno, o santo D. Affonso Henriques, que jaz nesse mosteiro; porque espero em nosso Senhor que com estas Armas sempre vencedoras me dê as vitorias, que o glorioso Rey com ellas alcançou dos Mouros.» (1)

Resta-me recordar ao ilustre Conde de São Paio, a respeito da *intriguista* que *depois de morta foi rainha*, que estava D. Pedro, *o Cru*, no varandim do seu palácio, em Santarém, a saborear o coração daquele *coelho*, e já os historiadores se preparavam para seguir o exemplo, vingando os assassinos e mordendo por sua vez os despojos da infeliz. que só desejava que a pusessem *entre leões e tigres, a ver se entre êles achar podia a piedade, que entre peitos humanos não achou.*

¿Não haverá nestas dolorosas palavras uma acusação grave aos futuros investigadores, que duvidam da luz fulgurante da verdade imperecível, para ofender a virtude daqueles que receberam já da tradição a corôa do martírio ou da glória?

¿Quantas vezes temos nós assistido ao assassínio de Inez de Castro?

As afirmações que fiz, se desgostaram o meu contraditor, manter-se-ão inalteráveis; tanto pela beleza moral e *sentido descritivo*, como pela *realidade* de respeitáveis juizos.

Disto pedimos desculpa ao Senhor Conde de São Paio.

ALFREDO CÂNDIDO

---

(1) Reproduzida pelo Padre Pereira Baião, no *Portugal cuidadoso, e lastimado com a perda do senhor Rey Dom Sebastião*, Lisboa, 1737, pág. 514, e nas *Memorias dos Arcebispos de Lisboa até 1640*, escritas pelo Dez.or Francisco Monteiro Leiria, vereador do Senado da Câmara e reformador do seu cartório, por ordem de D. Luiz de Sousa, Conde do Prado, Presidente do Senado; copiadas de D. José Barbosa em 1740 e conservadas em manuscrito.

A SERRA

(NA BEIRA ALTA)

IRA-SE esta designação popular e um pouco vaga (mas de extensa aplicação), das serras de Leomil e Nave (ramificação daquela), que se erguem entre os rios Távora e Paiva, e da serra ou planalto da Lapa, que fica entre o Paiva e o Vouga: serras inteiramente graníticas. A mesma designação abrange o conjunto das seguintes povoações, que constituem uma sub-região:

1) Alvite, Àriz, sedes de frèguesia; Carapito, da frèguesia de Pera-Velha; a própria sede da frèguesia; Péva e Soutosa, também sedes de frèguesia. Tôdas do concelho de Moimenta.

2) Lamosa, sede de frèguesia; Lapa, da frẽguesia de Quintela da Lapa; e a própria sede. Tôdas do concelho de Cernancelhe.

3) Alhais, Queiriga, Touro e Vila-Nova-a-Coelheira, tôdas elas sedes de frèguesia do concelho de Vila-Nova-de-Paiva, que substituiu o antigo de Barrelas.

A Serra produz centeio e algum milho. Dá tojo em

abundância e vestem-na muitos *pinheirais*, e um ou outro souto de *castanheiros*. Cria-se nela gado lanígero, caprino e vacum. Os habitantes chamam-se simplesmente *Serranos*, e usam *capucha* de burel, e socos *entestados* (isto é, de testeiras de ferro): tudo fabricado por êles. Além destas singelas indústrias, de caracter caseiro, fazem queijos e manteiga do leite de seus gados. Constitue de facto o leite de vaca (sub-raça *paivôta*) um dos principais rendimentos da Serra, e há umas tantas desnatadeiras nas povoações indicadas, e algumas fábricas de manteiga em Vila-Nova-do-Paiva e Leomil. Os Serranos vivem freqüentemente em casas cobertas de colmo, sobretudo em Carapito e Alvite. O tojo, de que se falou, corta-se e leva-se para as povoações, para estrumeiras, que cobrem o pavimento das ruas: quem passa em Àriz, Alvite, etc., encontra sempre o chão atapetado de tojo. O que, diga-se de passagem, acontece a cada passo na Beira-Alta, etc.

Na povoação da Lapa existe um santuário da Senhora de igual nome, a que se ligam romarias concorridíssimas, e de grande nomeada na Beira Alta. (1) Cantam-se então cantigas, como:

> Nossa Senhora da Lapa,
> Da Lapa... e da Lapinha:
> Chamai-me vós afilhada,
> Que eu vos chamarei madrinha.

com paralelos algures (2).

J. Leite de Vasconcellos

(Da *Etnografia Portuguesa*, Vol. III (no prelo).

---

(1) Cfr. *Etn. Portuguesa*, II. 612.

(2) Ao S.or Joaquim Moreira Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Cernancelhe, agradeço várias informações que me deu a respeito da Serra.

PROCESSOS DA AMOEDAÇÃO EM PORTUGAL

fabrico da moeda em Portugal pode dividir-se em dois grandes períodos: o primeiro, que vai desde o princípio da monarquia, cêrca de 1140, até 1678, em que predomina quási que exclusivamente o emprêgo do martelo; e o segundo, que começa nesta data até aos nossos dias, e é caracterizado pelo uso das máquinas.

No entanto não deixaremos de registar as várias tentativas que se fizeram para o melhoramento da amoedação, e especialmente as do séc. XVI, para a cunhagem das moedas por outros processos que não os do martelo.

A mais antiga de que temos notícia é divida ao fundidor João Fernandes, que se ofereceu a El-Rei D. João III, em 1548, para fabricar moeda *polla arte de moldar he imprimir em area*, isto é, por meio da fundição em moldes de areia, do que resultava, segundo êle, muito maior rendimento, pois que, por êsse processo, fazia êle "*mais em hû dia do q. fazem quatro moedeiros*"(1). Mas, a não ser algumas *provas*, não consta

que se lavrasse moeda por semelhante forma.

Igualmente vasadas eram as moedas de ouro que saíam da máquina ou *engenho* de João Gonçalves, e que são as primeiras entre nós que tem data, 1562. Nessas moedas também se verifica, junto à orla, um circuito granulado de alto relêvo para evitar o cerceio delas (vid. fig. 1). Porem, muito embora fôsse então reconhecido que essas moedas eram mais perfeitas do que as fabricadas pelo martelo, ao emprêgo dêste se voltou, por algo dispendioso ser o engenho de João Gonçalves.

Passados anos, uma nova máquina—agora francesa—veio para a Casa da Moeda em 1649; mas, pouco tempo depois, já ela tinha sido posta de parte para se tornar outra vez ao uso do martelo. Contudo, foi nessa máquina que se cunhou a moeda *da Conceição* que é simultâneamente medalha, pois comemora a adopção que El-Rei D. João IV fizera de Nossa Senhora da Conceição para Padroeira do Reino, nas côrtes de 1646 (2) (vid. fig. 2).

Foi sòmente em 1678 que, por completo, se abandonou o velho processo do martelo, para se adoptar definitivamente a maquinaria; e isto por iniciativa de D. Luiz de Menezes, 3.º Conde da Ericeira, como vèdor que era então da Fazenda. Eis a inscrição que se lê nessa máquina:

«SENDO REGENTE DESTES REINOS O PRINCIPE DOM PEDRO DOM LVIS DE MENESES CONDE DA ERICEIRA DO SEV CONSELHO E VEDOR DA FASENDA DA REPARTISAO DA INDIA MANDOV MVDAR A FABRICA DA MOEDA DE MARTELO A ESTA EM-

(1)—Vide as informações que ácerca de tal deu a El-Rei o Provedor da Casa da Moeda. In Tôrre do Tombo, *Corpo Chronologico*, parte I, maço 81, doc· n.º 117. Cfr. T. de Aragão *Descripção das* da *Moedas*, vol. I. pag. 272.

(2)—Vid. o nosso artigo *A moeda da Conceição*, publicado em *A Voz* de 8 de Dez.º de 1934·

PRENSA POR SEEVITAR O SERSEARSE O DINHEIRO ANNO 1678.»

No Museu Arqueológico do Carmo pode ainda hoje admirar-se êsse engenho de 1678, que marca uma data notavel na história monetária de Portugal. (1)

Decorridos dez anos, Manuel Rodrigues da Silva inventa a *serrilha* para preservar as moedas do cerceio, por forma que, pelas leis de 1686 e 1688 são mandadas recolher as moedas, respectivamente de ouro e de prata, para se *encordoarem e cunharem com nova orla.* (2) Exclusivamente com êsse fim diversas casas da Moeda se abriram pelo país, mas, porisso mesmo, de pouca duração. (3)

Em 1726 entra na Moeda outra máquina de cunhagem trazida por Francisco Montegui; porem nada se sabe do destino ou emprêgo que ela teve.

Por êsse tempo, muito se aperfeiçoaram os engenhos da Moeda, devido ao fiel António Martins de Almeida, e tão perfeitas eram as moedas que aí se lavraram que, passando a fronteira a fama delas, o rei de Hespanha mandou pedir a D. João V um modêlo dêsses engenhos, que para Madrid seguiu em 1729, acompanhado de um hábil moedeiro português.

Dessa época (1730) tambem data a curiosa e lisongeira apreciação dum estrangeiro, que a seguir transcrevemos: "À beira do Tejo, para a parte do poente de Lisboa, vê-se a Casa da Moeda (isto é, já na rua de S. Paulo) onde se fabrica o dinheiro, com tanta perfeição, pelo menos, como em França„. (1)

---

(1)—Veja-se o desenho da parte central dessa máquina, que reproduzimos neste artigo (fig. 3).

(2)—Vid. os respectivos *alvarás* de 9 e 20 de Agôsto de 1686, 11 de Março e 13 de Maio de 1688. Cfr. Aragão, ob. cit. a págs. 314, 315, 334 e 335.

(3)—Vid. o nosso artigo àcêrca da *Numária de Pax Julia* in *Revista de Arqueologia*, Vol II.

4.400 reis de D. Pedro II
(Quando Príncipe Regente)
Tipo do último lavramento batido pelo martelo

T. VIII, PÁG. 161

4.000 reis de D. Pedro II
(Quando Príncipe Regente)
Tipo das primeiras moedas cunhadas pela máquina

T. VIII, PÁGS. 159 E 161

De então para cá, o lavramento da moeda tem vindo a aperfeiçoar-se a pouco e pouco, como é natural, correspondendo hoje a maquinaria da Casa da Moeda a todas as exigências da engenharia moderna.

Todavia, não deixaremos de salientar que, se industrialmente a máquina representa um grande aperfeiçoamento de uniformidade nas moedas, não é menos certo — a nosso ver — que ela esmagou, no seu industrialismo mecânico, a Arte, no que ela tem de tradução directa da sensibilidade humana. Porisso artisticamente bem mais nos encantam as velhas peças batidas pelo primitivo sistema do martelo, do que as resultantes dos poderosos engenhos da actualidade.

PEDRO BATALHA REIS

(1) — Cit. por T. de Aragão, *Descripção das Moedas*, vol. I.

EPISTOLÁRIO
XXV
A horta de Guilherme Stephens

UILHERME Stephens, proprietário-fundador da fábrica de vidros da Marinha-Grande, era devedor ao Marquês de Pombal de grandes obséquios na concessão dos privilégios para o desenvolvimento da indústria vidraceira.

Quando êle escreveu ao Marquês a carta que segue, já êste tinha caído do pedestal e, assim, vemos que Stephens não foi ingrato, como outros, em paga dos benefícios que dêle haviam recebido.

Emquanto o Marquês viveu retirado nos seus casais de Pombal com tenção *de acabar a sua vida em lavrador ou hortelão* (como êle dizia em carta a seu filho Henrique), foram Stephens e o Conde de S. Payo os dois únicos amigos sinceros que lhe mitigaram as agruras do exílio e que o acompanharam no comentário da inconstância humana. Nas cartas, que Stephens lhe escreveu, e que estão na *Colecção Pombalina*, revela-se o seu caracter forte de reconhecimento por aquêle que, tendo sido um grande homem, na ocasião não era mais do que um mísero mortal, pecador arrependido, conformado com a sua sorte e aceitando resignado, como S. Sebastião, as setas dos seus inimigos, quando êles, na côrte, iam pouco a pouco aluíndo os alicerces sôbre os quais êle havia edificado a sua gloriosa administração.

E, para consôlo material do exilado, Stephens oferecia lhe espargos e morangos, produtos da sua horta e riquezas do seu pomar da Marinha-Grande.

João Jardim de Vilhena

Ill.^me Ex.^mo Sr. Como a orta de V. Ex.^a naõ tem idade sufficiente para produzir espargos e a minha por ser mais velha me produziu muito bons tomo a liberdade de offerecer a V. Ex.^a e á Ex.^ma Sr.^a Marqueza hum cestinho delles.

Quando V. Ex.^a me mandou para este Paiz com difficuldade achei huma selada de alface; agora em (*illegivel*) da minha orta e com as plantas e sementes della já Leiria, Batalha e Alcobaça estaõ bem providas das mais delicadas ortalissas: eu naõ me lisongeio pouco de o ter feito taõ grande beneficio ao publico, porem o gosto que agora tenho de o offerecer a V. Ex.^a esta pequena fruta da minha industria e curiosidade he inexpressivel.

A honra de poder hir beijar a maõ de V. Ex.^a fica demorada para depois da festa, por causa de adoecer o Administrador; eu estou nesta Fabrica naõ só como Proprietario della, mas como supernumerario, sempre prompto para servir os lugares que vagaõ, de sorte que nestes ultimos tres mezes tenho sido cativo no Escriptorio suprindo os lugares de Guarda Livros, e Escripturario, pois o vicio de Cassadores tinha-se introduzido nelles, emquanto eu estive em Lisboa com tanto excesso e obstinaçaõ que bem contra minha vontade foi necessario uma inteira despedida.

A minha mana se recomenda affectuosamente a V.^as Ex.^as e anciozamente espera o tempo em que pode pessoalmente ter o gosto de beijar as maõs de V. Ex.^a D. G.^de m.^os ann.^os

Marinha primeiro de Abril de 1778.

De V. Ex.^a o mais obsequioso,
servo e fiel cativo

Guilherme Stephens

(Colecção Pombalina, vol. 691)

DO CADERNO DUM ARTISTA[1]

s azulejos vão diminuindo de côres do sec. XVI em diante, da forma seguinte:

Século XVI cinco côres: verde, azul, amarelo, roxo, branco (fundo).

Século XVII quatro côres; mas as côres mais vulgares neste séc. foram o azul e branco. Os assuntos eram quási sempre religiosos.

Séc. XVIII: azul sôbre fundo branco. Neste último séc. tornaram a repetir as cinco côres e a Fábrica do Rato produziu grande quantidade.

Os Santos nunca davam as costas das mãos a beijar e sim a palma, o símbolo do seu martírio.

O ébano distingue-se das outras madeiras pretas, sobretudo, por ser quási tão frio como o mármore. Exp.^to: uma balaustrada, composta de pau santo, retinto,

---

(1) Transcrito dum livro de apontamentos encontrado no espólio de José Queiroz.

de carvoeiro e de ébano, estando bem pulida pelo tempo, um cego, palpando, dirá qual é o ébano, pela razão acima indicada.

Foi Joaquim de Vasconcelos, que em 1872 fêz imprimir no Pôrto livros (seus) em papel português de linho, e que editou obras suas com o caracter das publicações do séc. XVI.

As faïanças portuguesas do séc. XVII e XVIII differençam-se das estrangeiras, entre outras características, por serem mais pezadas, e pelo som menos vibrante; exceptua-se a faïança de Talavera (Espanha) desta regra, por ser ainda mais pezada, e o toque mais cavo.

A mobília Chippendale (Inglaterra) é quási tôda construída em mogno, século XVIII.

A patena que foi roubada na volta de Madrid, que figurou na Exposição Colombina, e que fazia parte da secção de ourivesaria do Museu Nacional de Belas-Artes de Lisboa, era de ouro burilado e esmaltado, e tinha a Paixão de Christo, de Alberto Dürer. É quási certo, que a famosa patena foi juntar-se ao calix a que pertencia, e que tambem foi roubado da Biblioteca Nacional há anos. Estas duas riquíssimas peças, tanto no valor artístico como no real, pertenceram ao Mosteiro de Alcobaça, e são obra do século XVI.

O alemão chamado Escupeta [1], que veio para

(1) Trabalhou muito para o Conde do Farrobo.

Portugal no princípio dêste século (XIX) era marceneiro, e deu noções bem proveitosas da sua arte, no país. Ainda aí estão alguns marceneiros entre êles o Carmona, da escola do Escupeta. O banco em que trabalham ainda hoje os nossos entalhadores e marceneiros é modêlo alemão.

Na primeira metade dêste séc. trabalhou em Lisboa um escultor em madeira, um artista chamado Garnier [1].

Leandro Braga, a quem tanto deve a arte portuguesa no desenvolvimento da escultura em madeira, trabalha actualmente num 1.º andar na R. da Rosa n.º 233, oficina que tão habilmente dirige. Foi nessa mesma casa, que o distinto artista recebeu aprendizagem de seu mestre Inácio Caetano há perto de cinqüenta anos.

Lisboa 26 de Outubro de 1895.

Obras mais notáveis de Leandro Braga: Câmara dos Pares, Paço de Belém, Duquesa de Palmela, Biester, Monteiro (Milhões), Câmara Municipal, Marquês da Foz, Paço da Ajuda, Carlos R. Ferreira, Anjos, Chamiço, Sousa Lara, Conde de Cabral.

Nomes de algumas ruas em Évora—R. do Alfaiate da Condessa, R. das Amas do Cardial, R. das Donzelas, T. do Cavaco, Alcárcova, R. do Alcoutim.

Entre Jerónimo Condeixa e João Burnay:

Burnay: ¿ O que acha V. que ponha na cabeceira

(1) Também trabalhou para o Conde do Farrobo.

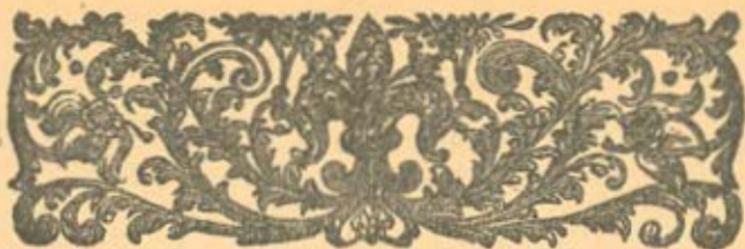
da minha cama? (Leito antigo de pau santo, estilo D. João V).

Condeixa: Um coiro lavrado é o que vai bem.

Burnay: Não sou da sua opinião. Não gosto de coiros na cama...

José Queiroz

. . . .
. . . E como as letras, & scriptura saõ o retracto, & representaçaõ das palauras, & ainda nellas fica o erro (se o ha) sempre viuo, & immortal, naõ menos cuidado tiueraõ (os antigos) de bem screuer, do que tiueraõ de bem falar. E tinhaõ muita razaõ; porque como a certa, & ordenada maneira de screuer, naõ possa ser sem saber o sentido, propriedade, & origem das palauras, claro está, que quem mal screue, ignora o fundamento do que screue. E quanta diligencia pusessem os Antigos na arte do seu screuer, testemunhas saõ as Pedras, as Moedas. & Antigualhas de seus tempos, que hoje em dia leemos, em que naõ soomente se naõ acha vicio algum, mas as tomamos por exemplo, & imitaçaõ de nossas scripturas. E por tamanha falta tinhaõ o erro de hũa soo letra, que se conta de Augusto Cæsar, que sendo hum Principe tam clemente, priuou do Officio a hum Legado Consular, por lhe screuer en hũa carta hum *icsi* por hum *ipsi*. O que se agora el-Rei Nosso Senhor fizesse, hei medo, que muitos ficassemos sem officio.... E agora teem-se taõ pouco respecto ao bom, ou mao screuer, como daõ testemunho nossas Cartas, nossas Moedas, nossas diuisas, nossas Sepulturas, & tod s nossos Scriptos, onde naõ vai cousa em seu lugar. E o que peor he, que os que mais nisso peccamos, somos os que maior obrigaçaõ tinhamos de acertar .... Polo que com razaõ os que mal screuemos, naõ merecemos o nome de Letrados, pois viuendo das letras, & teendo nome de letras, os primeiros Elementos dellas naõ sabemos reger, nem ajuntar. O que naõ he menos dissonancia, da que os Musicos fazem, quando tocaõ as cordas que naõ deuem, mas ainda he mui maior, porque estes fazem tornaçaõ ao ouuir, & os outros ao entender».

Duarte Nunes de Leão, in dedicatoria da *Orthographia da Lingoa Portuguesa*. Lisboa, 1576.

NOTULAS DE VIAGEM

IX — PELOURINHOS

stas colunas, algumas monolíticas, decoradas com animalescos, esferas, gaiolas e medalhões, que confirmam regalias dos forais, entretêm-me sempre, não só pela sua concepção estética, como pelas cenas que através dos séculos presencearam. Feiras, leilões, folganças, castigos justiceiros, pregoeiros lendo alvarás, e, em exaltação revolucionária, o estardalhaço, o acardumar dos paroquianos.

Para a missinha, lá passaram as mocelinhas de toucado ou capucha, os fardalhões que estão agora nas vitrinas dos museus, frades, cãis famélicos e vadios, escravos de casas solarengas de títulos altissoantes.

Ouviram, decerto, foliões dançando a *chacona*, *oitavado*, *gavotas* e *mudanças*, o *sarambeque*, a *fôfa* e tantas outras velharias já em desuso, como a musicata dos alaúdes e cravos.

Em noites escuras, desertas, com bruxedos, assustadiços com a geada pingue-pingue pelo fuste, ecoa-

va o ruído de espadas em duelo, e talvez até lá ainda rastejasse o fio frouxo da luzinha do nicho, ou dalgum alpendre com painel de santo encrustado na cantaria solarenga. Depois, ainda por aí passeou em ar de estúrdia o poetaça noctâmbulo e agora ouvirá o campainhar do telefone e o internacionalismo da T. S. F. Muitos dêstes pelourinhos ruiram, reerguem-se outros; ¡mas quantos inglòriamente acabaram por servir de pia para galinhas e cornijas para casinhotos!

X — CANTOS SACROS DA BEIRA BAIXA

Ora, passando as terras de Penamacor e agasalhado em mui nobre pousada, (na qual vi o conselheiro João Franco e o Conde de P... G...), uma noite, ao deitar-me, ouvi cantar.

Estava-se na Quaresma, e o atrito das ferragens pelo tôsco empedrado do lugarejo ecoava soturno, soturnamente, na silenciosa sonolência da aldeia.

Percebi que em côro se cantava, até que fixei:

> Acordai, irmãos meus,
> dêsse sono tão profundo,
> e rezai um Padre Nosso
> pelas almas do outro mundo.

Saí. Tropeçando aqui e ali, fui até ao cruzeiro, onde encontrei aquêle grupo noctívago que «encomendava as almas», amarroado nos balcões de madeira dos casebres. Já duma vez, no Minho, me impressionara êste piedoso costume cristão, quando ouvi vozes atravéz do negrume dos montes, que entoavam o

> Alerta! Alerta!
> A vida é curta,
> e a morte é certa.

Mas esta Beira-Baixa é fértil em cantos sacros, cuja enumeração seria fastidienta.

Entre outros: Matutinas — Ladainhas — Sete palavras fortes — Salvè-Rainha — Magníficat — Jaculatórias — — Benditos — Martírios — Senhor Deus da Misericórdia — — Miserere — Aleluias — Terços — Alvíssaras — Folias da Ressurreição e do Espírito-Santo. Também se canta à Virgem, ao Menino-Jesus (résteas dos presépios nos conventos) aos Reis-Magos, cantos dos pastores, e a diversos oragos.

Cremos que vários dêstes cânticos sacros eram comuns a tôdas as províncias conforme suas résteas, mas na Beira-Baixa e no Minho resistiram até ao presente.

Musicalmente, ressalta a influência monástica dos missionários, e até há recortes do melodismo gregoriano.

Dizia-nos uma professora, hoje provincial do S. C. M., senhora culta e viajada, que só em Portugal é que se cantavam «benditos».

Conseguimos anotar alguns; mas embora se ouçam em tôdas as dioceses, são os das Beiras os que mais nos impressionam, principalmente os que se entoam pelos campos quando troveja.

ARMANDO LEÇA

SAUDAÇÕES RÚSTICAS

A quem, no domingo de Ramos e dias subseguintes, até além-Páscoa, palmilhar os concelhos de Figueira-da-Foz Soure, Montemor-o-Velho e limítrofes (nêstes, pelo menos, que eu saiba), darão no goto certos desenhos, representando vasos e cêstos com flôres toscamente besuntados a ocre, zarcão, azul e, até, à falta de melhor, a barro vermelho delido em água, um aqui, outro ali, junto às portas de habitação, portões e cancelas, e nos muros de vedação de hortas, jardins, e pomares. Por vezes, letras ou legendas ladeiam, socorrem e completam a representação gráfica; tais dizeres já alguma que outra vez erguerão uma ponta do véu—o sentido e razão do ingénuo debuxo. E terá a confirmação da suspeita se, por efeito de natural curiosidade, interrogar, como eu fiz, alguém do burgo. Logo lhe será explicado que êsses imprevistos enfeites, pintados durante a noite que deriva de sabado para domingo de Ramos, significam um preito, uma lembrança, uma inscrição votiva, espécie de boas-festas, que um

amigo ali deixou às pessoas de sua estima, donos do prédio ou da quinta, ou, pelo menos, lá moradores, ou um namorado à sua mais-que-tudo, certidão de que no seio do Romeu aldeão segue acesa, como chama perpétua, a fé jurada à sua Julieta.

Ora aqui está uma curiosa costumeira típica da nossa gente, esta dos desenhos votivos. E já não é de agora, porque um velho campónio, falecido quási centenário, o tio Boa-Morte, tarameleiro e arguto, me contou há anos que na sua recuada mocidade lambuzara alguns, em homenagem a raparigas do seu conhecimento, parentesco ou devoção. Porque qualquer dessas determinantes é o suficiente para levar o improvisado artista popular a fazer tão afectuosa saudação floral.

Delas se me teem deparado algumas, três das quais se reproduzem. Vão, em geral, de 20 a 30 centímetros até um metro de altura; estas, porém, menos vulgares.

Na fig. 1 vemos um vaso com três ramos, tendo em cada extremidade uma flor, difícil de definir botanicamente. No bôjo do vaso ressaltam dois S S afrontados, e por baixo um V., porventura iniciais do nome da preiteada. Ao lado, ainda dentro do vaso, a palavra presenteante OFERESE; e junto do vaso, à direita do observador: IRMÃOS E COMPANHIA, isto é, os irmãos da cachopa, filhos dos donos da casa, e os rapazes que os vinham a acompanhar. Vi-o, no verão de 1936, traçado a zarcão, à porta da casa do Sr. José Pessoa Azêdo, em Montemor-o-Velho, donde com a maior exacção o copiei.

Diverso significado tem o desenho da fig. 2, sem nota de origem, por esquecimento ou precipitação de cópia, no meu caderno de apontamentos. Sei apenas que o registei no mesmo ano do precedente, que dêle o separam não mais de cinco páginas. Devo de tê-lo recolhido também no concelho de Montemor, ou então no de Soure, para onde segui a passar uns dias. E'

FIG. 1

FIG. 2.

FIG. 3

SAÜDAÇÕES RÚSTICAS

constituido por um vaso donde sobem três ramos, com uma flor na ponta dos laterais, e com três flôres o do meio. O M, que se vê no centro, é de crer seja a inicial do nome da requestada. Não me recorda a côr da tinta com que o pintaram.

Colhi em 1931 em Maiorca, risonha localidade do concelho de Figueira-da-Foz, a pintura reproduzida na fig. 3—um coração donde brotam flôres, com os traços cercados interior e exteriormente, bem como os pedúnculos das flôres, por uma linha pontuada. Tem esta engraçada legenda: DO M CURASAO A FELOR DO MEU AMOR M. V. em quatro linhas, dum e doutro lado da víscera simbólica, candidamente estilizada. Estava tudo besuntado a pincel grosso e tintas encarnada e verde, [1] que nalguns pontos escorreram, como se observa na gravura, tomada do desenho feito em cópia à vista.

A dedicatória está truncada: quem escreveu quereria dizer: *Do [fundo do] meu coração [ofereço] a flor do meu amor*. F. S. são as iniciais da rapariga; M. V. as do ofertante.

Finalmente, o traço que limita o desenho, pelo lado direito, representa a parte exterior da ombreira da porta.

Creio ser esta a primeira vez que, em letra redonda, se fala de tão pitoresca espécie etnográfica.

C. M.

---

(1) O emprêgo destas duas côres não é raro em composições de caracter popular, por sugestão das côres nacionais.

UMA CELEBRIDADE COREOGRÁFICA [1]

USTINO Soares, a "coqueluche" dos *balancés* da Baixa [2], começou por marceneiro em casa de seu pai, na rua dos Douradores. Nessa época, os mais cotados mestres de dança eram o preto Herculano Mercês [3], falecido antes de 1850, o hespanhol Cañeda, que dava reuniões aos domingos, o José Zenóglio, professor de D. Pedro V, o Meireles, o Azimont e o Hipólito Monnet, que veio como coreógrafo para S. Carlos em 1856, fôra discípulo da Academia Imperial de Paris e era professor do Conservatório

---

(1) Artigo inteiramente inédito, que virá a ser incluído no vol. III da *Lisboa de outr'ora* (colecção póstuma dos escritos do autor) de que há pouco saiu o 1.º volume.

(2) *Balancé* era o que hoje se chama *salsifré*, e que nos fins do século XVIII se chamava *baile do fanico*. Nos balancés, o piano era freqüentemente acompanhado de saltério.

(3) O preto Herculano Mercês já leccionava dança em 1839, ano em que se afirmou que o nomeariam professor do Conservatório, para o que se abriu depois um concurso, a que concorreram o York, bailarino de S. Carlos, o Victor e o Zenóglio.

de Lisboa e proprietário de uma academia de dança na calçada do Sacramento, n.º 14, 2.º andar. O Azimont fôra professor de dança de D. Maria II, mestre da banda da Guarda Real da Polícia, professor da orquestra de S. Carlos, director da orquestra da Assembleia Lisbonense e director de bailes, e suicidou-se com um tiro de pistola em 1860, contando setenta anos de idade.

Justino Soares começou por acompanhar, com o cavaquinho, as lições de dança dos professores Herculano Mercês e Meireles, e desta convivência lhe veio a sua fúria dançatriz, como diria Filinto Elísio. E possuia-se de tal entusiasmo pela arte de Terpsícore que, ainda trabalhava no samblador Vidal, ao Chiado, e já leccionava nas academias particulares.

Nesse tempo morava êle num segundo andar da rua dos Fanqueiros, em companhia das irmãs, também dançomaníacas. Abriu então um curso para a caixeirada na loja de sola do Lemos, em que se pagava um cruzado novo mensalmente. Em 1855, abriu outro curso na Academia Alunos de Minerva, em que cada discípulo pagava simplesmente um vintém para o músico; e em 1867, criou a Academia Fenians, na rua Nova da Palma, por cima da confeitaria Pires, de onde se mudou para um segundo andar na rua da Madalena.

Os discípulos de Justino Soares atingem a respeitável cifra de 24.000, entre os quais se incluiram o duque de Palmela (quando aspirante de marinha), o D.r Carvalho Monteiro ou o *Monteiro dos Milhões*, o eminente orador António Cândido, Guerra Junqueiro, Guilherme de Azevedo (a-pesar-de coxo), o dr. Coelho de Carvalho, a marquesa de Fronteira, a marquesa de Castelo-Melhor, que êle ensinou a dançar nos bailes infantis do Passeio Público, etc. E, honra lhe seja, nenhum dos nossos mestres de dança lhe deitou a barra adiante: nem o finado João Quintana, nem o falecido *Pouca-roupa*, nem o Oliveira Sapateiro, nem o Caetano *da claque*.

O Justino, *un dieu de la danse*, foi um dos herdeiros da glória de Ricardo José, o *Ricardinho*, famoso professor de dança dos meados do século XVIII; foi um dos herdeiros dos célebres Pedro Colonna, *Mr.* Du Pré, *Mr.* Le Beau e *Mr.* Louis, os numes dos bailarotes das assembleias dançantes no mesmo século. E recorda-nos aquêle Manuel Rodrigues, carpinteiro, que se meteu a professor de dança naquela época, e inçou Lisboa de salas de baile, o que o *Lobo da Madragoa* escarneceu no seguinte soneto:

Não há preto nem branco, estou pasmado,
Calafate, malsim, cabeleireiro,
Que não seja no "amável" o primeiro,
Que não toque rabeca o seu bocado.

¿Que me dizem vocês a um decantado
Professor de barrotes mui rasteiro
Que até aqui, sendo apenas carpinteiro,
Hoje arromba c'os pés qualquer sobrado?

O mundo acaba cedo, e os tais tremores
Que tem feito, não falta quem entenda
Que tudo foi tropel dêstes senhores.

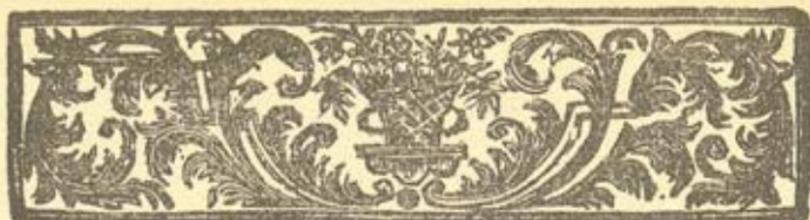
Mas se nada sabeis que mais vos renda,
Canalha vil, bandalhos dançadores,
Metei-me aqui no c. a vossa prenda.

Êste carpinteiro enxertado em bailarino era do tempo em que, nas salas lisboetas, se dançavam o *amável*, o *passapié*, e o *minuete*, enquanto nos bailes populares se dançavam o *fandango* e a *fôfa*, que tanto impressionou o viajante Dumouriez, quando nos visitou em 1766. Mais tarde a valsa sobrelevou a tôdas as danças favoritas dos salões, a ponto de José Daniel escrever em 1827

Não há outra alguma dança
Que tenha tantos sainetes;
Foi a valsa, posta em campo,
Quem matou os minuetes.

O MESTRE DE DANÇA JUSTINO SOARES
(Segundo um desenho de Rafael Bordalo Pinheiro,
extraído do semanário "Pontos nos ii")

Justino Soares, por alcunha o *Polaininhas*, foi imortalizado pelo lapis de Rafael Bordalo Pinheiro. Muito perliquitetes, com a sobrecasaca bem escovada, as inalteráveis polainas brancas, o infalível *haute-forme* branco e o eterno charuto na perpétua boquilha, êle atravessava as ruas em passo de gavota e deitando os pés para fora. Sôbre a sua sepultura, poder-se-ia colocar o *saltavit et placuit* do poeta, porque Justino Soares dançou e agradou.

João Pinto de Carvalho (Tinop)

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE PENELA

I

OS DONATÁRIOS

primeiro donatário ou senhor de Penela foi... uma senhora: a princesa Isabel, filha do infante D. Afonso, irmão de D. Deniz, o qual, por carta de 7 de Outubro de 1315, lhe deu posse do senhorio, que continuou na sua descendência até á neta Joana Nunes de Lara, de quem passou para a coroa.

Em 1355 era senhor de Penela Diogo Lopes Pacheco. Quando D. Pedro I subiu ao trono, Diogo Lopes Pacheco fugiu, como se sabe, para Castela, e o novo monarca fez doação de Penela ao alcaide-mór de Coimbra, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, filho de Mem Rodrigues de Vasconcelos e neto de Rodrigueannes de Vasconcelos e de D. Maria Rodrigues de Vasconcelos, filha de Rui Vicente de Penela, de quem descendeu o 1.º conde de Penela, D. Afonso de Vasconcelos e Menezes.

D. Fernando doou o senhorio de Penela, em 20

de Março de 1368, a sua filha natural D. Isabel e a um filho do conde de Barcelos, como "prenda de noivado". Mas como o noivo falecera e a noiva entrara num convento, D. Fernando passou o senhorio a D. João Afonso Telo, Conde de Viana. Quando êste fidalgo se pôs ao lado dos espanhois, na guerra da Independência, foram-lhe confiscados os bens e cassado o senhorio de Penela, que voltou para a coroa.

Senhor de Penela era em 1420 o infante D. Pedro, duque de Coimbra, que recebeu os seguintes "erdamentos da Villa":

"No castello da dicta villa huuns paços ssobradados que partem do aurego com adega de santa cruz e de todos os outros cabos com muros do dicto castello, em que ssoya estar celeiro das jugadas.

"Outra casa pequena junto com o adro sam miguel e he daneficada ssem portas e da parte do agiom parte com muro E da travessia com rrua que vay para o postigoo e do ssoõ com adro da Igreja E do aurego com gil uasques jenro do loução E foi da compra de lourenço annes.

"As aguas ssom do senhorio com esta guisa qual quer artificio que sse em ellas fezer edeur delle ametade rresaluandosse uma fonte nace em terra dalgum cuja terra for sse em ella algum arteficio fezer ssera sseu ssem pagar o dicto trebuto E como de sseu herdamento ssae ficar trebutarya ao ssenhorio como dicto he per quaesquer per onde for e o fezerem page o dicto trebuto".

Além de tudo o mais, possuia o donatário três casas no Castelo, seis na vila, seus paços na Quinta da Chaqueda, dezesseis herdades, catorze vinhas, seis soutos, cinco olivais, dezenove moínhos e cento e dez courelas, fora imensas árvores dispersas.

Os seus paços do Castelo (de que ainda se vêem vestígios) doou-os para residência dos priores, sendo ao tempo prior de S. Miguel o Dr. Rui Lopes de Carva-

lho, ao depois bispo e fundador do Colégio Real de S. Pedro na Universidade de Coimbra.

Por morte de D. Pedro, e depois de reconhecida por seu sobrinho D. Afonso V a sua inocência e lisura, foi por êste rei confirmada, em 23 de Setembro de 1461, na pessoa de seu filho D. Pedro, condestável de Portugal e Mestre de Aviz, a doação de Penela com todos os outros títulos e benesses do pai.

Vindo êste donatário a ser rei de Aragão, doou D. Afonso V, em 23 de Junho de 1465, com o ducado de Coimbra, o senhorio de Penela a seu sobrinho D. Afonso de Vasconcelos e Menezes, a quem sucedeu seu filho D. João, cujo primogénito morreu sem descendência varonil.

Parece que senhores de Penela foram também os condes de Rezende, parentes de D. Inês de Castro, apelidados "os Castros de Rezende.„ Esta família, da mais alta prosápia e importância, usufruiu, além do morgadio de Rezende, os títulos de senhores do Bem-Viver de Penela e almirantes de Portugal.

D. Manuel, a 27 de Maio de 1500, doou a D. Jorge, duque de Coimbra (filho bastardo de D. João II) a vila de Penela e seu termo:

"Nos de nossa motto proprio certa e sciencia livre vontade poder Real e absoluto temos por bem lhe fazermos pura e irrevogavel doação entre vivos valedoira d'este dia para todo o sempre da villa de Monte mor o velho com todo o seu senhorio e com a renda de pao e couzas do campo que com as rendas da dita villa andam em arrendamento e da villa de Penela com seu termo com todos llos bens que El-Rey Dom João meu Bisavo comprou a Vasco Gil e a Lourenço Annes Caldeira e a Ruy de Souza e o reguengo de Camporez e o lugar de Pereyra com seu reguengo e a terra e celleyro de Segadães e a terra e celleyro de Ricardães e a terra de Castrovães e da Ponte de Almeara e do logar

de Abiul com seu termo e de Condeixa com seu lemite e do castello e terra de Louzam e do casal d'Alvaro e da terra de Albostar e da villa de Aveiro com suas lizirias e ilhas de dentro da foz e as terras do couto de Avelãas de cima de Torreyros e do reguengo de quartella e dos Arcos e os logares de Ilhavo e villa de milho [1] e os casaes de Sãa e o padroado de S. Salvador de Miranda do Corvo resalvando os padroados das igrejas de S. Miguel e da Magdalena de Monte mor o velho e a igreja de Pereyra as quaes couzas todas lhe assim damos para todo o sempre para elle e todos os seus filhos e filhas e netos e netas e todos llos outros herdaeiros que descenderem por linha directa ou transversal na forma e maneira que abaixo em esta doaçam sera declarado — a qual não podera ser entendida mais largo do que nella he contheudo nem do que aqui he declarado, que nos filhos ou filhas e netos ou netas e todos outros descendentes do dito Duque e haja de entender— as quaes villas terras julgados e reguengos lhe damos e doamos com todos seus castellos reguengos padroado de igrejas dadas de officios com todas as rendas foros sensos emprazamentos tributos pensões e fructos novos que nos em ellas havemos e de direito devermos haver para sempre por qualquer guiza que seja com todas as suas antradas e sahidas e pertenças valles montes fontes campos termos lemites matos soutos roxios paceyos lugares montados portagens ribeiros rios pescarias de rio e de mar e com todos os reguengos e tabaliados e pensões delles— ficando a nos e a nossos sucessores a confirmação dos ditos tabaliados e serem escriptos nos livros de nossa chancellaria segundo he costume — e com todas as jurisdições do civel e crime, mero e misto mandamos fazer esta carta por nos assignada e asselada do nosso selo de chumbo. Dada em a nossa cidade de

(1) ¿ A actual Verdemilho ?

Lisboa a vinte e sete dias do mez de mayo. Antonio Carneiro a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos annos.» (1)

D. João III criou o ducado de Aveiro a favor de D. João de Alencastre, filho do duque D. Jorge, em logar do título de duque de Coimbra.

Tendo falecido em 1571, sucedeu-lhe seu filho D. Jorge, que morreu em Alcácer-Quibir, sem descendência varonil, pelo que lhe sucedeu no título sua filha D. Juliana.

Impugnou a herança seu primo D. Álvaro, e questão foi essa tão intrincada e difícil, que o cardial-rei D. Henrique a resolveu «salomonicamente», ordenando o casamento dos dois primos litigantes. Assim se fêz, com grande aprazimento de ambas as partes, ao que parece, visto como de tão auspicioso enlace (como hoje diríamos) nasceram nada menos do que dezesseis filhos.

Chamava-se o primogénito D. Jorge, que casou, teve geração e morreu ainda antes do pai, sucedendo assim a D. Álvaro (ou a D. Juliana) no ducado e senhorio, seu neto mais velho D. Raimundo.

Nova questão, nova chicana: surge D. Afonso, filho segundo do duque D. Álvaro, a impugnar a sucessão, a pretexto de que, tendo morrido o primogénito, deviam passar a casa, título e senhorío ao filho segundo, cujo êle era. Enfim, lá conseguiu D. Raimundo vencer a demanda e aqui temos como donatário de Penela o 4.º duque de Aveiro, que se passou para Espanha... depois de 1640, comandando até uma esquadra, que em 1665 atacou a nossa costa e chegou a apoderar-se das Berlengas, sendo depois repelida em Sagres.

---

(1) Esta carta e outras de D. Manuel encontram-se registadas nas primeiras vinte e seis fôlhas de um livro do Arquivo Municipal de Penela, que tem o termo de abertura datado de 19 de Outubro de 1735 e é assinado pelo juiz de fora Joseph de Almeida Ramos.

Enforcaram-no em efígie, em Lisboa, e foram-lhe confiscados os bens. D. Raimundo morreu emigrado e sem descendência, sucedendo-lhe seu irmão D. Pedro, arcebispo e inquisidor-mór, que foi o 5.º duque de Aveiro.

Sucedeu-lhe sua irmã D. Maria (que casara em Espanha com D. Manoel Ponce de Leon, duque de Arcos) mas com a condição expressa e taxativa de vir residir para Portugal e prestar vassalagem ao rei português. A duquesa aprontou-se e decidiu logo vir, mas o marido é que não era da mesma opinião, opondo-se formalmente ao seu intento. E de tal forma, que D. Maria de Alencastre, trocando o ducado de Arcos pelo de Aveiro, desquitou-se do marido e veio para Portugal.

Por sua morte, em 7 de Fevereiro de 1715, veio a ser do 7.º duque de Aveiro seu filho segundo, D. Gabriel Manrique de Lara Cardenas Geron e Aragão Ponce de Leon Lencastre, visto o primogénito ter optado pelo título dos Arcos e não serem acumuláveis (por uma condição do contrato de casamento de seus pais) os dois títulos e os dois ducados. O 7.º duque de Aveiro prestou vassalagem a D. João V em 2 de Maio de 1732, tomando nessa data posse das suas terras.

Falecido sem geração, em 13 de Junho de 1745, foi o título (com as suas inherentes benesses) disputadíssimo entre seu sobrinho mais velho, filho do duque de Arcos, e o marquês de Gouveia, D. José de Mascarenhas.

Venceu êste, afinal, não sei se por ter mais razão ou justiça, se...por ser parente próximo de Frei Gaspar da Encarnação, confessor de D. João V. Seja como fôr ou fôsse como fôsse, D. José de Mascarenhas foi o 8.º duque de Aveiro, tomando posse da casa em 1752, mas tendo sido feita a respectiva comunicação à Câmara de Penela apenas em 2 de Outubro de 1755. (1)

---

(1) Auto da vereação de 23 de Outubro de 1755: "Na dita se

D. José de Mascarenhas foi, como se sabe, implicado no célebre processo dos Távoras. Em consequência da sua condenação e execução, em 1759, passou o senhorio de Penela para a coroa.

Ainda hoje existe o antigo paço dos duques de Aveiro, edifício em que estão instalados actualmente os paços do concelho.

---

abriu huma carta do illustrissimo e excellentissimo senhor D. José de Mascarenhas, em que dava noticia a este Senado, de Sua Magestade lhe ter feito mercê do titulo de Duque de Aveiro. Acordaraõ que por obsequio de semelhante noticia se mandassem pôr luminarias trez dias, por esta villa, e seu termo, com pena de quem faltar pagar dez tostões da cadeia, para o que se lançassem pregões pela villa e todos os logares do termo, para chegar á noticia de todos o que principiará segunda feira, que se contam vinte e sete do corrente outubro, e nas duas noites sucessivas para completar os trez dias. (a) *Mello Freire—Sarmento—Mexia—França.*"

Foi com esta "manifestação espontânea" que a Câmara de Penela resolveu solenizar a investidura do seu novo donatário... com pena de "dez tostões da cadeia» a quem faltasse.

José Brandão Pereira de Mello

TRADIÇÕES MINHOTAS

UMA FESTA EM SÃO BARTOLOMEU-DO-MAR

NCOMPARÁVEIS encantos tem para nós o Minho, como nenhuma outra província portuguesa.

A-par-dos seus velhos monumentos, valiosos pergaminhos da sua nobreza e do seu histórico passado, o Minho oferece à nossa admiração uma exuberante paisagem recamada de verdura e beleza, e banhada duma luz, que nos maravilha.

A natureza contemplou pròdigamente as lindas terras desta amável província, e não é sem uma enorme saüdade que evocamos êsses felizes momentos passados lá no alto da Penha, em Guimarães, no Monte do Bom-Jesus, em Braga, ou em Santa-Luzia, em Viana-do-Castelo, emocionados com o deslumbramento dos vastos panoramas que os nossos olhos não se fatigam de admirar e com o encanto dêsse espectáculo magestoso do sol-pôr, nas agradáveis tardes de verão.

É também neste abençoado recanto de Portugal

onde mais enraïzada está a tradição, alimentada pela crença dêste bom povo, simples e trabalhador.

A maior parte das suas festas são de uma tocante simplicidade, e mantêm ainda bem vivas as tradições do passado.

De entre as romarias a que nos foi dado o prazer de assistir, destacamos hoje a de S. Bartolomeu, o santo advogado do mêdo e da gôta, que tão venerado é nesta região.

A festa a êste santo teve lugar em 24 de Agôsto na freguesia de S. Bartolomeu-do-Mar. Festa cheia de pitoresco e de animação, especialmente para os etnógrafos, que nesta província encontram abundante manancial de um estudo tão cheio de interêsse e de atracção.

Em S. Bartolomeu, logo ao alvorecer, o povo dirige-se para o mar a-fim-de tomar o "banho santo".

A vasta praia enche-se de forasteiros, vindos dos mais distantes pontos do distrito. Os banheiros, com o seu trajo regional, «sueste» na cabeça, e envergando a «branqueta», não teem mãos a medir.

As crianças vão nuas para o banho, e as mulheres, umas de camisa ou blusa e saia, outras só com a camisa. Os homens, em geral, levam camisa e ceroulas.

O banho é recheado de casos picarescos. As crianças, em geral, gritam com mêdo da água. Às mulheres, logo depois dos primeiros mergulhos, a roupa amolda-se-lhes ao corpo, deixando transparecer as formas; a outras, uma vaga irrequieta levanta-lhes a saia, ou abre-lhes o casaco, oferecendo a nudez das suas carnes à contemplação dos inúmeros espectadores.

Depois do banho, as mulheres e os homens despojam-se dos seus improvisados fatos de banho, e envergam os trajos habituais, à vista de tôda a gente, procurando, com mais ou menos habilidade, esconder o

corpo, sob o lençol a que se limpam, das vistas dos curiosos.

Mas nem sempre esta operação corre à medida dos seus desejos, ou porque o lençol é curto, ou porque, inadvertidamente, cai; e êstes quadros divertidos sucedem-se pela tarde fora, com grande satisfação para muitos olhos ávidos dêstes curiosos imprevistos.

Sôbre as virtudes de tal banho, divergem as opiniões.

A uma mulherzinha de Ponte-do-Lima, ouvimos afirmar que valia por sete banhos da praia de Viana. Uma outra, de Espozende, informou-nos de que o banho às crianças servia para lhes tirar o mêdo; mas para ter esta virtude é preciso que deem sete mergulhos eurinar na água.

Para os adultos tem a virtude de lhes afugentar a gôta.

Também uma rapariga da região, a quem interrogámos sôbre as virtudes dêste banho, nos disse que só sabia que faziam bem ao corpo e que espantavam o mêdo às crianças.

Uma simpática velhota da freguesia contou-nos ser crença entre o povo que o banho, neste dia, era bom para evitar a gota; e às crianças, além de as livrar dêste mal, tirava-lhes o mêdo. Era, como acima vimos, de obrigação dar sete mergulhos, e os miúdos deviam urinar na água.

Finalmente, uma outra mulherzinha, também da freguesia, reeditou-nos o que anteriormente narrámos, mas frisou: «Isto é o que oiço dizer; mas não sei se tem estas virtudes. O que eu sei é que faz bem, porque há muita gente que só toma banho neste dia".

Mas, além do banho, é costume antigo as crianças oferecerem um pinto negro a S. Bartolomeu, o qual se guarda numa capoeira improvisada, que se arma junto da pia baptismal. Hoje, os pintos oferecidos são

de qualquer côr, predominando, contudo, os pretos. Depois da procissão são vendidos, e o produto da venda reverte para o santo.

A procissão é constituida, como de costume, por andores, irmandades, música, etc., sendo a nota mais interessante o grupo de rapazes que vai encorporado na procissão, vestido com a indumentária apropriada, de cabeleiras e barbas postiças, a imitar os Apóstolos.

De outras festas populares nos ocuparemos, oportunamente, se os nossos afazeres nos permitirem tal trabalho, que outro fim não tem senão o de deixar registada a descrição destas interessantes diversões regionais, que, infelizmente, vão perdendo com o decorrer dos tempos as suas tradicionais características.

1938 — Setembro

JORGE LARCHER

OS PAINÉIS DE S. VICENTE DE FORA

É sabido que, em 1934, foi encontrado, na Biblioteca Nacional do Rio-de-Janeiro, um códice do século XVII contendo um manuscrito que, parece, diz respeito ao políptico de S. Vicente-de--Fora.

Recentemente, o sr. dr. Artur Mota Alves fêz a publicação dêle num estudo prefaciado pelo sr. dr. Reinaldo dos Santos. Ambos, porém, deram-lhe interpretação que se nos afigura não estar certa.

Transcrevo a parte do documento que mais interessa:

"o Prinçipe Dom Aº seu fº, q caio do cauallo, esta «retratado na capela mor da sé, soia estar na d. «capella entrando por ella á mã esquerda do altar "en cima no alto huã sepultura dourada onde dizião «estar o corpo de S. V.te, & em baixo ao pe dela esta- "uão dous paineis e (1) q estaua pintado S. Vte em fe- "gura de moço de 17 anos e (1) cada retabolo e painel, q

(1) Êste *e* devia ser tilado (=em) mas a tipografia não possue tal fonema, bem como *ee*, *ii* e *uu* nas mesmas condições.

"estavã juntos hu (1) do outro, e a fegura de S. V^te^ esta-
"ua virada huã p.^a^ outra de m.^a^ q mostraua asi cada
"parte do rosto (2) em fegura deste S. V^te^ esta retratado
"o Prinçipe Dom A^o^ — hu (1) rosto m^to^ fermoso de moço,
"e elle, e outras m^tas^ feguras de homes (1) q nos ditos pai-
"neis estauão q erã S^res^ e fidalgos da qle tpo q se man-
"darão retratar cõ o prinçipe Dom A^o^ & tinhã nas cabe-
"ças huãs caraminholas mt^o^ altas de veludo, huãs
"de vermelho, outras de verde & de cores q pareçe q erã
"os barretes da qle tempo, (2) ha mt^o^ q não vi Isto disse-
"ram me ha poucos dias q não estauã ja ahi estes pai-
"neis, dirã os conegos onde estã, tambe (1) me diserã q
"estaua este prinçipe retratado e (1) sambeto, e (1) fegura
"de Sã Sebastiã no pé de hu (1) retabolo nuca o vi, os
"da sé retratou o mota q foi o q pintou el Rei dõ J^o^
"pai deste priçipe."

Discordo da opinião do autor e do prefaciador, que êste período se refira ao retábulo do altar de S. Vicente pintado por Nuno Gonçalves, de que Francisco de Holanda nos dá conhecímento no seu livro *Da Pintura Antigua*. Mas analisemo-lo.

Soia estar na dita capella entrando por ella á mã esquerda do altar, quere dizer que estava na parede da esquerda e não na do altar de S. Vicente, que era na da direita, lado da epístola. *En cima no alto huma*, tem a falta de um *de*, que escapou a quem redigiu o escrito. Deve ler-se: *em cima no alto de uma*. O primeiro quadro estava por cima da sepultura dourada; e *em baixo ao pé dela* (sepultura) — portanto, o lugar desta era em baixo e não em cima — estavam os dois paineis.

Ao pé dela significa ao *lado dela*.

O sr. Reinaldo dos Santos interpretou «por debai-

---

(1) Vid. nota da pág. precedente.

(2) Final de período.

16, AVENUE VICTOR-HUGO
BOULOGNE-SUR-SEINE

11 Sept. 28

Monsieur

Je trouve vos aimables envois à mon retour de voyage. Je ne puis voir d'hébraïque dans les caractères du livre, mais des signes quelconques donnant l'illusion d'une écriture. Je suis, en principe, très hostile à toute interprétation mystique d'une oeuvre d'art du XV^e siècle et me contente, pour celle de Nuno Gonçalves, de celle que Bertaux a adoptée.

Sentiments très distingués

S. Reinach

xo da sepultura de S. Vicente„, que devia ser a de D. Afonso IV.

Mais adiante, temos: *no pé de hum retabolo.* Aqui é que é *em baixo*, ou *por debaixo.*

Numa representação religiosa é diferente uma pintura ao lado duma urna, ou na sua vertical.

O êrro de se chamar à figura principal S. Vicente, como se vê, não é só de hoje, também o era no século XVII.

Os cónegos tiveram o cuidado de retirar os painéis da Sé, naturalmente para evitar confusões.

Para se compreender o políptico, devemos ter em atenção que, na Igreja, as imagens femininas são representadas, de uma maneira geral, de cabeça tapada, ao contrário das masculinas. O rito de respeito, nos templos, era observado pelos pintores nas suas obras.

A figura central está com uma gorra que lhe dá o significado de Virtude-Anjo. Também o livro que mostra não se pode comparar com os que vemos nas representações dos Santos. Nestes, é simplesmente um símbolo de estudo. O facto de êle nos aparecer numa tábua aberto e noutra fechado, leva a concluir que à imagem está ligada a ideia de movimento, incompatível com a imobilidade da meditação, que o mesmo atributo dá aos Santos.

*

Vai aqui reproduzida uma carta dirigida ao autor dêste artigo pelo arqueólogo francês Salomon Reinach, sôbre o políptico de Nuno Gonçalves.

Armando Sousa Gomes

DOCUMENTOS CAMILIANOS NO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

omo se sabe, foram avós paternos de Camilo Castelo Branco: o Dr. Domingos José Correia Botelho e D. Rita Teresa Margarida Castelo Branco, ou Rita Emilia Castelo Branco e ainda Rita Preciosa da Veiga Castelo Branco e Rita Pereira Castelo Branco.

Com êstes dois últimos nomes (no segundo, talvez esteja, por lapso, Pereira por Preciosa) figura nos documentos que, adiante, se reproduzem.

À data dos documentos, já havia falecido (23 de Junho de 1809) o Dr. Domingos José Correia Botelho; por êsse motivo sua mulher vem nêles declarada como viuva.

Tinha ela, então, dois filhos: Manuel Joaquim Botelho Castelo Branco, pai de Camilo, nascido em 17 de Agôsto de 1778 e Simão António, o protogonista do romance *Amor de perdição*, e três filhas: Rita Emilia, Ana e Maria Gertrudes.

Morava, nesta epoca, em Vila Real, numa casa com cavalariças, uma das quais se achava ocupada com os

quatro cavalos dos soldados que estavam ás ordens do 1.º Conde de Amarante.

D. Rita queixou-se a El-Rei, porque esta ocupação a prejudicava nos seus interêsses, visto não poder alugar a cavalariça e ainda, muito principalmente, porque os soldados davam escandalo àss uas duas filhas, ainda donzelas. Tendo três filhas, como se sabe, ¿ quais eram, então, as duas que estavam na sua companhia? ¿ E como se comportavam?

O Conde de Amarante informa, a êste respeito, muito claramente: "... a Viuva aluga (o resto das casas) a pessoas muito mais dissulutas que os Soldados da Guarda, pois já não receia que possão dar mau exemplo a suas filhas as quaes prezentemente não vivem com ella e muitas vezes tem vagado pelo mundo a ponto de terem sido prezas por Ordem da Intendencia.»

Na mesma informação lê-se: "Este requerimento foi forjado pelo filho da mencionada viuva, homem dissoluto e vagamundo, e como tal bem conhecido athe nessa capital." Estas palavras referem-se a Manuel Joaquim Botelho Castelo Branco, pai de Camilo, visto o outro filho de D. Rita, Simão Antonio Botelho, já ter partido em 13 de Abril de 1808 para o degrêdo na India, pelos diversos crimes que havia cometido.

Doutros documentos camilianos, existentes no Arquivo Histórico Militar, se serviu o nosso amigo sr. Dr. Ludovico de Menezes, no 1.º volume do seu magnífico trabalho *Camilo* (vid. pag. 120 e 121, 127-130), quando tratou da carreira militar de Manuel Joaquim Botelho Castelo Branco, cadete do Regimento de Cavalaria de Miranda. O bisavô de Camilo, José Pereira da Silva, pai de D. Rita, foi capitão do Regimento de Infantaria de Cascais.

Dêle deu a biografia militar o erudito Pedro de Azevedo, no seu precioso trabalho *Os antepassados de Camilo*, publicado no vol. 5.º do *Arquivo Histórico*, de Braamcamp Freire: "José Pereira da Silva militou por espaço de trinta e três anos na infantaria de Cascaes, nas obras de Mafra, e no acantonamento do Ribatejo em praça de soldado, cabo de esquadra, sargento de numero, cabo do forte e nos postos de alferes, tenente e capitão, desde 6 de Junho de 1725 até 30 de Julho de 1763."

Pelo respectivo Livro Mestre, existente no Arquivo Histórico Militar, ficamos sabendo, mais pormenorizadamente, que nasceu a 13 de Março de 1701, que sentou praca em 6 de Junho de 1724, que foi promovido a alferes em 12 de Março de 1739, a tenente em 24 de Agosto de 1740 e a capitão em 14 de Março de 1754, sendo, finalmente, reformado em 1 de Agosto de 1763, por decreto de El-Rei D. José.

Aqui concluimos estas ligeiras notas, que interessam à biografia de alguns ascendentes de Camilo Castelo Branco.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Coronel de artilharia

Director do Arquivo Histórico Militar

DOCUMENTO

I

Ill.mo Ex.mo Snr.

Queixa-se D. Ritta Pereira de Veiga Castello Branco, viuva do Doutor Domingos Jozé Correia Botelho moradora nesta Villa, que amais de hum anno hua

das Cavalharicez da sua Caza se acha occupada com os 4 Cavallos dos Soldados que tenho nesta Villa as minhas Ordens: que esta occupação não só lhe tira o interesse, que podia haver daquella cavalherice arendando-a, mas mais que tudo os Soldados dão escandalo as duas filhas suas, Donzellas.

Aquella Cavalherice foi mandada aprompiar para a mencionada Guarda pela Authoridade Cevil, pois eu já mais lancei mão de Caza ou Quartel algum sem ser pelas vias competentes: aquella Cavalherice ser occupada pelos Cavallos da Guarda, nenhum incomodo faz á requerente, pois tem porta para a rua devedida de toda a comonicação das Cazas, o resto das quaes a Viuva aluga a pessoas muito mais dissulutas que os Soldados da Guarda, pois já não receia que possão dar mau exemplo a suas filhas as quaes prezentemente não vivem com ella e muitas vezes tem vagado pelo mundo a ponto de terem sido prezas por Ordem da Intendencia.

Este Requerimento foi forjado pelo filho da mencionada Viuva, homem dissoluto e vagamundo, e como tal bem conhecido athe nessa Capital.

Que os Cavallos da Guarda estejão nesta, ou outra Cavalherice nunca tal me importou, e só sim que as Authoridades Cevis fizessem aprompiar comodo para elles estarem e os Soldados.

Se o Brigadeiro Fava diz que aquella Cavalherice não foi aprompiada por authoridade sua, hé porque ainda então, aqui não tinha empregado seu, e quando se removerão os Cavallos da Cavalherice de Francisco Correa para a da mencionada Viuva, em nada entrevi, (*sic*), e só sim a Authoridade Cevil, a quem o mencionado Francisco Correa requereo.

Permita-me V. Ex.ª que eu com a maior submição lhe proteste, que jamais fiz a mais piquena violencia a nenhum habitante desta Provincia.

Deos Guarde a V. Ex.ª Quartel General de Villa Real 14 de Fevereiro de 1817.
Ill.mo e Ex.mo Snr.
Marquez de Campo Maior

De V. Ex.ª
Subd.º Mt.º Obd.e

Conde de Amarante

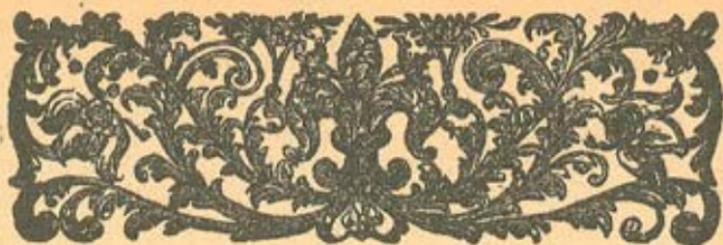
II

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Tenho a honra de restituir a V.ª Ex.ª o requerimento, e documento junto de D. Rita Preciosa da Veiga Castello Branco, que V. Ex.ª me remetteo de Ordem de Sua Magestade com o seu officio N.º 85, e junto ao mesmo requerimento achará V.ª Ex.ª a resposta que dá o General Conde de Amarante sobre o contheudo nelle; não me restando a dizer por informação outra cousa mais do que diz o mesmo General, que merece todo o conceito pela sua probidade.

Deos Guarde a V. Ex.ª Quartel General do Pateo do Sald.ª, 25 de Fevereiro de 1817.

Marq. de Campo Maior
M.l Gen.l

Snr. D. Miguel Pereira Forjaz

FONTES CAMILIANAS

Meu caro Cardoso Martha.

Á muito tempo já que estou para escrever estas linhas. Mas o receio de que, antes de mim, outrem tivesse tocado a mesma tecla, tem-me peado a mão, e impôsto silêncio.

Busquei, rebusquei, prebusquei, e nada colhi. De sorte que, na esperança risonha de que ninguém tivesse pôsto o dedo na ferida antes de mim, em público e em letra de fôrma, aqui estou a dar conta do meu recado. No entanto, se se averiguar que a minha esperança não tem fundamento, já aqui não está quem falou, e deite-se no cêsto do cisco o que se vai ler.

*

Todos conhecem e admiram a magnífica página de Camilo, em que é descrito o suplício da marquesa de Távora. Sei-a desde os meus tempos de estudante do liceu, e muitas vezes, pela vida fora, a tenho relido,

na singela e aflitiva magia do seu descrever. É uma água-forte tenebrosa, que faz perder os sentidos.

Está, essa descrição, arquivada no *Perfil do Marquez de Pombal*, volume a que o tom polémico de certas páginas não tira o valor de bom subsídio histórico para apreciação da obra do marquês.

Isto, que tôda a gente sabe, precisa de ser completado com o que vou indicar: a fonte de que Camilo se serviu.

Na verdade, a página camiliana não é mais do que um arranjo e hábil composição doutra página muito anterior, a qual faz parte da *Vida de Sebastião José de Carvalho e Mello, 1.º Marquez de Pombal, e 1.º Conde de Oeiras, do Conselho de Estado*, etc., escripta não se sabe por quem.

Editou-a parcelarmente na *Revista de Historia* (vol. VIII, pág. 226 e segg.) o douto e falecido historiador João Lúcio de Azevedo.

O bom seria publicar na íntegra as duas páginas—a do biógrafo anónimo e a de Camilo Castelo-Branco.

Limito-me apenas a reproduzir trechos exemplificativos, e quem quiser veja os dois textos na íntegra onde se encontram publicados:

«O dia estava pouco claro, COMEÇA O BIÓGRAFO ANÓNIMO, não só pela estação do tempo mas porque ainda a esta hora durava o eclipse da lua, que começando ás seis horas e trez minutos da manhã acabou pelas 8 horas e 47 minutos». (§ 131 [1]).

DIZ CAMILO:

«A aurora do dia 13 de Janeiro de 1759 alvorejava uma luz azulada do eclipse daquelle dia.»

---

(1) A informação do *biógrafo anonymo* condiz com a que se lê no Catalogo dos eclypses, publicado pelos Maurislas em *L Art de vérificer les dales*, I, pag. 125: «1759. 13 Janvier à 8 m. *gr* 6 d. I qu.»

INFORMA O BIÓGRAFO que a marquesa vinha «trazida dos calabouços da quinta de Belém em huma cadeirinha toda negra entre dois padres de Rilhafolles». (idem).

E CAMILO ESCREVE:

«Depois—uma caixa negra que se movia vagarosamente entre dois padres.»

DIZ O BIÓGRAFO ANÓNIMO:

«O meirinho das cadêas com trez algozes a esperava sobre o cadafalso. Logo que a recebeu, a foi mostrando ao povo espectador, correndo com ella a circumferencia daquelle lugar.» (§ 132).

E CAMILO ESCREVEU:

«Receberam-na trez algozes no tôpo da escada, e mandaram-na fazer um giro no cadafalso para ser bem vista e reconhecida».

CONTINUA O BIÓGRAFO:

"Depois lhe foi mostrando muito individualmente os instrumentos, e formalidade com que haviaõ padecer morte affrontosa, ella, filhos, genro e parentes, mais socios e sequazes do seu delicto. Esta a mais tyranna vista, em hora de tanta amargura, lhe fez a mais cruel impressaõ no animo, e abatendo a intrepidez, que até entaõ mostrara, naõ poude contar o grande fluxo de lagrimas, que copiosamente entrou a sahir de seus olhos, e pedio que lhe abreviassem a vida." (idem).

CAMILO CONTA:

"Depois mostraram-lhe um a um os instrumentos das execuçoens, e explicaram-lhe por miudo como haviam de morrer seu marido, seus filhos, e o marido de

sua filha... A marqueza então succumbiu, chorou muito anciada, e pediu que a matassem depressa.»

DESCREVE O BIÓGRAFO:

"Este (o principal algoz) foi quem dando principio á execuçaõ, tirou a capa dos hombros a D. Leonor, já naõ Marqueza, e dobrada a pôs sobre hum banco de pinho que estava no meio do cadafalso, e servido de almofada, lhe disse que se sentasse sobre ella.» (§ 133).

DIZ-NOS CAMILO:

"O algoz tirou-lhe a capa, e mandou-a sentar num banco de pinho, no centro do cadafalso, sobre a capa que dobrou de vagar, horrendamente de vagar."

INFORMA O BIÓGRAFO:

«Ao tirar a capa se lhe viraõ as maõs prezas... Vendaram-lhe os olhos com o seu mesmo lenço..." (§ 134)

AGORA, CAMILO:

"Tinha as mãos amarradas... O algoz vendou-a."

*

É manifesta a fonte de que se serviu Camilo.

Entre as duas narrações, há a diferença que vai da obra de escritor que não sabe escrever, à de escritor que é um artista e tem o poder admirável de dramatizar,—Como naquelle «de vagar, horrendamente de vagar», com que Camillo nos descreve o dobrar da capa pelo algoz...

Mas é indiscutível que, sem as informações do biógrafo anónimo, Camilo não teria podido nem sabi-

do compor a página do *Supplicio da Marqueza de Tavora.*

Creia-me seu mt.º grato

14 Nov.º 1938.

ALFREDO PIMENTA

OUTRO CALÍGRAFO

Comunica-me um amigo ter examinado um antifonário ms. mui bem caligrafado:

In festo Immaculatæ Conceptionis B. M. Virginis. Fólio máx. de 118 págs.

Está assinado na última página:

Por Fr. Franc.º Martins G.ça Lx. Anno de 1819.

¿Seria *Graça* apelido do monge-artista ou convento de sua moradia?

Com vista ao nosso sábio amigo e colaborador dedicado coronel Ferreira Lima, especialista de calígrafos e caligrafias. (1)

---

(1) O ilustre colaborador da "Feira", Sr. Dr. Alfredo Pimenta, recomenda à minha atenção, em meia dúzia de linhas opostas à margem duma prova tipográfica, a leitura de Inocêncio nos tômos II e IX. Encontrei lá de facto, um rev. augustiniano, Francisco Martins, falecido precisamente em 1819, o qual fôra grande comilão e confidente do P.e José Agostinho, e teve sepultura no convento da Graça em Lisboa. Mas nada se tira da noticia, que prove ser tal sujeito o mesmo a quem a nótula supra se reporta.

O CAMPO

(Beira-Baixa)

VAI da face meridional e oriental da serra da Gardunha em direcção à raia de Espanha e ao Alentejo, e compreende, no conceito vulgar, as seguintes povoações:

1. No concelho do Fundão: Alpedrinha (1) & Touca, Soalheira, Castelo-Novo, Atalaia do Campo, Orca & Martianas & Zebras, e Vale do Pereiro & Mata da Rainha & Cortiçada & Cabeça de Boi & Tôrre.

2. No concelho de Castelo-Branco: Tinalhas, Salgueiro, Sarzedas, Caféde, Alcains, Escalos de Baixo, Escalos de Cima, Lousa, Lardosa, Sobral do Campo, Louriçal do Campo, Póvoa de Rio de Moínhos, Freixial, Polvorinho (ou Palvorinho), Juncal do Campo.

3. Quási tôdas as povoações do concelho de Idanha-a-Nova (que fica no sul da Gardunha), por exem-

---

(1) Jaz na encosta da serra da Gardunha, à entrada do *Campo*.

plo: Proença-a-Velha. Pertence a êste concelho a planície denominada *Campanha* ou *Campanhas da Idanha*.

4. As da parte ocidental do concelho de Penamacor (que fica entre as serras da Gardunha e de Malcata). Um indivíduo de Penamacor escreve-me que todo o concelho se considera *Campo*, ainda que a outras pessoas ouvi que se exceptuam as freguesias de Meimão, Meimoa, Val-de-Lobo, que são um pouco da Terra Fria.

Algumas das povoações que ficam mencionadas têm, como vimos, o epíteto de *Campo*. Está também neste caso Salgueiro do Campo. Informaram-me algures que os da Guarda, referindo-se à Senhora da Póvoa de Vale-de-Lobo, freguesia de Penamacor, dizem *Senhora da Póvoa do Campo*.

Na sub-região de que falamos, e que está na *Terra Quente*, colhe-se azeite e cereais: trigo (sobretudo), centeio e cevada, e bem assim se criam montados.

Os habitantes recebem o nome de *Camponeses*, *Camponesas*.

O trabalho dos cereais traz ceifeiros de fora. E pertence-lhes a seguinte cantiga, muito irónica:

Se fordes ceifar ao *Campo*,
Não vades ao Ladoeiro (1),
Que dão lá pão de cevada,
Pagam com pouco dinheiro.

Outra, de amor, e mais suave, soa assim:

Adeus, Salgueiro do Campo,
Oh, quem lá há de subir!
Quem lá tem os seus amores,
Que há de fazer senão ir?

---

(1) No concelho de Idanha. Na 1.ª ed. desta quadra (*De terra em terra*, I, 203), saíu *Lagoeiro*, creio que por engano.

Os ceifeiros também cantam:

Eu hei de ir ceifar ao *Campo*
Um ano, só por meu gôsto,
Para ver a camponesa
Com que água lava o rosto:
— Na água da melancia
Criada no mês de Agôsto (1).

J. LEITE DE VASCONCELOS

(1) Informação de minha ilustre prima D. Maria de Campos Tavares, que acrescentou que a música da canção constitue verdadeira preciosidade. A forma de sextilha não é corrente na poesia popular: cf. contudo a moda da *Ciranda* em Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, II, 101, ainda que o 5.º e o 6.º versos poderiam considerar-se comêço de nova quadra em resposta aos quatro primeiros versos. Acêrca de *ciranda*, vid. os meus *Ensaios Etnográficos*, III, 373, nota.

NOTULAS DE VIAGEM

XI—NO FORTIM DA ARRÁBIDA

UEM desce a ladeira que vai da vertente sul da serra da Arrábida morrer ao Portinho, suavíssima concha de águas translúcidas e serenas, encontra à direita, a meio caminho, um velho fortim de cujo terraço a vista abraça um retalho de ceu, de serra e de Oceano. Êste pedaço de paisagem poderia servir de cenário a um conto de fadas, ou a um sonho das *Mil e uma noites*.

Por cima do largo portão, que dá acesso àquele monumento militar, sobressaem o brasão português, e duas lápidas com a seguinte legenda, a que se respeita a disposição linear:

GOVERNANDO ESTES REINOS E SENHO
RIOS DE PORTUGAL, O MVITO ALTO E PODROZO
PRINCEPE DOM PEDRO NOSSO SENHOR
MANDOV PELLO MARQUEZ DE FRONTEIRA
DO COMSELHO DE GVERRA, SEU GENTILHOME
DA CAMARA, VEEDOR DE SVA FAZENDA, MESTRE
DE CAMPO GENERAL DA CORTE ESTREMADVRA,
CASCAES, E SETVVAL FAZER ESTA FORTA
LEZA PARA DEFENSA DESTE PORTO SANTO
DA ARRABIDA, E SEVS MARES ANO DE 1676

POR ORDEM DE S. M.
FOI TUDO REEDIFICADO DESDE OS ALICERCES. FEI
TAS AS ESTRADAS DE NOUO E
SE ACABOU EM M. DCC. XCVIII &C.

Out.º de 1937.

C. M.

XII — O SEU A SEU DONO

Na Nacional Fábrica de Vidros da Marinha-Grande, do lado D. de quem entra a porta do palácio, está um cipo ou marco, que diz:

POR ORDEM
DE SUA
MAGESTADE
TODAS
AS LENHAS
DO PINHAL
QUE ESTAO
EM HUMA
LEGOA
OREDOR
DESTE
MARCO
PERTENCEM
A FABRICA
DOS VIDROS
1776.

XIII — DEMANDA ENTRE VILAS

Gravada em granito escuro, e embebida na parede sôbre a porta principal do edifício camarário de Pampilhosa-da-Serra, lê-se a seguinte inscrição:

O · R · D · DENIS
OANO D · 1308 · FES · E[S]
TA · TERA · Va · ELREI · D · IOAO · Pro
A · COMFIRMOV · ELR · D · Mel
A · SEMTINSIOV · POR V. Mto
ANTA (?) COMTRA · A · Va · D
COVILHAM · EM · A · DE
MAMDA · Q · TIVERA
M · O · ANO · D · 1500
Fa O · ANO · D · 1711

A qual interpreto:

"O rei D. Denis, o ano de 1308, fêz esta terra vila. El-rei D. João Primeiro a confirmou, El-rei D. Manuel a sentenciou por vila muito (anta?) contra a vila da Covilhã em a demanda que tiveram o ano de 1500. Feita (1) o ano de 1711".

Nem consegui decifrar o que venha a ser aquêle *anta* (ou como tal me pareceu) da 6.ª linha inscricional, dadas as más condições de luz em que examinei a lápide (2), nem apurar que espécie de pleito toldasse a boa harmonia entre as duas vilas mencionadas.

C. M.

XIV—CARGOS PALATINOS

Na igreja dos Prazeres, em Aljubarrota, encontrei uma sepultura, do lado da Epístola, com estes dizeres:

---

(1) A inscrição, entenda-se.
(2) A não ser *ant.ª* abreviatura de *antiga*...

Sª DE Dº PINHO CAVALRº DE
CAZA DE ELREI N. S. GVA
RDA DE SVA TAPECERIA
APONTADOR DOS
REPOSTRºˢ SO (1) ANOS
ADMINISTADOR (sic) DES
TA CAPª........ ....

¿Quem seria êste Diogo Pinho, funcionário paçâo que, durante 50 anos, exerceu (quiçá zelosamente) os cargos atribuídos?

C. M.

(1) Cinquenta.

OS BENS DA CASA POMBAL

Á em págs. 57 e 105 dêste vol. tive ensejo de publicar um fragmento de inventário desta opulenta casa e três recibos à mesma referidos. Supunha esgotado o assunto, por falta de elementos que me habilitassem a divulgar o resto de tão valioso documento, quando o mesmo livreiro-alfarrabista, que me fornecera obsequiosamente os papéis anteriores, me enviou um bilhete a pedir-me que passasse lá pela loja, porque tinha aparecido "mais papelada do marquês de Pombal".

Não esperei repetição do pedido e foi com natural satisfação que se me depararam mais um caderno e uma fôlha sôlta do tombo pombalino, que em boa hora comecei a servir ao paladar dos leitores.

Esta parte da notável relação suntuária daquela ilustre casa, que neste número e seguintes será publicada, deve de ter sido organizada já depois do falecimento do estadista, ou seja a partir de Maio de 1782.

Bem haja o meu generoso comunicante pelo desinteressado empréstimo de tão preciosas páginas, muito me pesando que a sua incompreensível modéstia me impida

de que lhe estampe aqui o nome—ao menos como reclamo comercial da sua bem afreguesada livraria...

C. M.

Inventario da Prata que contem o Toucador da Ill.ma e Ex.ma Snr.a Marqueza de Pombal D. Leonor

Dois Espelhos ambos com guarniçaõ de prata, e hum dos ditos maior que o outro 2
Doze Caixas grandes, e pequenas todas com as Armas de SS. Ex.as 12
Oitto pratos covos com azas. 8
Duas Bacias pequenas com azas 2
Seis Bandeginhas de varios tamanhos 6
Duas Bacias, e hum Jarro de Agoa as Mãos . . . 3
Hum copo com sua tampa 1
Huma almofada de Setim azul com caixilho de prata 1
Huma Campainha 1
Hum funil 1
Hum Frasquinho de Agoa benta 1
Duas Escovas cravadas em prata 2
Quatro Castiçaes de diverso tamanho 4
Hum Prato com sua tizoura de vellas 1
Dois Copos de prata dourada em huma caixa de moscovia 2
Huma Bacia de pez (1) 1
Huma Escrevaninha prompta (2) 1
Huma Agolheta 1
Huma Escumadeira. 1
Huma Almofada de veludo Carmezim com cercadura de prata 1

(1) Pés.
(2) Isto é, pronta a escrever, com tinteiro, pena, areieiro, etc.

Inventario da Prata do Serviço da Copa da Ill.ma e Ex.ma Snr.a Marqueza de Pombal D. Leonor

Doze Castiçaes irmaos com as Armas	12
Dois Dittos que ainda naõ serviraõ	2
Tres Salvas de trez pez cada huma	3
Huma ditta de hum pé	1
Huma Cafeteira grande lavrada	1
Huma ditta pequena	1
Hum Bulle	1
Huma Galheta p.a leite	1
Hum Asucareiro com sua tampa	1
Huma Tigella de lavar lavrada	1
Hum Frasco p.a Cha lavrado	1
Hum Faqueiro de duzia completo	1
Hum Ditto pequeno de seis	6
Hum Faqueiro com dose colheres de Cha.	12
Huma Tanás.	1
Huma Escumadeira tudo dentro no mesmo Estojo.	1

Caza de jantar
He toda armada de panos pintados

Duas Mezas de jantar.	2
Dezoito cadeiras de nogueira de palinha (*sic*) . .	18

Camarim pequeno junto ao Oratorio
He armado de Nobreza (1) *azul e com bambinelas da ditta*

Huma Comoda com tres gavetas e ferrage dourada	1
Hum Ganape (2) de damasco azul de almofadas .	1

(1) Tecido antigo de sêda.
(2) Canapé.

Seis Cadeiras de braços de damasco azul 6
Duas Mezas de jogo — Saõ do Sr. Marquez . . . 2
Huma dita do Iste (1). 1
Vinte e quatro colherinhas de chá avulças. . . . 24
Duas Tanazes 2
Huma Escumadeira 1
Huma Vengala, e hum Espadim do Guarda Portaõ he da Caza. 2
Duas Colheres de Sopa 2

Serviço de Casquinha

Duas Serpentinas de tres lumes de casquinha. . . 2
Dois Castiçaes de Casquinha 2
Hum Bulle de folha. 1
Huma Urna de Cobre com circulos de Casquinha. 1

Inventario dos Bens moveis da Casa da Ill.ma e Ex.ma Snr.a Marqueza de Pombal D. Leonor

Caza da Espera

Oitto Cadeiras com assentos de coiro preto . . . 8
Huma Banca de páu de pereira 1
Dois retratos da Estatua Equestre são da Caza . . 2
Hum retrato do Ex.mo S.r Marquez Pay he da Caza 1
Hum retrato de huma Sr.a Francesa. 1
Hum D.o do General da America. 1
Hum (*sic*) Medalha do Imperador 1
Hum D.a do Pontifece 1

Antecamara
He armada de damasco azul

Nove portas de Cortinas do mesmo damasco azul . 9

---

(1) Jôgo do *whist*.

Seis cadeiras de braços do D.º damasco 6
Hum Ganape de palhinha 1
Sette Cadeiras de braços de palhinha 7
Duas Comodas com tres gavetas cada huma e ferrage dourada 2
Dois Tremos completos 2
Quatro Cantoneiras com suas Mangas devidro . . 4
Duas Mangas devidro pequenas q. servem nos Castiçaes 2
Quatro Bancos de Jogo diferentes. 4
Hum Cravo 1
Hum Lustre de christal com seis lumes 1
Hum retrato do S.r Marquez Pay. 1
Hum Taboleiro de Gamaõ com suas tabolas. . . 1
Dois Biombos. 2
Huma caxinha de Charaõ. 1
Huma ditta marchetada 1

Camara
Forrada de Damasco verde

Hum Ganape de damasco verde com suas almofadas 1
Seis Cadeiras de braços do mesmo damasco . . . 6
Sinco portas de damasco da mesma cor. 5
Huma banquinha de cabeceira. 1
Huma Banca com sua gaveta 1

Camarim pequeno junto á Camara
Forrado de Chita

Hum (*sic*) Papeleira com suas gavettas. 1
Huma Banca de Toucador 1
Hum Armario de vidraças 1
Humas reliquias, e humas Contas de cural dentro na d.ª Papeleira.

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE PENELA

II

CONDES DE PENELA

condado de Penela foi criado por D. Afonso V, em carta de 24 de Outubro de 1471, e concedido a D. Afonso de Vasconcelos e Menezes "*com todas as honras, preeminencias, previlegios, liberdades e franquezas que por direito e herança são e devem ser outorgadas aos condes que, de sangue real, como elle é, descendem*".

Assim diz D. Afonso V na citada carta ao seu "*bem amado sobrinho*" e rememorando "*os grandes e muitos serviços que nós e nossos reynos d'elle e dos que elle descende temos recebido e continuamente recebemos*".

Nasceu o 1.º conde de Penela em 1441, trineto por varonia do rei D. Pedro I e de D. Inês de Castro, e neto, por linha materna, dos 1.ºs condes de Vila-Real.

Foi senhor de Penela, Mafra, Enxara dos Cavalei-

ros, Aregos e Soalhães. Ainda muito novo, foi para África servir como fronteiro do 3.º conde de Viana, D. Duarte de Menezes, governador de Arzila. Com o governador e com o rei tomou parte em muitas e notáveis incursões por terras de moiros, celebradas pelo cronista Eannes de Azurara, acompanhando o rei na expedição contra Tânger, em 1463, num galeão seu, à sua custa armado e equipado.

Sendo já conde de Penela, foi um dos quatro capitãis que comandaram as alas do exército com que D. Afonso V entrou em Castela, em 1475, a-fim-de afirmar os direitos ao trono espanhol da *Excelente Senhora*.

O conde de Penela foi conselheiro de D. Afonso V, adeantado da Extremadura, regedor das justiças e um dos procuradores às côrtes que reuniram em Lisboa em 1476, para jurarem o infante D. Afonso, neto do rei, sucessor do reino.

Casou o 1.º conde de Penela com D. Isabel da Silva, filha do 1.º conde de Abrantes e irmã do ilustre vice-rei da Índia D. Fernando de Almeida. Faleceu em 1 de Novembro de 1480 e jaz, com sua mulher, em mausoleu na igreja do convento de S. Agostinho, de Santarém.

Tiveram os 1.ºˢ condes de Penela quatro filhos e uma filha: D. João, D. Fernando, D. Simão, D. Jorge e D. Joana. D. João, o primogénito, foi o 2.º Conde de Penela; D. Jorge seguiu a vida eclesiástica e foi cónego; D. Simão morreu em criança e D. Fernando seguiu também a vida eclesiástica, tendo sido deão da capela de D. Manuel, prior-mór de S. Vicente de Fora, bispo de Lamego, capelão-mór da Casa Real e inquisidor geral, confirmado nesta elevada dignidade pelo papa Paulo III, a 23 de Maio de 1536. Nomeado arcebispo de Lisboa, confirmou o mesmo pontífice esta nomeação em 26 de Setembro de 1540. Era pessoa de muito talento e merecimentos, tendo desempenhado ainda outros cargos e

sido encarregado de honrosas missões, como, por exemplo, a de acompanhar a Espanha a princesa D. Maria, que ia casar com um filho do imperador Carlos V.

Faleceu D. Fernando de Vasconcelos e Menezes em 7 de Janeiro de 1564 e está sepultado na capela-mór da Sé de Lisboa. Foi autor de várias obras, citadas na *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado (tômo I) (1).

D. João de Vasconcelos e Menezes foi o 2.º conde de Penela, por carta de mercê de D. Afonso V, de 16 de Abril de 1481, recebendo ainda novas e importantes doações, entre as quais a da ilha do Fogo. Foi vedor da fazenda e do conselho de D. João III.

É ao 2.º conde de Penela que se refere Gil Vicente, no seu *Clérigo da Beira*:

> *"Qual he o mor namorado*
> *de Portugal e Castela?*
> *He o conde de Penela,*
> *Mas anda dissimulado*
> *por amor da sua estrela"*.

---

(1) Uma nota episódica da vida do arcebispo D. Fernando, pai de vários bastardos, entre os quais D. Luiz Fernandes de Vasconcelos, capitão duma armada de 5 naus, que em 1557 se preparava para partir para a Índia:

Tendo o senhor seu pai arcebispo proibido naquele referido ano a realização da festa a S. Frei Pero Gonçalves, padroeiro dos navegantes (do que resultou grande celeuma nas classes mareante e piscatória da Alfama e Cata-que-farás) a nau-capitânia «Santa Maria da Barca», na ocasião de levantar ferro, começou a meter água, num jôrro tão forte, que a ia fazendo sossobrar.

Não se deu com o rombo inesperado e inexplicável, que os devotos de S. Frei Pero Gonçalves atribuiram logo à influência do santo.

Em vista disso o arcebispo penitenciou-se e permitiu a realização da festa.

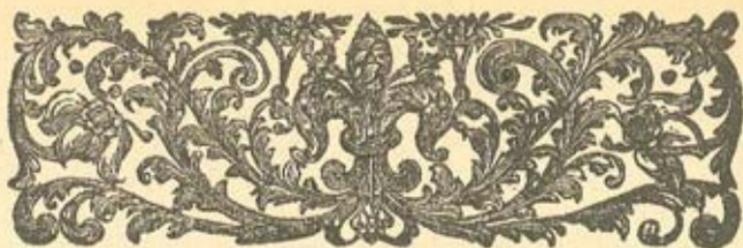
Casou duas vezes: a primeira com D. Maria de Ataíde e a segunda com D. Joana Henriques. Do primeiro casamento houve dois filhos e duas filhas: D. Afonso, D. António, D. Lourença e D. Guiomar. Do segundo casamento não houve descendência.

Pelo falecimento do 2.º Conde de Penela, que viveu 75 anos, falecendo em 1543, não se transmitiu o título, por ter morrido sem descendência legítima o filho primogénito, D. Afonso.

Esta casa tinha no reinado de D. João II 4.000 ducados de rendimento, ocupando o sexto lugar entre as casas nobres de Portugal no século XVI.

El-rei D. Carlos, por decreto de 5 de Dezembro de 1907, renovou o título em D. José Maria de Portugal de Vasconcelos da Costa Mexia de Matos, descendente por linha legítima de D. Joana da Silva de Vasconcelos, filha do 1.º conde de Penela D. Afonso de Vasconcelos.

O 3.º conde de Penela, nascido em 22 de Maio de 1868, formou-se em matemática na Universidade de Coimbra e era oficial do exército (capitão de Artilharia) quando emigrou para Espanha, em 1911, onde vive ainda como emigrado político, por não ter sido reintegrado nem amnistiado.

José Brandão Pereira de Melo

POEIRA DOS TEMPOS

LII—CONVITE... PARA O OUTRO MUNDO

" ....
Aconteceo na villa de Santarem no mosteiro de Sam Domingos a dous beauenturados meninos, que trazendo de casa seu almorço & merenda vinham a comer diante do minino IESV, o qual quis muitas vezes ser seu conuidado comendo com elles: mas aqueixandose lhe os dous meninos hum dia, porque não trazia elle tambem algua cousa, pois comia do seu almorço: o sagrado menino os cõuidou pera dahi a pouco comerem com elle em sua casa: mas entendendo seu mestre (que era hum santo religioso daquelle conuento) a merce que o Senhor lhes queria fazer, pedio que lhe alcançassem licença pera yr tambem com elles, o qual o menino IESV lhe concedeo, & ao outro dia o Mestre, & os meninos passaram desta vida, a ser conuidados do mesmo Senhor na gloria, cujos corpos estam sepultados no mosteiro já dito, & tidos em grande veneraçam".

Relaçam do solenne recebimento que se fez em Lisboa ás santas reliquias q. se leuáram á igreja de S. Roque... Lisboa, 1588.

LIII — TRAVESSA DOS FIÉIS DE DEUS

Fieis de Deus—Ha uma celebre travessa d'este nome, que já por mais de uma vez recomendámos á vigilancia da policia, pelos abusos ali commettidos.

Sobre o nome d'esta travessa, que tão mal lhe cabe, diremos o seguinte:

Dá-se o nome de *Fieis de Deus* aos montes de pedras, que lançam os viajantes nas estradas sobre os logares em que se diz fôra sepultado alguem violentamente morto. Este costume teve principio na comarca de entre Douro e Minho, onde o introduziram os gregos seus primeiros povoadores. Frei Bernardo de Brito o refere d'esta maneira: «Os que eram sentenciados á morte, levavam-nos fora dos logares, e junto dos caminhos publicos os apedrejavam, deixando-os cobertos de pedras; e depois quantos passavam tinham por costume accrescentar-lhe algumas: como nós agora fazemos nos montes de pedras que vulgarmente se chamam fieis de Deus, levantados em logares ermos onde mattam alguma pessoa; o qual rito nos ficou d'esta gente grega».

Que motivo haveria para pôr um tal nome áquella travessa?

Diario Commercial, n.º 46 do 1.º ano, de Lisboa, 6.ª feira 4 de Março de 1864 (1).

---

(1) Gomes de Brito (*Ruas de Lisboa*, vol. I, p. 184-85) não nos diz coisa que com isto se pareça, atribuindo o nome da travessa a uma ermida que ali havia, conforme relata o *Santuario Mariano*, vol. VII, p. 26 e seg.: «Na parte Occidental da Cidade de Lisboa em a freguesia hoje de N. Senhora de Mercês se vê huma Ermida, que em seus principios se dedicou ás Almas do Purgatorio, com o titulo dos Fieys de Deos». Isto deixa crer que o nome dessa artéria lisboeta poderá provir do facto de chamarem *fiéis de Deus* às almas do Purgatório.

LIV — REBUÇO DE ESTUDANTES

Dom Pedro por graça de Deos Principe de Portugal, & dos Algarves, etc. Faço saber, aos que esta minha Ley virem; q. cõciderando os graves excessos, & atrocissimos crimes, q. se cometem na Cidade de Coimbra, & procurando buscar, todos os meyos, q. conduzão a se eivitarem (*sic*), & q. a liberdade dos Estudantes os facilita, usando das capas pella cabeça, de cujo exemplo se valem muitos dos moradores daquella Cidade, entendendo, q. trazendoas, quando cometem os delictos não seram conhecidos, ou que com mayor difficuldade, se averiguará, qual foy o deliquete, & como a experiencia, & successos, tenham mostrado, q. o que se concedeo, por conveniencia, de quando chovia, se deitar a capa pella cabeça, pello barrete, não poder defender a agoa, he mayor motivo de facilitar, os delictos. Hey porbem, q. do dia, da publicaçam desta em diãte, nenhuma pessoa de qualquer calidade [e] estado q. seja, assi Estudantes como os q. o naõ forem, possaõ pór'a capa pella cabeça, ou cõ barrete, sendo nobre, será degradado sinco annos para o Brasil, & sendo mechanico, sinco annos para Angola, & q. huns, & outros sejão logo presos, tanto q. forem achados com a capa pella cabeça, ou cõ barrete, & remetidos ao Limoeiro desta Corte, com os autos, que se fizerem de como foram achados para se executar a dita penna, sem embargo do districto, ser da casa do Porto, & não da casa da Supplicaçam, & aos Estudantes q. forem comprehendidos nesta Ley, a de mais das pennas declaradas, lhe seraõ logo riscados seus cursos, & nos Capitulos das residencias se acrecentará este para q. os Ministros q. servirem em Coimbra hajam de dar satisfaçam, ao q' por esta mando, porq' deixandoo de fazer, seraõ gravemẽte castigados, ale' de não entrarem mais em meu serviço ....

Manoel da Sylva Collaço a fez em Lisboa a vinte sinco de Abril de seiscentos setenta, & quatro. Francisco Galvam Dalfaia a fez escrever.

PRINCEPE

O MARQUEZ MORDOMO MÓR. P.

LV—FAVORES DE CRISTO A UMA FREIRA

"Quem pudera em parte, ou se quer de algum modo, dar a entender a V. P. com alguma noticia o amor, caricia, e graça com que me disse: Queres tu filha, do meu coração, jogar às cartas; então se tu ganhares, hirás á manhãa a cõmungar. Neste passo me ri muito, porque eu naõ sabia jogar...—A ganhar te ensinarei eu (me disse com muita graça) e te darei forças para hires... Ora vá, joguemos (me tornou a dizer) para ver quem ganha. Da primeira vez ganhou elle, e eu lhe disse: Naõ vos disse eu, meu amor, que naõ sabia jogar? Agora como hade ser? Que vos heide dar de ganho? Dar-vos-hei o meu coraçaõ, que só isso he razaõ, supposto volo tenho dado já de todo, agora volo torno a dar, para com a dor de vos ter tanto offendido o partaes, e abrazeis em vosso amor.

Ficou muito contente, como se naõ fora elle senhor de tudo; e tornou a dizer: Que para eu ganhar, havia de jogar outra vez. E tornando a jogar, ganhei eu, sem saber jogar, e fiquei muito contente, e elle muito mais."

Fr. Caetano do Vencimento — *Fragmentos da prodigiosa Vida da .. Madre Marianna da Purificaçam.* Lisboa, 1747, pág. 193-194.

LVI — VISITAS SANITÁRIAS NO SÉCULO XVIII

Senhor Juiz de Fóra da Villa de Buarcos

Sua Magestade, q. D.s guarde, me ordena avize a v. m. como Provedor mór, q. sou da Saude desta Corte, e Reyno, q. em Mazagam, Hamburgo, e Veneza ha doenças contagiosas, de q. Deos nos livre, e como neste particular, q. he negocio de tanta importancia, se deve pôr toda a cautella, e vigilancia, para q. este Reyno naõ exprimente algum Contagio, he percizo q. v. m. ponha todo o cuidado, em q. as Embarcaçoens, q. entrarem nesse Porto, e vierem das dittas partes, v. m. naõ as deyxe commonicar com pessoa algua, fazendo com q. ninguem venha a terra, nem tire fazenda da Embarcaçam, sem primeyro se fazerem as deligencias, q. dispoem o Regimento da Saude, tomando v. m. por serviço do mesmo Senhor, e da Republica, esta deligencia á sua conta, pois he negocio de tanta importancia, fazendome avizo de tudo, o q. neste particular houver, p.a o fazer prezente ao ditto Senhor. D.s g.de a v. m. m.tos annos.

Lisboa, 29 de Outubro de 1713.

O Provedor mór da Saude

O Dez.or Pedro Nunes Gadelha

ALGARVE

Notas de História, de Etnografia e de Folclore

I — A CARRINHA

carrinha algarvia, de toada característica e andar saltitante, em que habitualmente se percorrem os escassos quilómetros que separam Portimão da Praia da Rocha e que faz o gáudio dos inglêses que freqüentam esta, é ainda hoje um meio de transporte muito vulgarizado nalgumas regiões do Algarve, por vezes carro de trabalho, por vezes carro de luxo e de recreio, mas quási sempre o ganha-pão do seu condutor e proprietário.

A *carrinha* é de facto um veículo bastante curioso, e a sua utilização como meio de transporte colectivo de passageiros, a escudo por cabeça, sobretudo no percurso que deixamos referido, misturando tôdas as classes numa caixa em forma de cubo, que não terá talvez 2 metros de lado e que chega a levar 6 pessoas e mais o condutor, tem um aspecto tão popular e democrático, que causa surpreza ao veraneante desprevenido.

Afinal a *carrinha* não é mais do que um carro um pouco no género das velhas diligências, carro com cortinas nas suas quatro faces, geralmente de côr creme, que é menos cativa ao pó, porta atrás, duas bancadas laterais estofadas, mas apenas com duas rodas e puxado por um único animal. Êste facto, se, por um lado, lhe prejudica a estabilidade, pois que apenas o animal estabelece o equilíbrio e, se êle tropeça e cai, arrasta consigo tôda a carripana, por outro aumenta-lhe a leveza e permite que se obtenha, por vezes, uma perigosa velocidade. E temos assim a *carrinha* em filiação directa nos carros com que os *aurigas* romanos iam às corridas, o que pode, até certo ponto, servir de atenuante para qualquer condutor mais audacioso, que nem travões use . . .

Quando chove, faz frio, ou o sol aperta, fecham-se as cortinas tôdas e a *carrinha* toma um certo ar misterioso, propício a aventuras, pois não se descortina, nem se adivinha quem vai dentro. Sòmente as mãos, segurando as rédeas e o chicote, assinalam a presença do próprio condutor, que partilha do mistério, pois tem a *almofada* no interior do veículo em comum com os passageiros, de cujas vantagens e prejuízos partilha também em igualdade de circunstâncias e com quem estabelece por vezes uma certa familiaridade. Pelo contrário, se o tempo se mostra agradável — o que no Algarve não é difícil — tôdas as cortinas se correm, revelando as tonalidades, no geral berrantes da flanela que forra a *carrinha* por dentro e esta toma o ar pitoresco e alegre de uma espécie de palanquim armado sôbre rodas. Até parece que as *choquilhas* acentuam com maior estridência o ritmo do andamento...

Nas subidas e descidas, então é que são elas. Torna-se quási sempre indispensável dar uma certa ajudazinha ao animal, o que o condutor não tem pêjo de solicitar aos seus passageiros, quem quer que sejam. Nessa altura, homens e mulheres todos se

apertam ou alargam para um ou outro lado, fazendo com que a carga passe a incidir ora à frente, ora atrás, conforme as necessidades do caminho...

Os arreios do animal em pouco diferem dos vulgarmente utilizados nos carros de trabalho a que na região se dá, por ironia e com frequência, o nome de *landau* ou *char-à-bancs de canudo*. As duas *rabadas*, a *barrigueira* de vistosa lã entrançada, o *encôsto* com borlas e enfeites, a *cabeçada* com os *brincos* de lã de várias côres e as *choquilhas* a que já fizemos referência, o *reposteiro*, quási sempre aparatoso, cobrindo parte do pescoço do animal, da *canga* e do *mulim*, são as suas peças principais, não devendo esquecer-se a *soberba*, pequeno enfeite metálico que assenta sôbre o focinho do bicho, constituído as mais das vezes por uma meia-lua que envolve uma estrêla de cinco pontas, ou por um signo-saimão.

Exteriormente, a *carrinha* algarvia anda quási sempre cuidadosamente pintada e na porta que, como dissemos, fica atrás com o competente estribo, ostenta-se, no geral e em letras trabalhadas a primor, o nome mais ou menos pitoresco que os donos lhe puseram: a «Andorinha», a "Flor da Rocha», a «Flor da Praia», a «Flôr da Esplanada», a «Flor do Verão»... E, porque tôdas são *carrinhas*, logo apareceu também um nome que bate todos os outros, ou seja, nem mais nem menos, do que a própria «Flor das Carrinhas»...

Faro, Novembro de 1938.

MÁRIO LYSTER FRANCO

QUADRAS POPULARES DO RIBATEJO

(Notas de passeio folclórico)

E improviso, ou repetindo cantares correntes, os "cantadores" das festas, ao desafio e em descantes, não se esgotam. São afamados nas redondezas e pelas festas, que freqüentam. Cada terra tem a glória do seu cantor, campeão de torneios de poesia, em êsses jogos florais, que são as repetidas romarias, as feiras e as grandes datas agrícolas, em que se dança e canta, ao findar a faina do dia.

Êsses "cantadores" afamados mais as "cantadeiras„ tão afamadas como êles, são homenageados nos cantares dos admiradores e competidores, sem olvidar o tocador, se não é, quem canta, o mesmo que se acompanha na viola, na guitarra ou no harmónio.

O tocador da viola
Tem precisão de um encôsto;
Um travesseiro de linho,
E uma menina a seu gôsto.

(BENAVENTE)

O tocador do harmónio
Precisa de um bom encôsto;
Uma almofada de rosas,
Uma menina a seu gôsto.

(VILA NOVA DA ERRA E CORUCHE)

Eu queria ser ourives
Do ouro, que vem de fóra;
Queria dourar os dedos
Ao tocador da viola.

(BENAVENTE)

Se eu pudera ser ourives
Do ouro, que vem da barra,
Dourava os dedos todos
Ao tocador da guitarra.

(GOLEGÃ)

Inda agora aqui cheguei,
Mais cedo não pude vir;
Mas ainda chego a horas
De as tuas vozes ouvir.

(CHAMUSCA)

Ó tocador da viola,
Repenica-me êsses dedos;
Se te faltarem as cordas,
Aqui tens os meus cabelos.

(BENAVENTE)

*

Algumas quadras limitam-se à paisagem, ou referem-se a localidades regionais, para fazer sobressair aspectos externos ou elogiar caracteres psicológicos. A maioria, porém, das cantigas populares é amorosa; aspectos exteriores, qualidades morais, atribuïções divergentes, tudo vai servir ao interêsse poético dos amorosos em uma convergência de objectivismo impessoal ao subjectivismo do cantador. Por isso, há um reflexo de todo o mundo exterior, na significação poética de todo o sentimento. De aí vem o carácter quási exclusivamente amoroso dos cantadores do povo.

CANTIGAS DE AMOR — Estas quadras, como é natural, acompanham tôdas as fases do namôro ou "derriço" desde o desabrochar de olhares medrosos

até os projectos afoitos das altas cavalarias dos namorados. Receios, atrevimentos, promessas, descuidos, galanteios, ausências, saüdades, desânimos, todos êsses estados de alma se prendem às quadras da redondilha popular. É o amor triunfante.

NAMORAR

Ó minha pombinha branca,
Tens as asas côr de rosa;
Não se pode namorar
Ao pé de gente invejosa.

(ERRA)

Coitado do malmequer,
Que não faz mal a ninguém;
São todos a desfolhá-lo,
P'ra ver se lhe querem bem.

(BENAVENTE)

Não quero que me dês nada,
Que êsse teu dar é pedir;
Não quero que dentro em pouco
Me venhas a perseguir.

(BENAVENTE)

Encostei-me ao pessegueiro,
Tôda me enchi de flor;
Inda sou tam pequenina,
E já me falam de amor.

(ERRA)

Trouxeste-me um cravo à fonte,
Olha, amor, não visse alguém;
Nega tu da tua parte,
Da minha nego também.

(ERRA)

Se os beijinhos espigassem,
Como espiga o alecrim,
Tinham muitas raparigas
A cara como um jardim.

(BENAVENTE)

Trago dentro do meu peito,
Uma cadeira de vidro,
Onde o meu amor se assenta,
Quando vai falar comigo.

(ERRA)

Foi-se embora o jardineiro,
Fechou a porta ao jardim;
Foste o meu amor primeiro,
Hás-de o ser até ao fim.

(ERRA)

Mal-me-queres e bem-me-queres
Tinha-os eu no meu jardim;
Os bem-me-queres acabaram,
Os mal-me-queres não têm fim.

(GOLEGÃ)

Domingo, se fôres à missa,
Põe-te em parte que te eu veja;
Não faças andar meus olhos
Em leilão pela igreja.

(BENAVENTE)

Tenho no meu coração
Duas escadas de flores;
Por uma sobem suspiros,
Por outra descem amores.

(CHAMUSCA)

Os amores e mais as penas
Nascem de uma só mãi;
Só quem pena tem amores,
Só quem ama penas tem.

(BENAVENTE)

Ó amor paga a quem deves,
Não é tão pouca valia;
Paga a minha mocidade,
Mocidade de algum dia.

(ERRA)

Ó meu lenço de ciúmes
Com quatro limões azedos,
Se tu me não fôsses falso,
Dizia-te os meus segredos.

(ERRA)

Dei um lenço ao murtinheiro,
Sem a minha mãi saber;
Murtinheiro, dá-me o lenço,
Que já lhe foram dizer.

(ERRA)

Vai-te embora, amor, é noite,
Tenho rosas a apanhar;
Se não fôssem os suspiros,
Apanhava-as ao luar.

(ERRA)

Hei-de dar ao meu amor
Uma prenda valiosa:
Um anel com quatro quinas,
A cada quina uma rosa.

(ERRA)

Ó vida da minha vida,
Ó vida do meu viver;
Viver sem ti não é vida,
Vida sem ti é morrer.

(BENAVENTE)

A roseira cardinal
Dá rosas a três e três;
Todo o amor, que é leal,
Abala e torna outra vez.

(ERRA)

—Ó meu amor, vais-te embora,
Diz-me a quem eu hei-de amar.
—Não ames a mais nenhum
Que eu vou e torno a voltar.

(ERRA)

Atirei com o verde ao verde,
Atirei com o verde ao ar.
Atirei com o pensamento
Aonde não pude chegar.

(ERRA)

GALANTEIOS: — Madrigais perfumados de urze e rosmaninho.

Cabelo encaracolado
Está-te bem, e mete graça;
É como as cordas de ouro,
Aonde o sol se embaraça.

(ERRA)

O "setestrêlo" gabou-se
Que me enganou uma vez;
Foi de noite pelo escuro,
Olha o milagre que fêz!

(BENAVENTE)

Se Deus um dia quisesse
O "setestrêlo" aumentar,
Bem sei aonde Êle viria
À terra estrêlas buscar.

(CHAMUSCA)

Fui à fonte beber água,
Debaixo da salsa verde;
Vi os teus olhos, menina,
Bebi água sem ter sêde.

(ERRA)

SAÜDADES: — Dôce martírio das penas do coração.

As saüdades são flôres,
Que eu tenho no meu jardim;
As minhas para contigo
Só à vista terão fim.

(GOLEGÃ)

Apanha que estão caindo,
Fôlhas verdes na varanda;
Apanha, que são saudades,
Que o meu coração te manda.

(ERRA)

Dei um suspiro entre os vales,
Responderam me as montanhas;
Não sei quem possa aturar
Tuas ausências tamanhas.

(ERRA)

Não me importa ser soldado,
Contanto que o batalhão
Traga sempre na bandeira
Bordado o teu coração.

(BENAVENTE)

CASAMENTO. — Casam. E vêm alusões, umas jocosas, outras sérias, ao casamento.

Á uma hora nasci,
Ás duas fui baptizada,
Ás três estava de amores.
Ás quatro estava casada.

(BENAVENTE)

Tôda a palha enche o palheiro,
Todo o fiado faz pano;
Quem casa com mulher magra,
Tem bacalhau todo o ano.

(BENAVENTE)

Dei um nó, que nunca dera,
Que nunca viera a dar;
Dei-o com a mão direita,
Não o posso desatar.

(GOLEGÃ)

Oliveira bem cortada
Sempre parece oliveira;
Assim a mulher bem casada
Sempre parece solteira.

(GOLEGÃ)

Se o casar fôsse tão doce
No fim como é no comêço,
Eu pedia a minha mãi
Que me casasse no berço.

(BENAVENTE)

Oh que pinheiro tão alto!
Oh que pinhas tão douradas!
Não há vida tão feliz
Como a das moças casadas.

(BENAVENTE)

Eu casei-me, cativei-me,
Inda me não arrependi;
Quanto mais contig · estou,
Menos posso estar sem ti.

(BENAVENTE)

Senhores, não se admirem
De eu cantar e ser casada;
Eu canto com a alegria
De me ver bem amparada.

(BENAVENTE)

Admire-se a pureza espiritual de algumas, a graça maravilhosa de outras, o sentimento de tôdas. Escolher? Já estas quadras foram escolhidas de entre tantas! Todavia a penúltima (Eu casei-me, cativei-me), tem desenvolvimento galante, lembra Sá de Miranda no *Cancioneiro Geral.*

Luiz Chaves

GUIMARÃES NO COSTADO DOS SEUS TÍTULOS DE HONRA, NA GRAÇA DOS POETAS E NAS DITANGAS DO POVO

(Excerto)

OR ser Guimarães uma terra antiqüíssima, povoação importante onde se firmou a independência de Portugal, e que à História Pátria deu as primeiras linhas dos seus feitos e o arrôjo dos seus homens; por ser Guimarães uma terra que andou sempre ligada, pelo espírito da fé e pela acção do trabalho, às côrtes dos nossos primeiros reis, dentro dos seus muros realizadas e à sombra de Santa Maria, é que a delicadeza dos mais doutos cronistas, a inteligência dos mais acatados monógrafos e a elegância dos mais apurados linhagistas principiaram a tecer, à volta dêste burgo lusitano, a mais doirada teia de maravilhosos topónimos.

E então, um rôr de humanistas, investigadores, geógrafos, historiadores e dicionaristas de raça, ao

sabor da fantasia mais dúctil, do agrado mais favo de mel, verteram em cornucópia, sôbre esta terra, como que uma tradição feita de fábulas e de símbolos mitológicos.

E, sem grande clareza histórica e veracidade firmada em monumentos escritos, os agradáveis e lisonjeiros termos de antigo e primitivo baptismo lá foram passando através dos tempos, consoante a vontade e as determinantes de raciocínio dos que julgavam que esta velha terra tivera tantos nomes quantos os das maravilhas lendárias que lhe teceram.

Araduza, Araduça ou *Araduca* (cidade das letras), foi o cadeado de oiro com que os monógrafos antigos ligaram esta terra às suas páginas de historiografia local.

É a designação que corre com mais foros, se não de verdade, pelo menos da acrescida fiança, renome e probidade dos mais assinalados escritores.

Depois, acreditemos que as asas das abelhas e das borboletas formassem ao redor do ninho amoroso do nosso solo, as flores irisadas dos outros nomes, o símbolo das outras graças: *Arzua, Leóbriga* (cidade forte), *Látita* (cidade escondida), *Láctia* (pela relíquia que tem do leite da Virgem Nossa Senhora), *Columbina, Cataleuca, Aradiva* (lugar de sacrifício aos deuses), *Apolónia* (cidade de Apolo), *Celióbriga* e *Cidade de Santa Maria.*

Tôdas estas estravagantes fantasias foram, no século XVII e seguintes, inventadas pelos monógrafos e geógrafos que tentaram levantar e escrever sem bases documentais a história originária do núcleo de Vimaranes.

Francisco Craesbeck, corregedor de Guimarães, foi o que mais se avantajou em considerações sôbre todos estes títulos de baralhada innovação.

Mais tarde, quando a História abriu as suas pági-

nas e os feitos dos povos foram avaliados pela dignidade da sua conduta guerreira e virtudes cívicas, quando os campos se definiram e as barreiras se demarcaram, e cada povo começou a chamar-se pelo seu verdadeiro nome, a agitação social teve o seu início de luta diante das côrtes e dos reis, defendendo regalias de classe, direitos de posse, aforamentos de terras, garantias de trabalho e sentimentos de respeito onde houvesse escravidão de serviços.

Vieram então legislações a contento, consoante a tradição e os usos do povo: os forais, as mercês, as honrarias, os privilégios, as provisões, as cartas-régias, os títulos, os coutos, as honras, as camarinhas dos brasonados, o cortejo dos fidalgos, dos nobres, os pergaminhos de louvor, de sentença, um nunca acabar de coisas em catadupa de benesses.

E a nossa vila, pela letra dêsses atestados reais, feitura de camareiros-mores e secretários palatinos, comecou a ser na igualdade de trato concedido a outras, a *Leal Vila de Guimarães* (1). Depois passou a várias categorias designativas:

Notável, Antiga e Real Vila de Guimarães.

A sempre fiel, nobre e valorosa Vila de Guimarães.

Muito notável e sempre leal Vila de Guimarães.

A sempre leal, muito nobre e antiga Vila de Guimarães, majestoso berço da Monarquia.

Muito nobre, antiga e sempre leal Vila de Guimarães.

Se estes títulos honrosos, em semelhança e parelha de adjectivos, eram ditados a várias cidades e vilas, convém dizer que nem a tôdas. Só as principais e orgulhosas de feitos nobres viam nos instrumentos

---

(1) Carta de D. Pedro, 1444.

públicos de régias doutrinas, estas divisas de praxe e de fórmula.

Acompanhando dos grandes e dos reis estas sentenças de elogio, lançadas em cartas e privilégios, os poetas faziam côro, regendo harmonias e inspirações cheias de graça e de tropos, de louvor à terra, às suas tradições, aos seus heroísmos e à sua fama de nobreza e garridice aprimorada.

E poetas de Guimarães, e estranhos poetas de lonjuras, orquestraram sinfonias deleitosas de enaltecimento ao berço do primeiro Rei, engrinaldando de festões e murtas os seus maiores valores.

Nas festas públicas e solarengas, nos outeiros laudatórios e na Academia desta terra, os aplausos métricos saíam lírica ou heròicamente soprados em hinário festivo de amor a Guimarães.

Alguns poemas épicos, de gongóricas tiradas, muitos bandos escolásticos das antigas festas Nicolinas, muitas poesias sôltas, muitos favores amigos de românticos e parnasianos cisnes da velha escola cantaram a fidalga linhagem desta cidade principesca.

Destaquemos do bando, em primeiro lugar, um lírico poeta galego:

. . . .
Guimarães Vila es noble, y primitivo
Solio de Reis Lusos. Tiene claro
Timbre Puente de Lima: altas belezas
Viana, de partido ambas cabeças (1).

---

(1) *Mapa de Portugal*, por João Bautista de Castro, Lisboa, 1762, tômo I, pág. 51.

Agora dêmos a vez ao poeta vimaranense Manuel Tomaz, poeta de relêvo e de feição camoniana:

....
Todos filhos daquela venturosa
Guerreira Guimarães, pátria querida,
Que mereceu na guerra sanguinosa
Antecipar louvor à própria vida (1).

....

ALBERTO VIEIRA BRAGA

(1) *O Phaenix da Lusitania*, por Manuel Thomás, Ruão, 1649, pág. 229.

ÍNDICE

Os artigos precedidos de asterisco, são acompanhados de gravuras.

Fim do volume VIII